

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Filologia e Língua Portuguesa

A ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO
DA ECONOMIA: ASPECTOS DA SINONÍMIA NOS
DISCURSOS ESPECIALIZADOS

MARIÂNGELA DE ARAÚJO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Ieda Maria Alves

SÃO PAULO
2006

Ao meu pequeno Sávio, que, com sua alegria e seu encantador e inspirador sorriso, foi meu maior incentivador.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pelas oportunidades e, sobretudo, pelas pessoas que têm colocado em meu caminho, sem as quais nada teria sentido;

Aos meus pais, Marcelino e Maria Luiza, pelo incentivo, pelo amor que me dedicam e pelo auxílio durante os momentos difíceis, pois sem isso eu não poderia chegar até aqui;

Às minhas irmãs, Marcia e Marília, pelo apoio e pela colaboração não só durante a elaboração deste trabalho, mas durante toda a vida;

Ao meu marido, Paulo, pelo incentivo, pela colaboração e pelo companheirismo que me dedicou, sem o que a conclusão deste trabalho teria sido inviável;

Ao meu filho, Sávio, que, mesmo tão pequenino, soube compreender meus momentos de dedicação ao trabalho e colaborar com sua tranqüila presença;

À Prof.^a Ieda, por todas as orientações, pela confiança que sempre demonstrou em meu trabalho, pela paciência e pela amizade que construímos durante todos esses anos de trabalho;

A todos os atuais e antigos membros do Projeto “Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil – TermNeo”, pelos preciosos debates científicos, por tudo que fizeram em favor desta Tese e pela amizade que me dedicam;

Ao Prof. Adriano Biava, pela assistência, pelo tempo dedicado a nos explicar os conceitos econômicos e pelas contribuições a este trabalho;

Às Prof.^{as} Maria Aparecida Barbosa e Maria Tereza Camargo Biderman, pelas contribuições em minha formação e em minhas pesquisas;

À Universidade de São Paulo, pela formação que me ofereceu e pela possibilidade de lecionar e de continuar desenvolvendo minhas pesquisas;

À FAPESP, pelo financiamento deste projeto;

E a todos os amigos e familiares que, de diferentes maneiras, contribuíram nas diversas etapas deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar a sinonímia presente nos textos especializados que versam sobre a Economia, mais especificamente nas subáreas de Finanças Públicas e Microeconomia, para, a partir desses dados, propor uma rediscussão do fenômeno no âmbito da Terminologia, que, por muito tempo, viu na sinonímia um empecilho para a exatidão na comunicação especializada e, por isso, buscou o ideal da biunivocidade entre termo e conceito – a um conceito deveria ser atribuído um único termo e vice-versa.

Para se fazer o levantamento dos termos sinônimos, utilizou-se um *corpus* constituído por manuais, livros, artigos de periódicos e teses, usados como bibliografia básica nos cursos de graduação em Economia, da Universidade de São Paulo, da Universidade de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tal *corpus* está também sendo utilizado na elaboração de um dicionário terminológico da Economia, voltado para os estudantes dessa área do saber.

Para as reflexões teóricas, tomou-se como base tanto estudos sobre o fenômeno no âmbito da Semântica e da Lexicologia (Ullmann, Baldinger, Lyons, Niklas-Salminen, entre outros) quanto no âmbito da Terminologia (Wüster, Kocourek, Cabré, Alves, Auger, Boulanger, Temmerman, Aymerich, Contente, entre outros).

Com base na análise dos dados e nas reflexões teóricas apresentadas, pôde-se, além de fazer uma descrição e análise das diferentes formas assumidas pelos termos sinônimos na Economia, chegar a uma abordagem da sinonímia diferente da tradicionalmente encontrada nos estudos terminológicos sobre o tema. Pôde-se demonstrar que os termos sinônimos mostram-se muitas vezes funcionais no discurso especializado analisado, contrariando a tese de que seriam empecilhos para uma comunicação eficiente e, por isso, deveriam ser eliminados desse tipo de discurso.

Palavras-chave: Economia; Semântica; sinonímia; termo; Terminologia.

ABSTRACT

This research aims at describing and analyzing the synonymy present in technical texts that deal with Economics, specifically the sub-areas of Public Finances and Microeconomics, in order to propose a re-discussion of the phenomenon in the scope of Terminology, which, for a long time, has considered synonymy as an impediment to the exactitude of specialized communication and, because of this, has sought the ideal of biunivocity between term and concept – a concept corresponds to just one term and vice-versa.

In order to conduct the investigation of the synonymous terms, it was used a corpus constituted by manuals, books, periodical articles and thesis, utilized as basic bibliography in university courses on Economics at Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas and Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. This corpus is also being used in the development of a terminological dictionary of Economics, directed to students of this area of knowledge.

The theoretical reflections have been based upon studies of the phenomenon both in the scope of Semantics and Lexicology (Ullmann, Baldinger, Lyons, Niklas-Salminen, amongst others) and in the scope of Terminology (Wüster, Kocourek, Cabré, Alves, Auger, Boulanger, Temmerman, Aymerich, Contente and so on).

Based on the analysis of the data and on the theoretical reflections, it was possible not only to develop a description and an analysis of the different forms assumed by the synonymous terms in Economics, but also to reach a new approach to synonymy different from the one that is traditionally found in the terminological studies about the topic. It was possible to demonstrate that the synonymous terms have been shown to be very functional in the specialized discourse in question, refuting, in his way, the thesis that synonyms are impediment to an efficient communication and, therefore, should be eliminated from this sort of discourse.

Key words: Economics; Semantics; synonymy; term; Terminology.

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	8
	1. Por que uma Tese sobre a sinonímia?.....	9
	2. Uma metodologia para o estudo da sinonímia nos textos especializados.....	11
	3. A constituição da Tese.....	15
II.	A SINONÍMIA NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS.....	17
	1. Como e sob que pontos de vista se pode definir a <i>sinonímia</i>	18
	2. A sinonímia no âmbito dos estudos semânticos.....	20
	3. A sinonímia no âmbito dos estudos lexicológicos.....	28
III.	A SINONÍMIA NOS ESTUDOS TERMINOLÓGICOS.....	32
	1. O conceito de <i>sinonímia</i> em Terminologia.....	33
	2. A sinonímia na Teoria Geral da Terminologia.....	36
	3. A sinonímia nos estudos terminológicos recentes: a Socioterminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia e a Teoria Sociocognitiva da Terminologia.....	41
	4. Estudos terminológicos recentes sobre a sinonímia.....	45
	5. Sinonímia ou variação: as diferentes aplicações desses conceitos no estudo terminológico.....	56
IV.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS TERMOS SINÔNIMOS.....	64
	1. A presença da sinonímia nos textos sobre a Economia.....	65
	2. Aspectos formais dos termos sinônimos em Economia.....	70
	3. Aspectos semânticos dos termos sinônimos em Economia.....	82
	4. Uma proposta de tipologia para os termos sinônimos em Economia.....	105
V.	A SINONÍMIA NOS DISCURSOS ESPECIALIZADOS.....	108
	1. Sinonímia absoluta ou quase-sinonímia.....	109

2.	Causas e funções da sinonímia nos discursos especializados.....	113
3.	O dilema: entre a sinonímia e a normalização terminológica.....	124
VI.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132

Capítulo I:
Introdução

I. INTRODUÇÃO

1. Por que uma tese sobre a sinonímia?

A sinonímia é um tema bastante explorado desde a antigüidade e, nos estudos lingüísticos, a Semântica, a Lexicologia e a Lexicografia têm-lhe dado um grande destaque. Também é uma constante o seu aparecimento em manuais que tratam da Terminologia. Assim, talvez cause estranheza a escolha da sinonímia como tema de uma Tese de Doutorado, uma vez que este já é um assunto tão abordado.

Entretanto, quando se observa o tratamento da sinonímia em Terminologia, apesar de o fenômeno ser sempre citado, percebe-se que esta foi por muito tempo estudada exatamente porque o objetivo do trabalho do terminólogo era eliminá-la, num processo de uniformização e padronização, pois o fenômeno era encarado como um problema, um empecilho para a exatidão nos discursos especializados.

Atualmente, porém, os discursos especializados, antes tomados como artificiais, no que diz respeito à sua constituição e à formação de seus termos, são tratados como parte dos discursos da língua comum, sendo, portanto, reconhecidos como passíveis de todos os fenômenos aos quais esta está sujeita. Assim sendo, a sinonímia tem sido considerada um fenômeno natural também nos discursos especializados. Apesar disso, há ainda muitos terminólogos e especialistas das diferentes áreas do conhecimento cujo pensamento preserva a idéia de que a melhor solução seria eliminá-la, diminuí-la ou, ao menos, controlá-la.

Essa situação, por si só, já justificaria uma retomada do tema no que concerne ao estudo terminológico. Todavia, esse não é o único motivo para essa escolha.

Ao se realizar um trabalho terminológico aplicado, pode-se observar que, apesar de todo o discurso dos especialistas das diferentes áreas de especialidade, que mostra o desejo de maior uniformidade e padronização, a presença da sinonímia é expressiva e tal fato pode ser comprovado pelo número de trabalhos que abordam o tema nos congressos de Terminologia e também pelo número de trabalhos, teses, manuais e artigos, nas áreas de Medicina, Botânica, Zoologia, por exemplo, que descrevem a sinonímia ou buscam a padronização de termos.

Com a Economia não é diferente. No trabalho de coleta de termos para a confecção do *Dicionário Terminológico da Economia*¹, percebe-se uma presença bastante expressiva de termos sinônimos. Como exemplo dessa constatação, pode-se citar o termo *bem substituto*, que apresenta outros quatro sinônimos (*bem concorrente*, *bem substitutivo*, *bem sucedâneo* e *substituto*), como se pode observar abaixo:

De acordo com a classificação da elasticidade-cruzada, os bens X e Y são substitutos ou complementares se a elasticidade-cruzada dos preços é positiva ou negativa. Como exemplos triviais, considere o seguinte: um acréscimo no preço da carne de porco, com o preço da carne de boi permanecendo constante tenderá a aumentar a quantidade demandada de carne de boi; η_{xy} é positiva e as carnes de boi e de porco são ditos <bens substitutos>. (Ferguson, 1994, p. 78)

Como sugerem os exemplos, <bens concorrentes> são aqueles que guardam uma relação de substituição. Ou se consome um ou outro. O consumo de um pode substituir o consumo do outro. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 112)

[...] tem-se o caso dos <bens substitutivos> ou <sucedâneos>, onde, quando sobe o preço do bem x, aumenta a quantidade procurada do bem y. Exemplo clássico é a relação entre a manteiga e a margarina. Subindo o preço da manteiga, aumenta o consumo de margarina. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 127)

Considerem-se dois bens x e y em meio a muitos bens possíveis, x, y, z etc. Se x e y são <substitutos>, quando o preço de y cai, a curva da demanda de x desloca-se para a esquerda. Se o preço de y aumenta, a curva de demanda desloca-se para a direita. Manteiga e margarina seriam um exemplo. Em outras palavras, a relação é positiva: um aumento no preço de y leva a um aumento na demanda de x e vice-versa. (Miller, 1981, p. 92)

Assim, como se pode notar, esse é um exemplo da vasta presença da sinonímia nos textos especializados que versam sobre a Economia. Também é interessante mencionar que três dos sinônimos são retirados de uma única obra, o que comprova, se não a aceitação destes pelos especialistas, ao menos a consciência de que eles existem.

Tendo isso em vista, parece bastante pertinente a realização de uma pesquisa mais aprofundada a respeito do fenômeno em Terminologia. Afinal, se, de maneira geral, os especialistas rejeitam a sinonímia, por que, em suas obras, eles a reproduzem e, em alguns casos, até criam termos sinônimos para conceitos já denominados? Com essa pergunta, já

¹ Esse *Dicionário*, que tem como público-alvo os estudantes do curso de graduação em Economia, está sendo elaborado no âmbito do Projeto “Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil” (TermNeo), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ieda Maria Alves. O projeto de elaboração desse *Dicionário* originou-se de uma carência, exposta pelos especialistas, de uma obra desse tipo, em português do Brasil, voltado a esse público-alvo, que muito necessita de um material de referência para consulta e esclarecimento sobre os conceitos econômicos.

se coloca aqui uma primeira hipótese: a de que há uma razão de ser para a sinonímia nos discursos especializados e essa é uma das investigações que esta pesquisa procurou desenvolver. Assim, entre os objetivos deste trabalho estão uma retomada das reflexões até hoje realizadas sobre a sinonímia, uma apresentação da sinonímia existente nos textos especializados que versam sobre a Economia, uma descrição das formas sob as quais a sinonímia se apresenta nesses textos e, por fim, uma reflexão a respeito das motivações para a existência da sinonímia nos discursos especializados.

2. Uma metodologia para o estudo da sinonímia nos textos especializados

Para chegar aos objetivos descritos acima, foi necessária uma metodologia adequada, que possibilitasse o levantamento dos dados e a posterior reflexão.

Assim sendo, o primeiro passo trilhado foi a escolha do *corpus* de estudo. Como o interesse da pesquisa é o discurso especializado na área de Economia – tendo também em vista que o trabalho realizado com a Economia tem como finalidade a elaboração do *Dicionário Terminológico da Economia*, voltado para alunos de graduação nessa área de especialidade –, foram consultados especialistas que auxiliaram na indicação de bibliografia. No caso das subáreas aqui tratadas, contou-se, em especial, com a colaboração do Prof. Dr. Adriano Biava, docente da FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Desse modo, foram consultadas as bibliografias básicas dos cursos de graduação em Economia da Universidade de São Paulo, da Universidade de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É necessário também destacar que a bibliografia utilizada na elaboração do Dicionário é muito vasta, por isso, para a elaboração desta tese, houve uma delimitação nas subáreas da Economia estudadas. Assim, constituíram o *corpus* apenas obras relacionadas às subáreas de Finanças Públicas e Microeconomia. A seguir são apresentadas as obras que constituem o *corpus*:

DALTON, H. *Finanças Públicas*. São Paulo: FGV, 1964.

ECKSTEIN, O. *Economia financeira – introdução à política fiscal*. 2.^a ed. Tradução de L. Miral. São Paulo: Zahar, 1971.

ERIS, C.C.C. *et al.* *Finanças Públicas*. São Paulo: FIPE, Livraria Pioneira Editora, 1983.

FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 18.^a ed. Tradução de A. G. Barbassa e A. P. Brandão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FILLELLINI, A. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 1989.

FONTENELE, A.M.C. *Progresso e método na história das teorias da organização industrial*. São Paulo: Tese de Doutorado, 1995.

GARÓFALO, G.L. e CARVALHO, L.C.P. *Teoria microeconômica*. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HICKS, U.K.W. *Finanças Públicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e o longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril, 1983. (Os economistas).

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

LETTENHOVE, K. *Finanças Públicas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.

LONGO, C.A. *Finanças Públicas – uma introdução*. São Paulo: IPE-USP, 1984.

MEYER, A. (org.) *Finanças Públicas*. Brasília: IPEA/FUNDAP, 1997.

MILLER, R.L. *Microeconomia: teoria, questões e aplicações*. Tradução de S. Gebanke. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.

MUSGRAVE, R.A. *Teoria das Finanças Públicas – um estudo de economia governamental*. Tradução de A. B. Simões. São Paulo: Atlas, 1974, V.1 e V.2.

PINDYCK, R.S. e RUBINFELD, D.L. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

PINHO, D.B. e VASCONCELLOS, M.A.S. (orgs.) *Manual de Economia*. 3.^a ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

POSSAS, M.L. *Estruturas de mercado em oligopólio*. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

REZENDE DA SILVA, F.A. *Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1978.

RIANI, F. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 1986.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

- SALVATORE, D. *Microeconomia*. Tradução de C. M. Ramalho. 3.^a ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- STEINDL, J. *Pequeno e grande capital: problemas econômicos do tamanho das empresas*. São Paulo: Hucitec / Ed. Unicamp, 1990.
- STEINDL, J. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Abril, 1983.
- SYLOS-LABINI, P. *Oligopólio e progresso técnico*. Tradução de V. C. Salles. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- SWEEZY, P.M. *Teoria do desenvolvimento capitalista. Princípios de economia política marxista*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VARIAN, H.R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Depois de realizada a delimitação do *corpus*, passou-se ao processo de leitura das obras, à coleta dos termos e à identificação dos termos que entre si apresentavam uma relação sinonímica. É necessário destacar que, em algumas obras, a coleta de termos foi realizada de modo informatizado, com a utilização do software Folio Views, pois as obras foram digitalizadas, por meio de escaneamento. Entretanto, esse procedimento não foi aplicado em todas as obras, pois, principalmente no início dos trabalhos, o processo de escaneamento demandava muito tempo, uma vez que as correções necessárias nos textos digitalizados eram muito numerosas. Assim, como se perderia muito tempo nesse processo, foi tomada a decisão de se realizar a leitura e a coleta nos moldes tradicionais.

Após a coleta e a identificação dos termos que apresentavam uma relação sinonímica, estes foram transcritos em fichas terminológicas, constituídas com a intenção de demonstrar a relação sinonímica estabelecida entre os termos. Essas fichas contaram com os seguintes campos: termo (que se repete ao menos duas vezes, uma vez que o conceito deve apresentar ao menos duas denominações diferentes), referências gramaticais, observações lingüísticas, contexto (estes três últimos campos repetem-se de acordo com o número de denominações diferentes existentes para cada conceito), definição, relação sinonímica, nota (quando necessário) e data de registro. A seguir, apresenta-se uma ficha terminológica preenchida.

Termo 1: concorrência monopolística

Referências gramaticais: sf

Observações lingüísticas: formação sintagmática (s + adj)

Termo 2: concorrência monopolista

Referências gramaticais: sf

Observações lingüísticas: formação sintagmática (s + adj)

Termo 3: concorrência imperfeita

Referências gramaticais: sf

Observações lingüísticas: formação sintagmática (s + adj)

Contexto (termo 1): CHAMBERLIN baseou sua teoria da <“concorrência monopolística”> num fato sólido empírico: há muito poucos monopolistas, porque há poucos bens para os quais não existem substitutos próximos; semelhantemente há muito poucos bens inteiramente homogêneos entre os produtores. Em lugar disso, há uma série de bens, alguns dos quais possuem poucos bens substitutos e alguns outros, muitos substitutos, porém não perfeitos. (Ferguson, 1994, p. 351-2)

Contexto (termo 2): Embora presente, como a concorrência perfeita, uma estrutura de mercado em que existe um número elevado de empresas, a <concorrência monopolista> (também chamada concorrência imperfeita) caracteriza-se pelo fato de que as empresas produzem produtos diferenciados, embora substitutos próximos. Por exemplo, diferentes marcas de cigarro, de sabonete, refrigerante etc. Trata-se, assim, de uma estrutura mais próxima da realidade que a concorrência perfeita, onde se supõe um produto homogêneo, produzido por todas as empresas. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 188)

Contexto (termo 3): O efeito combinado das economias de escala, da <concorrência imperfeita> e do oligopólio são percebidos na *relação entre o custo total e as vendas* (excluindo-se aqui do custo os juros pagos sobre o capital emprestado). Com um aumento no tamanho, as economias de escala tendem a reduzir os custos e relação às vendas, e o poder de oligopólio tende a aumentar os preços e, portanto, o valor das vendas, em relação aos custos. Por sua vez, a imperfeição do mercado tende a reduzir os preços, e a aumentar os custos das empresas maiores em relação aos das menores. (Steindl, 1990, p. 45)

Definição: Estrutura de mercado em que há vários vendedores de **bens** semelhantes que apresentam, porém, algum tipo de diferenciação.

Relação sinonímica entre: 1) prefixos *-ista* + *-ico* / prefixo *-ista*; em determinantes adjetivais; 2) formações sintagmáticas em que há determinantes adjetivais diferentes

Nota: O terceiro termo, *concorrência imperfeita*, é polissêmico; só é sinônimo de *concorrência monopolística* em uma de suas acepções.

Data de registro: 12/07/2002

É interessante destacar que, no *corpus* estudado foram encontrados duzentos e dezesseis conceitos que apresentam ao menos duas denominações. Há vários conceitos que apresentam duas denominações diversas e há outros, mais raros, que chegam a apresentar até oito denominações diferentes. Nesta pesquisa, foram analisados, ao todo, quinhentos e setenta termos que apresentam relações sinonímicas.

Ao término da transcrição dos termos nas fichas terminológicas, passou-se então à análise formal e semântica dos termos sinônimos, tendo em vista as diferenças existentes entre as formas e os significados dos aspectos que se apresentam como diferentes na formação de um termo e de outro. Destaca-se isso porque, às vezes, a única diferença entre uma denominação e outra é o uso de diferentes preposições ou o uso ou não de um artigo; ao passo que, em outras situações, as denominações são totalmente diferentes.

3. A Constituição da Tese

Tendo em vista tudo o que foi exposto acima, a tese ora proposta tem como finalidade: i) retomar o conceito de sinonímia, observando como o assunto foi tratado até o momento, sobretudo no que concerne aos estudos terminológicos; ii) refletir a respeito do tratamento dado a esse fenômeno; iii) demonstrar como a sinonímia se mostra nos textos especializados que versam sobre a Economia; iv) apresentar uma análise formal e

semântica a respeito desses sinônimos; e, por fim, v) apresentar uma reflexão a respeito do papel da sinonímia nos discursos especializados e as razões para a sua existência.

Assim, a presente tese apresenta, em sua constituição, este primeiro capítulo introdutório, em que se apresentou a pesquisa e suas razões de ser, um segundo capítulo, em que será demonstrado de que forma a sinonímia vem sendo abordada até o momento nos estudos lingüísticos, um terceiro capítulo, em que se mostrará como os estudos terminológicos têm enfrentado o fenômeno da sinonímia, um quarto capítulo, em que se apresentará a sinonímia nos textos especializados de Economia e uma análise formal e semântica dos termos sinonímicos, um quinto capítulo, em que será apresentada uma reflexão a respeito das causas e das razões de ser para a existência da sinonímia nos discursos especializados, um sexto e último capítulo em que serão apresentadas as considerações finais e, ao final, as referências bibliográficas das obras consultadas e citadas.

Capítulo II:
A Sinonímia nos Estudos Lingüísticos

II. A SINONÍMIA NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

1. Como e sob que pontos de vista se pode definir a *sinonímia*?

Para iniciar as discussões a respeito da sinonímia, faz-se necessário primeiramente definir o fenômeno. Antes de se chegar a esse ponto, porém, é preciso destacar que a sinonímia é um fenômeno lingüístico relatado por vários estudiosos há muito tempo. Já na Grécia antiga, o fenômeno era mencionado pelos filósofos, como Aristóteles, por exemplo. Mais contemporaneamente, o fenômeno acabou sendo tratado de maneira bastante aprofundada pela Lingüística. Entretanto, os filósofos continuam sentindo-se atraídos pelo tema e dedicando seus estudos a ele. Como exemplo dessa dedicação pode-se citar Rudolf Carnap, filósofo com muitos trabalhos sobre a sinonímia.

Este trabalho, porém, tem como objetivo estudar a sinonímia a partir de um ponto de vista lingüístico e não filosófico, por isso partir-se-á, para o estudo do fenômeno, de pesquisas lingüísticas a respeito do tema. Assim, observar-se-á que os trabalhos neste capítulo estão inseridos no âmbito, primeiramente, da Semântica, subárea da Lingüística que trata das relações de significado, e, posteriormente, da Lexicologia, também subárea da Lingüística que trata do léxico e está atenta às relações de significado existentes entre as palavras que fazem parte do acervo lexical de uma língua.

Antes de passar, contudo, aos estudos semânticos e lexicológicos sobre o fenômeno, é interessante saber o que, de modo mais geral, se entende por sinonímia. Uma das vias para se conseguir tal informação é verificar como ela é definida nos dicionários de língua.

Assim, atualmente, se se faz uma busca no verbete *sinonímia* do *Novo Aurélio Século XXI*, um dos dicionários mais populares da língua portuguesa, encontra-se a seguinte informação:

sinonímia. [Do gr. *synonymía*, pelo lat. *tard.* *synonymia*; fr. *synonymie*.] S. f. E. Ling.
1. Qualidade ou caráter de sinônimo. 2. Relação entre palavras sinônimas. 3. Fato lingüístico que se caracteriza pela existência de palavras sinônimas. 4. Uso de sinônimos. [Antôn., nas acepç. 1 e 4: antonímia.]²

² Ferreira, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1862.

Como a definição não só faz referência, mas define o termo com base no conceito de *sinônimo*, é interessante também consultar esse segundo verbete. Nele, por sua vez, pode-se encontrar o seguinte:

sinônimo. [Do gr. *synónymon*, pelo lat. *tard.* *synonymon*.] **Adj. 1.** E. Ling. *Diz-se da palavra ou locução que tem a mesma ou quase a mesma significação que outra.* • **S. m. 2.** E. Ling. *Palavra ou expressão sinônima de outra [...]* **3.** Bot. *Nome aplicado a uma espécie vegetal posteriormente ao nome válido, que é o primeiro, se este foi dado de acordo com as regras aceitas.*³

Diante dessas definições, observa-se que, ao menos para o dicionarista, o conceito de sinonímia está estreitamente ligado aos estudos lingüísticos e que o fenômeno revela o fato de existirem palavras ou expressões que têm a mesma significação ou significações muito próximas. Também aqui já é interessante destacar que, no verbete *sinônimo*, se faz referência a uma área de especialidade, a Botânica, que lida de forma especial com essas palavras ou expressões que dão nome a uma mesma espécie vegetal, mostrando já um modo de normalização de sua terminologia, um dado interessante para este trabalho.

De modo geral, pode-se dizer, como se poderia esperar, que os verbetes do dicionário registram a idéia geral que os falantes têm, quando se fala na existência de sinônimos, quando estes são procurados em dicionários específicos de sinônimos, ou ainda, quando, por meio deles, se busca definir uma palavra desconhecida a um outro falante.

Entretanto, apesar de o dicionário registrar essa idéia geral, é necessário descrever com mais detalhes o que exatamente é a sinonímia para a Semântica e a Lexicologia e demonstrar quais são os problemas teóricos e práticos envolvidos em sua identificação e em sua conceituação, além de apresentar quais são as atuais reflexões sobre o tema. Os próximos itens deste capítulo pretendem dar conta desse objetivo.

³ Idem.

2. A sinonímia no âmbito dos estudos semânticos

O conceito atribuído ao termo sinonímia pelos diferentes estudiosos da Semântica, a princípio, parece não diferir da conceituação registrada pelos dicionários de língua e da atribuída ao termo pelos falantes da língua em geral. Em Lyons (1997), por exemplo, pode-se encontrar a seguinte afirmação: *As expressões com igual significado são **sinônimas***⁴. Entretanto, o próprio autor continua seu texto, fazendo observações sobre o conceito, que, de início, parece banal, mas mostra suas complexidades:

[...] *Haveria que se fazer duas observações a essa definição. A primeira é que a relação de sinonímia não se limita aos lexemas: pode ocorrer que expressões lexicamente simples tenham o mesmo significado que expressões lexicamente complexas. A segunda supõe que a identidade, e não meramente a semelhança, seja o critério da sinonímia. Neste último sentido se diferencia da definição de sinonímia que se pode encontrar em muitos dicionários padrões e daquela com a que os mesmos lexicógrafos operam ordinariamente. Muitas das expressões recolhidas como sinônimas nos dicionários gerais ou especializados são o que poderia denominar-se **quase-sinônimos**: expressões que são mais ou menos semelhantes no significado; mas não idênticas. A quase-sinonímia, como veremos, não se há de confundir com vários tipos do que chamarei **sinonímia parcial**, que satisfaz nosso critério de identidade de significado, mas que por diversas razões, não chega a cumprir as condições do que se pode designar como sinonímia absoluta. [...]*⁵

Nessas considerações apresentadas por Lyons, além de lembrar o fato de que não existem apenas relações de sinonímia entre lexemas simples, o autor introduz três outros conceitos relacionados ao tema: a quase-sinonímia, a sinonímia parcial e a sinonímia absoluta.

⁴ Lyons, J. *Semántica lingüística: una introducción*. Trad. de S. Alcoba. Barcelona: Paidós, 1997, p. 87. Tradução proposta para: *Las expresiones con igual significado son **sinónimas***.

⁵ Idem. Tradução proposta para: [...] *Habría que hacer dos puntualizaciones a esta definición. La primera es que la relación de sinonímia no se limita a los lexemas: puede ocurrir que expresiones léxicamente simples tengan el mismo significado que expresiones léxicamente complejas. La segunda supone que la identidad, y no meramente la semejanza, sea el criterio de la sinonímia.*

*En este último sentido se diferencia de la definición de sinonímia que se puede encontrar en muchos diccionarios estándar y de aquella con la que los mismos lexicógrafos operan de ordinario. Muchas de las expresiones recogidas como sinónimas en los diccionarios ordinarios o especializados son lo que podría denominarse **cuasisinónimos**: expresiones que son más o menos semejantes en significado; pero no idênticas. La cuasisinonímia, como veremos, no se ha de confundir con varios tipos de lo que llamaré **sinonímia parcial**, que satisface nuestro criterio de identidad de significado, pero que, por diversas razones, no llega a cumplir las condiciones de lo que se suele designar como sinonímia absoluta.*

Quanto à quase-sinonímia, o autor afirma que ela é diferente dos demais conceitos porque está relacionada à sinonímia entre lexemas cujos significados são apenas semelhantes, mas não idênticos. Em relação às outras, o autor tenta distingui-las mais à frente no seu texto:

*Vamos introduzir o conceito de **sinonímia absoluta**, em contraste com a quase-sinonímia e com o conceito mais amplo de sinonímia, que se acabou de definir e que cobre a sinonímia absoluta e parcial (quer dizer, a não-absoluta). Por ora é quase trivialidade dizer que a sinonímia absoluta é muito rara – pelo menos como uma relação entre lexemas – nas línguas naturais. [...] Duas (ou mais) expressões são absolutamente sinônimas se, e somente se, satisfazem as três condições seguintes:*

- (i) *todos os seu significados são idênticos;*
- (ii) *são sinônimos em todos os contextos;*
- (iii) *são semanticamente equivalentes (quer dizer, seu significado ou significados são idênticos) em todas as dimensões do significado descritivo e não-descritivo.*⁶

Com essas observações, o autor apresenta critérios atualmente muito usados, como se poderá verificar mais adiante, para se constatar a sinonímia absoluta ou verdadeira. Como se observa no texto do autor, a intercambialidade em todos os contextos é um dos princípios para se considerar dois ou mais lexemas como sinônimos absolutos, além do fato de que também o significado não-descritivo desses lexemas tem de ser idêntico. Daí, já se torna possível inferir o quão difícil, segundo esses critérios, é considerar dois lexemas como sinônimos absolutos e de que forma nasce a indagação referente à existência ou não-existência de sinonímia absoluta.

Lyons não nega a sua existência, porém afirma que esta é raríssima; outros estudiosos da Semântica posicionam-se de maneira um pouco diferenciada. Ullmann (1965), por exemplo, inicia seu capítulo sobre a sinonímia, citando dois estudiosos que negam a existência da sinonímia absoluta. Assim, cita Macaulay, que afirma: “*Muda a*

⁶ Idem, p. 88. Tradução proposta para: *Vamos a introducir el concepto de **sinonímia absoluta**, en contraste con la cuasisinonímia y con el concepto más amplio de sinonímia, que se acaba de definir y que cubre la sinonímia absoluta y la parcial (es decir, la no absoluta). Por ahora es casi una trivialidad decir que la sinonímia absoluta es muy rara — por lo menos como una relación entre lexemas— en las lenguas naturales. (No es rara, por supuesto, como una relación entre expresiones léxicamente compuestas.) Dos (o más) expresiones son absolutamente sinónimas si, y solo si, satisfacen las tres condiciones siguientes:*

- (i) *todos sus significados son idênticos;*
- (ii) *son sinónimos en todos los contextos;*
- (iii) *son semánticamente equivalentes (es decir, su significado o significados son idênticos) en todas las dimensiones del significado, descriptivo y no descriptivo.*

estrutura da oração, substitui um sinônimo por outro, e o efeito total estará destruído.”⁷

Logo adiante, o autor cita também Bloomfield: “*cada forma lingüística tem um significado constante e específico. Se as formas são foneticamente diferentes, supomos que seus significados também são diferentes. Supomos, em resumo, que não há sinônimos absolutos.*”⁸.

Apesar dessas citações iniciais, o autor apresenta uma postura diferente, defendendo a existência da sinonímia absoluta:

Ainda que haja, sem dúvida, muito de verdade nestas afirmações, seria errôneo negar a possibilidade de sinonímia completa. Bastante paradoxalmente, a encontramos onde menos se esperaria: nas nomenclaturas técnicas. O fato de que os termos científicos estejam precisamente delimitados e sejam emocionalmente neutros nos permite falar, de uma maneira muito definida, se dois deles são completamente intercambiáveis, e a sinonímia absoluta não é, de modo algum, infreqüente. Recentes estudos sobre a formação de terminologias industriais têm mostrado que, às vezes, surgirão vários sinônimos em torno de um invento novo, até que finalmente se separem. Semelhante sinonímia pode inclusive persistir durante um período indefinido.⁹

e prossegue:

[...] Na linguagem ordinária, raramente cabe ser tão positivo acerca da identidade de significados, já que o assunto se complica pela vaguidão, a ambigüidade, as tonalidades emotivas e os efeitos evocadores, mas ainda assim se podem encontrar ocasionalmente palavras que são em todos os sentidos intercambiáveis [...].¹⁰

⁷ Macaulay *apud* Ullmann, S. *Semântica: introducción a la ciencia del significado*. Madrid: Aguilar, 1965, p.159. Tradução proposta para: *Cambia la estructura de la oración, sustituye un sinónimo por otro, y el efecto total quedará destruído*.

⁸ Bloomfield *apud* Ullmann, S. *Semântica: introducción a la ciencia del significado*. Madrid: Aguilar, 1965, p. 159. Tradução proposta para: “*cada forma lingüística tiene un significado constante y específico. Si las formas son fonéticamente diferentes, suponemos que sus significados también son diferentes. Suponemos, en resumen, que no hay verdaderos sinónimos*”.

⁹ Ullmann, S. *Semântica: introducción a la ciencia del significado*. Madrid: Aguilar, 1965, pp.159-60. Tradução proposta para: *Aunque hay, sin duda, mucho de verdad en estas afirmaciones, sería erróneo negar la posibilidad de la sinonimia completa. Bastante paradójicamente, la encontramos donde menos se esperaría: en las nomenclaturas técnicas. El hecho de que los términos científicos estén precisamente delimitados y sean emocionalmente neutros nos permite hallar, de una manera muy definida, si dos de ellos son completamente intercambiables, y la sinonimia absoluta no es, en modo alguno, infrecuente. Recientes estudios sobre la formación de terminologías industriales han mostrado que a veces surgirán varios sinónimos en torno a un invento nuevo, hasta que finalmente se separen. Semejante sinonimia puede incluso persistir durante un período indefinido*.

¹⁰ Idem, p. 160. Tradução proposta para: *[...] En el lenguaje ordinario, raramente cabe ser tan positivo acerca de la identidad de significados, ya que el asunto se complica por la vaguedad, la ambigüedad, las tonalidades*

Desse modo, percebe-se que Ullmann defende a existência de sinônimos absolutos, sobretudo, quando se trata das áreas de especialidade. Para o autor, o principal teste a ser aplicado para se fazer essa verificação é a intercambialidade em todos os contextos, como se pode observar na citação a seguir:

*O melhor método para a delimitação dos sinônimos é a prova de substituição recomendada por Macaulay. Esta, como se recordará, é um dos procedimentos fundamentais da lingüística moderna, e no caso dos sinônimos revela, por sua vez, se, e até que ponto, são intercambiáveis. Se a diferença é predominantemente objetiva, a miúdo se achará uma certa superposição parcial no significado: os termos em questão podem ser intercambiados em uns contextos, mas não em outros.[...] Se, por outro lado, a diferença entre os sinônimos é primordialmente emotiva ou estilística, não pode haver superposição de modo algum: por mais próximos que estejam quanto ao significado objetivo, pertencem a registros ou níveis de estilo totalmente diferentes, e normalmente não podem intercambiar-se. [...]*¹¹

Diante das afirmações, verifica-se que Ullmann apresenta a possibilidade de existência da sinonímia absoluta, que é provada pelo teste de intercambialidade. Todavia, o autor é bastante enfático quando diz que não haverá sinonímia se as palavras ou termos em questão pertencerem a níveis de registro diferentes.

O posicionamento de Ullmann é bastante interessante para este trabalho e, posteriormente (cf. capítulo V) será retomado, uma vez que aborda o tema especificamente nas áreas de especialidade e traz à tona o problema da transição nos diferentes níveis de estilo.

Outro estudioso da Semântica, Cruse (1986), já em sua definição do que são sinônimos, faz menção a diferentes traços semânticos existentes entre eles:

emotivas y los efectos evocadores; pero aun así se pueden encontrar ocasionalmente palabras que son en todos los sentidos intercambiables [...].

¹¹ Idem, pp. 161-2. Tradução proposta para: *El mejor método para la delimitación de los sinónimos es la prueba de sustitución recomendada por Macaulay. Esta, como se recordará, es uno de los procedimientos fundamentales de la lingüística moderna, y en el caso de los sinónimos revela a la vez sí, y hasta qué punto, son intercambiables. Si la diferencia es predominantemente objetiva, a menudo se hallará una cierta superposición parcial en el significado: los términos en cuestión pueden ser intercambiados en unos contextos, pero no en otros. [...] Si, por otro lado, la diferencia entre los sinónimos es primordialmente emotiva o estilística, no puede haber superposición en modo alguno: por muy próximos que estén en cuanto al significado objetivo, pertenecen a registros o niveles de estilo totalmente diferentes, y normalmente no pueden intercambiarse.[...]*

*Sinônimos, então, são itens lexicais cujos sentidos são idênticos em relação aos traços semânticos 'centrais', mas diferem, se absolutamente, apenas em relação ao que podemos provisoriamente descrever como traços 'menores' ou 'periféricos' [...]*¹²

Assim, percebe-se que o autor já afirma a existência de diferentes traços semânticos entre os sinônimos. Mais adiante em sua obra, Cruse também discute a existência ou não-existência da sinonímia absoluta:

*Uma coisa torna-se clara uma vez que começamos uma pesquisa séria sobre sinônimos absolutos, e é que, se eles existem realmente, são extremamente incomuns. Além disso, pareceria razoável predizer que se essa relação ocorresse, seria instável. Não há uma motivação óbvia para a existência de sinônimos absolutos numa língua, e esperar-se-ia que qualquer um desses itens se tornasse obsoleto, ou que uma diferença na função semântica se desenvolvesse. [...] Parece provável, e muitos semanticistas mantiveram, que línguas naturais detestam sinônimos absolutos assim como a natureza detesta o vácuo.*¹³

Como se pode verificar, o autor não descarta totalmente a existência da sinonímia absoluta, mas admite-a praticamente como um conceito teórico. Dito de outra forma, esse conceito serve para ele como um construto teórico, uma vez que é praticamente inobservável na realidade.

Diante disso, uma novidade apresentada pelo autor é o fato de que existem diferentes graus de sinonímia, ou seja, Cruse afirma que há termos que entre si são mais sinônimos que outros.

Para complementar os pensamentos sobre a sinonímia até aqui expostos pelos estudiosos da Semântica, é interessante apresentar uma teorização a respeito do fenômeno proposta por Baldinger (1970), um estudioso que, além da Semântica, dedica suas pesquisas à Lexicologia e, por isso, tem muitas contribuições a dar a esta pesquisa. Mais adiante, apresentar-se-á também como a sinonímia é abordada pelos lexicólogos, porém,

¹² Cruse, D. A. *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 267. Tradução proposta para: *Synonyms, then, are lexical items whose senses are identical in respect of 'central' semantic traits, but differ, if at all, only in respect of what we may provisionally describe as 'minor' or 'peripheral' traits; [...]*

¹³ Idem, p. 270. Tradução proposta para: *One thing becomes clear once we begin a serious quest for absolute synonyms, and that is that if they exist at all, they are extremely uncommon. Furthermore, it would seem reasonable to predict that if the relationship were to occur, it would be unstable. There is no obvious motivation for the existence of absolute synonyms in a language, and one would expect either that one of the items would fall into obsolescence, or that a difference in semantic function would develop.[...] It seems probable, and many semanticists have maintained, that natural languages abhor synonyms just as nature abhors a vacuum.*

como o trabalho de Baldinger aqui citado traz, sobretudo, uma abordagem semântica, foi feita a opção de mencioná-lo ainda neste subcapítulo.

Com a finalidade de estudar mais profundamente a sinonímia, Baldinger retoma, primeiramente o trapézio de Heger, que distingue, no plano da substância do conteúdo, o significado (que reúne todos os sememas ligados a um monema), o semema (que se poderia chamar de significação na terminologia tradicional) e o sema (ou seja, o conceito). Diante da retomada desse trapézio e frente à sinonímia, Baldinger afirma:

Se o significado não contém senão um semema, significado e semema são idênticos; se o significado contém, entretanto, vários sememas, constitui-se um campo semasiológico. Com relação à sinonímia, esta situação de base nos permite distinguir duas classes de sinonímia no plano da substância do conteúdo:

Uma sinonímia de dois significados (se os dois significados, ligados a dois monemas diferentes, só contêm, cada um, um semema) [...]

Uma sinonímia de dois sememas que estão ligados através de dois significados complexos (que contém mais de um semema), a dois monemas diferentes [...]

*A sinonímia, neste segundo caso, se produz não no plano do significado, mas no plano do semema [...]*¹⁴

Mais adiante, Baldinger continua:

*Se há identidade de significado e de semema, os dois monemas em questão são sinônimos absolutos quanto a sua função simbólica no plano da substância do conteúdo (= identidade de um de seus sememas ou significações). Neste segundo caso – esta é a conclusão mais importante – os dois monemas em questão, que têm um semema (uma significação) em comum, se distinguem pela presença virtual dos sememas (das significações) que não têm em comum. Dito de outro modo: a presença virtual de dois campos semasiológicos cria uma diferença entre dois monemas (lexemas ou morfemas) que têm uma significação em comum. [...]*¹⁵

¹⁴ Baldinger, K. *Teoría semántica: hacia una semántica moderna*. Madrid: Ediciones Alcalá, 1970, pp. 209-10. Tradução proposta para: *Si el significado no contiene sino un semema, significado y semema son idénticos; si el significado contiene, en cambio, varios sememas, constituye un campo semasiológico. Respecto a la sinonimia, esta situación de base nos permite distinguir dos clases de sinonimia en el plano de la sustancia del contenido:*

Una sinonimia de dos significados (si los dos significados, ligados a dos monemas diferentes, sólo contienen, cada uno, un semema) [...]

Una sinonimia de dos sememas que están ligados a través de dos significados complejos (que contienen más de un semema), a dos monemas diferentes [...]

La sinonimia, en este segundo caso, se produce no en el plano del significado, sino en el plano del semema [...]

¹⁵ Idem, p. 211. Tradução proposta para: *Si hay identidad de significado y de semema, los dos monemas en cuestión son sinónimos absolutos en cuanto a su función simbólica en el plano de la sustancia del contenido (= identidad de uno de sus sememas o significaciones). En este segundo caso — ésta es la conclusión más importante — los dos monemas en cuestión, que tienen un semema (una significación) en común, se distinguen por la presencia virtual de los sememas (de las significaciones) que no tienen en común. Dicho de*

Assim,

*Dois monemas (lexemas ou morfemas) que têm duas ou várias significações jamais são, por conseguinte, absolutamente sinônimos, ainda que alguém os utilize com a significação (ou uma significação) que têm em comum, porque as outras significações permanecem virtualmente presentes.[...]*¹⁶

Percebe-se, desse modo, por essas citações e numa primeira análise, que Baldinger acredita que a sinonímia absoluta só pode existir caso os *monemas* considerados sinônimos tenham, cada um deles, uma única significação e esta seja comum a ambos.

Entretanto, observando a continuidade da argumentação de Baldinger, verifica-se que o estudioso é ainda mais incisivo. Para justificar a ausência de sinonímia absoluta, quando se fala do signo lingüístico em sua plenitude, o autor lista uma série de elementos que intervêm na sinonímia; assim, ao lado da presença virtual do campo semasiológico, quando os *monemas* têm mais de uma significação, cita primeiramente, lembrando que estes não vivem isoladamente na língua, mas relacionam-se com outros, os seguintes fatores que diferenciam os sinônimos e favorecem a escolha de um deles: a semelhança formal com outros *monemas*; a pertença a uma família de palavras; a motivação expressa, sobretudo nas palavras compostas ou derivadas, ao lado de outros monemas em que tal motivação não é percebida; a questão da fono-estilística; as possibilidades de distribuição das palavras em determinados contextos e sintagmas; a entonação e o ritmo; o estilo do texto; e, por fim, os princípios estilísticos de convenção, como o princípio da não-repetição de uma mesma palavra. Baldinger também enumera outros fatores ligados ao falante que intervêm na escolha entre sinônimos: a localização geográfica; a posição social; a profissão; a religião; a pertença a um partido político; a idade; o sexo; a escolha entre modernismos ou arcaísmos; a escolha entre cultismos ou popularismos; a escolha entre estrangeirismos ou palavras autóctones; a possibilidade de intensificação (*muito / um mar de*); o humor; a ironia e a paródia; a afetividade laudativa; a afetividade pejorativa; e o eufemismo.

otro modo: la presencia virtual de dos campos semasiológicos crea una diferencia entre dos monemas (lexemas o morfemas) que tienen una significación en común. [...]

¹⁶ Idem, p. 212. Tradução proposta para: *Dos monemas (lexemas o morfemas) que tienen dos o varias significaciones jamás son, por consiguiente, absolutamente sinónimos, aunque uno los utilice con la significación (o una significación) que tienen en común, porque las otras significaciones permanecen virtualmente presentes. [...]*

Assim, levando em consideração todos esses fatores, o estudioso chega a uma conclusão mais incisiva:

[...] *A conclusão que se depreende de nosso exame é a seguinte: é necessário distinguir rigorosamente entre os diferentes planos ou níveis. Duas palavras podem ser sinônimos absolutos no que respeita a seu conteúdo conceitual-semântico, mas jamais o são quando se tem em conta a riqueza de fatores externos que dependem do falante e de fatores internos que dependem da estrutura da língua mesma. A sinonímia existe no plano conceitual-simbólico como sinonímia de significados ou como sinonímia de sememas; a sinonímia não existe no plano semasiológico.*[...] *Dito de outro modo: não há variação livre no domínio das unidades significativas [...]. Quando volto a integrar os conceitos nos monemas, as implicações estilísticas diferenciadoras são inevitáveis ou, para dizê-lo com ULLMANN; <<quase todos os fenômenos que estuda esta ciência [a semântica] têm prolongações estilísticas>>. O conteúdo do monema compõe-se necessariamente de um semema (que permite a sinonímia absoluta) e de um conjunto de valores estilísticos adicionais (que, por sua complexidade, não permitem nenhuma sinonímia absoluta) [...]. Conclusão para aqueles que gostam das fórmulas breves: a sinonímia absoluta não existe no plano dos monemas (signos lingüísticos).*¹⁷

Desse modo, verifica-se que o autor é contundente ao afirmar que no plano de análise do signo lingüístico não há sinonímia absoluta; esta somente existe no plano conceitual ou do significado e se esse significado contiver apenas um semema simbólico, ou seja, segundo o autor só se pode falar de sinonímia absoluta num plano de análise onomasiológica. Também em relação às terminologias o autor é enfático ao afirmar essa posição:

A miúdo se tem pretendido (com mais ou menos convicção) que a sinonímia absoluta exista na terminologia científica. Não creio. Não há, na realidade, senão uma mudança de acento, por assim dizer; o conteúdo conceitual – delimitável e definível – se situa no primeiro plano. Poder-se-ia dizer ainda que este é o único aspecto que interessa na ciência. Não faltam as implicações estilísticas, mas não interessam ou, em todo caso, interessam muito menos e, em geral, seu reduzido número não merece ser levado em conta. Lautlehre e Phenetik, Formenlehre e Morphologie em alemão são sinônimos

¹⁷ Idem, pp. 223-5 Tradução proposta para: [...] *La conclusión que se desprende de nuestro examen es la siguiente: es necesario distinguir rigurosamente entre los diferentes planos o niveles. Dos palabras pueden ser sinónimos absolutos en lo que respecta a su contenido conceptual-simbólico pero no lo son jamás cuando se tiene en cuenta la riqueza de factores externos que dependen del hablante y de factores internos que dependen de la estructura de la lengua misma. La sinonimia existe en el plano conceptual-simbólico como sinonimia de significados o como sinonimia de sememas; la sinonimia no existe en el plano semasiológico. [...] Dicho de otro modo: no hay variación libre en el dominio de las unidades significativas [...]. Cuando vuelvo a integrar los conceptos en los monemas, las implicaciones estilísticas diferenciadoras son inevitables o, para decirlo con ULLMANN: «casi todos los fenómenos que estudia esta ciencia [la semántica] tienen prolongaciones estilísticas». El contenido del monema se compone necesariamente de un semema (que permite la sinonimia absoluta) y de un halo de valores estilísticos adicionales (que, por su complejidad, no permiten ninguna sinonimia absoluta). [...] Conclusión para quienes les gustan las fórmulas breves: la sinonimia absoluta no existe en el plano de los monemas (signos lingüísticos).*

*científicos; mas um dos sinônimos é motivado e o outro é uma palavra estrangeira. Essas implicações estilísticas estão relegadas, mas basta, por exemplo, um movimento purista (recusa de latinismos, de palavras estrangeiras, etc.) para ativá-las; a miúdo as implicações sintomáticas são absolutamente necessárias para garantir a compreensão (monema= escola de Martinet, morfema = escola de Bloomfield). [...] Só as línguas artificiais [...] contêm unidades unívocas, em oposição (por definição) às terminologias científicas que se servem das línguas naturais.*¹⁸

Sendo assim, concluindo, observa-se que, para Baldinger, a sinonímia absoluta não existe sequer nas terminologias científicas, ou seja, para o estudioso, a partir do momento em que o conceito se atualiza num discurso concreto, por meio de um signo lingüístico, os fatores estilísticos passam a atuar na escolha entre sinônimos.

Mais adiante, neste trabalho, os pontos até aqui levantados serão retomados. Entretanto, para completar as reflexões até agora mencionadas, é interessante verificar o que os lexicólogos, que lidam diretamente com a análise semântica das palavras têm a dizer a respeito da sinonímia.

3. A sinonímia no âmbito dos estudos lexicológicos

Quando se pensa em estudos lexicológicos e lexicográficos, sobretudo os lexicográficos, o fenômeno da sinonímia é necessariamente abordado, pois, além de as descrições semânticas inúmeras vezes serem realizadas por meio do uso de sinônimos, os

¹⁸ Idem, pp. 225-6. Tradução proposta para: *A menudo se ha pretendido (con más o menos convicción) que la sinonimia absoluta existe en la terminología científica. No lo creo. No hay, en realidad, sino un cambio de acento, por así decirlo; el contenido conceptual — delimitable y definible — se sitúa en primer plano. Se podría decir aún que éste es el único aspecto que interesa en la ciencia. No faltan las implicaciones estilísticas, pero no interesan o, en todo caso, interesan mucho menos y, en general, su reducido número no merece ser tomado en cuenta. Lautlehre y Phonetik, Formenlehre y Morphologie en alemán son sinónimos científicos; pero uno de los dos sinónimos es motivado y el otro es una palabra extranjera. Estas implicaciones estilísticas están relegadas, pero basta, por ejemplo, un movimiento purista (rechazo de latinismos, de palabras extranjeras, etc.) para activarlas; a menudo las implicaciones sintomáticas son absolutamente necesarias para garantizar la comprensión (monema — escuela de MARTINET, morfema = escuela de BLOOMFIELD). [...] Sólo las lenguas artificiales [...] contienen unidades unívocas, en oposición (por definición) a las terminologías científicas que se sirven de las lenguas naturales.*

dicionaristas e os estudiosos do léxico devem apontar as relações semânticas que as palavras têm entre si. Assim, é impossível que essas descrições não esbarrem no tratamento da sinonímia.

Poder-se-ia pensar, a princípio, que, para os lexicógrafos, a sinonímia absoluta existe, uma vez que estes, quando produzem dicionários, fazem indicações de sinônimos e, algumas vezes, até definem algumas palavras por meio do uso de sinônimos. Analisando-se, porém, as obras teóricas sobre a Lexicologia e a Lexicografia, pode-se constatar que não é assim. Os lexicólogos e lexicógrafos conhecem bem a problemática que se estabelece no estudo e na análise do fenômeno, por isso têm todo um especial apreço pelo tema. Devido a esse fato, nos manuais de Lexicologia e Lexicografia sempre se encontram referências e uma abordagem do fenômeno, mesmo que breve.

Tendo isso em vista, para que o levantamento aqui realizado não se alongasse muito e não trouxesse muitas repetições, elegeu-se duas obras que abordam a sinonímia do ponto de vista da Lexicologia e da Lexicografia. A primeira a ser citada é a de Haensch e outros (1982), e a segunda, um pouco mais recente, de Niklas-Salminen (1997).

Iniciando cronologicamente pela obra de Haensch e outros (1982), verifica-se que os autores, para definirem a sinonímia, utilizam-se de uma citação de Hausmann, em que o autor conceitua os sinônimos da seguinte forma:

*Chamam-se sinônimos aquelas palavras que, pertencendo à mesma categoria gramatical, com significados parecidos e com forma diferente, podem intercambiar-se em determinados contextos com ou sem matizações do significado.*¹⁹

Entretanto, os autores não se restringem a essa definição e aprofundam a reflexão, de modo bastante similar às idéias de Baldinger, anteriormente citadas:

[...] à pergunta sobre se existem sinônimos se pode responder afirmativamente, já que, se partimos do conceito simbólico, que é um conceito dependente de uma língua dada [...], de fato se podem dar várias denominações. Os vocábulos franceses nonante em Genebra e quatre-vingt-dix em Paris denominam ambos o conceito '90', médecin e francês popular toubib denominam ambos o 'médico'; em cada caso são, pois, idênticos do

¹⁹ Hausmann, F.J., 1977, p. 91. *apud* Haensch, G. *et al.* *La Lexicografía. De la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica.* Madrid: Gredos, 1982, p. 348. Tradução proposta para: *Se llaman sinónimos aquellas palabras que, perteneciendo a la misma categoría gramatical, con significados parecidos y con forma diferente, pueden intercambiarse en determinados contextos con o sin matizaciones del significado.*

*ponto de vista simbólico-funcional. Em outras palavras, isto significa que, da perspectiva onomasiológica, há sinônimos, variantes de denominação para o mesmo conceito simbólico. Se, por outro lado, se elegem as denominações de uma língua dada como ponto de partida, ou seja, se se procede a análises semasiológicas, entram em jogo também as outras funções do signo lingüístico [...]. Do ponto de vista semasiológico, se pode comprovar também que entre nonante e quatre-vingt-dix há uma identidade simbólica, e o mesmo entre médecin e toubib; mas isto só é possível porque do catálogo de traços ou semas se excluem aqueles fatores que não têm nada que ver com o caráter de símbolo do signo, quer dizer, valores que diferenciam os sinônimos.[...]*²⁰

Observa-se, assim, que, como Baldinger, os autores não acreditam na existência da sinonímia absoluta no plano semasiológico de análise, mas apenas no plano onomasiológico, em que ainda não há a atualização do signo lingüístico em um discurso individual, que traz a escolha do falante por uma determinada denominação, dependendo de suas características individuais e sociais no âmbito de uma comunidade lingüística e das intenções de seu discurso.

Corroborando esse pensamento, ainda que não estabelecendo uma diferenciação entre os planos semasiológico e onomasiológico, mas comentando e problematizando os conceitos de sinonímia absoluta e parcial, além do princípio de intercambialidade em todos os contextos, Niklas-Salminen (1997) apresenta o seguinte pensamento:

*De modo geral, pode-se prever que se duas palavras são usadas exatamente nos mesmos contextos, uma delas tem tendência a desaparecer ou a mudar de sentido. Se muitos significantes correspondem a um mesmo significado, é certamente porque a língua necessita: há, sem dúvida, entre essas palavras diferenças mais ou menos sensíveis.*²¹

²⁰ Haensch, G. et al. *La Lexicografía. De la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, pp. 350-1. Tradução proposta para: [...] *la pregunta sobre si existen sinónimos se puede contestar afirmativamente, ya que, si partimos del concepto representado o del concepto simbólico, que es un concepto dependiente de una lengua dada [...], de hecho se pueden dar varias denominaciones. El francés nonante en Ginebra y quatre-vingt-dix en Paris denominan ambos el concepto '90', médecin y francés popular toubib denominan ambos el de 'médico'; en cada caso son, pues, idénticos desde el punto de vista simbólico-funcional. En otras palabras, esto significa que, desde la perspectiva onomasiológica, hay sinónimos, variantes de denominación para el mismo concepto simbólico. Si, por otro lado, se eligen las denominaciones de una lengua dada como punto de partida, es decir, si se procede a análisis semasiológicos, entran en juego también las otras dos funciones del signo lingüístico, [...]. Desde este punto de vista semasiológico, se puede comprobar también que entre nonante y quatre-vingt-dix hay una identidad simbólica, y lo mismo entre médecin y toubib; pero esto sólo es posible porque del catálogo de rasgos o semas se excluyen aquellos factores que no tienen nada que ver con el carácter de símbolo del signo, es decir, valores que diferencian los sinónimos.*

²¹ Niklas-Salminen. A. *La Lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1997, p. 111. Tradução proposta para: *Globalement, on peut prévoir que si deux mots sont employés exactement dans les mêmes contextes, l'un d'eux a tendance à disparaître ou à changer de sens. Si plusieurs signifiants correspondent à un même signifié, c'est*

e, defendendo sua posição, continua:

*A sinonímia é, pois, geralmente parcial: um dos significados de uma palavra coincide com um dos significados de uma outra. Convém precisar que a maior parte das palavras é polissêmica (= possui muitos sentidos). Donde, a sinonímia, quando ela se encontra nas tais palavras, concerne geralmente a uma parte dos sentidos. [...]*²²

Assim, com essa afirmação do autor, relembra-se o fato de que a possibilidade, levantada por Baldinger, de haver monemas com um único semema, o que facilitaria a existência de sinonímia absoluta, já é bastante restrita.

Com essas reflexões, mostrou-se que, de acordo com a maior parte dos estudiosos, a sinonímia absoluta no plano semasiológico, quando se faz referência à língua comum, é inexistente ou raríssima; quanto às terminologias, no entanto, os pensamentos não são tão consensuais. Sendo assim, no próximo capítulo, serão examinados os pensamentos dos estudiosos da Terminologia quanto ao conceito de sinonímia nos discursos especializados e, mais adiante, essas reflexões serão retomadas, tendo em vista os dados empíricos encontrados durante a análise dos termos da Economia.

certainement parce que la langue en a besoin: il y a sans doute entre ces mots des différences plus ou moins sensibles.

²² Idem. Tradução proposta para: *La synonymie est donc le plus souvent partielle: l'un des signifiés d'un mot coïncide avec l'un des signifiés d'un autre. Il convient de préciser que la plupart des mots sont polysémiques (= possèdent plusieurs sens). Or, la synonymie, quand elle se rencontre dans de tels mots, ne concerne généralement qu'une partie des sens.*

Capítulo III:
A Sinonímia nos Estudos Terminológicos

III. A SINONÍMIA NOS ESTUDOS TERMINOLÓGICOS

1. O conceito de *sinonímia* em Terminologia

A sinonímia é um tema abordado desde os princípios da constituição da disciplina terminológica. Apesar de não ser bem visto por algumas teorias terminológicas, como se poderá verificar nos subcapítulos a seguir, esse fenômeno é tratado na maioria dos manuais que versam sobre a Terminologia. Neste subcapítulo, serão apresentadas algumas das definições desse conceito no seio da disciplina terminológica.

Para iniciar, pode-se citar Wüster, considerado o pai da Terminologia, que já discute a questão da sinonímia em Terminologia e apresenta o conceito de *sinônimos* como “*denominações múltiplas para um mesmo conceito*”²³. Além disso o autor apresenta distinções entre *sinônimos* e *quase-sinônimos*:

*A diferenciação que se faz mais freqüentemente entre os sinônimos se baseia nas diferenças entre denotação e conotação, quando estas duas influências não estão separadas. Esta diferença nos leva a distinguir entre sinônimos globais e sinônimos aproximados. Os sinônimos globais são simultaneamente sinônimos absolutos e sinônimos sem matiz. Os sinônimos aproximados, por sua parte, podem responder a várias combinações [...]: podem ser sinônimos relativos e sinônimos conceitualmente matizados ou sem matiz, ou bem sinônimos absolutos e conceitualmente matizados.” Os sinônimos aproximados também se denominam quase-sinônimos. A maioria dos sinônimos não são nem absolutos nem globais: só são sinônimos aproximativos.*²⁴

Percebe-se, assim, que, para o autor, dois termos *sinônimos* só serão *globais* se *absolutos*, aqueles que são *sinônimos* em todas as acepções, e *sem matiz*, ou seja, não deve marcar um tipo específico de discurso. Por isso, o autor diz que a maioria dos *sinônimos*,

²³ Wüster, E. (1979) *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Trad. de A. Nokerman. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1998, p. 137. Tradução proposta para: *denominaciones múltiples para un mismo concepto*.

²⁴ Idem, pp. 142-3. Tradução proposta para: *La diferenciación que se hace más frecuentemente entre sinónimos se basa en las diferencias entre denotación y connotación, cuando estas dos influencias no están separadas. Esta diferencia nos lleva a distinguir entre sinónimos globales y sinónimos aproximados. Los sinónimos globales son simultáneamente sinónimos absolutos y sinónimos sin matiz. Los sinónimos aproximados, por su parte, pueden responder a varias combinaciones [...]: pueden ser sinónimos relativos y sinónimos conceptualmente matizados o sin matiz, o bien sinónimos absolutos y conceptualmente matizados. Los sinónimos aproximados también se denominan cuasi sinónimos. La mayoría de los sinónimos no son ni absolutos ni globales: solo son sinónimos aproximativos.*

na realidade, são quase-sinônimos, ora porque são de alguma forma matizados ora porque são sinônimos em apenas alguma de suas acepções (como nos casos em que um hiperônimo pode ser usado como sinônimo de um de seus hipônimos). Note-se aqui que o autor não descarta a existência da sinonímia perfeita (ou absoluta) em Terminologia; entretanto, admite que ela não é tão freqüente.

Outros estudiosos da Terminologia também seguem essas definições. Cabré, por exemplo, diz que, “*em sentido amplo, duas unidades são sinônimas quando designam um mesmo conceito*”²⁵ e, a partir dessa definição, apresenta as possibilidades de classificação²⁶ do fenômeno:

- a) sinonímia entre uma denominação e sua definição;
- b) sinonímia entre uma denominação e uma ilustração do mesmo conceito;
- c) sinonímia entre termos equivalentes de duas línguas diferentes;
- d) sinonímia entre denominações de diferentes línguas funcionais;
- e) sinonímia entre denominações alternativas da mesma língua histórica.

Entretanto, a autora restringe essa definição, aproximando-a daquela dada por Wüster e aprimorando-a. Assim, a autora afirma que:

*Em sentido estrito, a terminologia só considera sinônimas as unidades formais, semanticamente equivalentes, que pertencem a uma mesma língua histórica; e, dentro desta, as que pertencem à mesma variedade formal.*²⁷

²⁵ Cabré, M. T. *La Terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries, 1993, p. 216. Tradução proposta para: [...] *En sentido amplio, dos unidades son sinónimas cuando designan un mismo concepto*. [...]

²⁶ Idem.

²⁷ Idem, p. 216. Tradução proposta para: *En sentido estricto, la terminología solo considera sinónimas las unidades formales, semánticamente equivalentes, que pertenecen a una misma lengua histórica; y dentro de esta, las que pertenecen a la misma variedad formal*.

e, diante disso, apresenta as possibilidades de ocorrência da sinonímia em sentido estrito²⁸ no âmbito da Terminologia: entre uma sigla e sua forma desenvolvida; entre uma abreviatura ou uma forma abreviada e sua forma completa; entre sinônimos que representam subcódigos diferentes no seio de uma mesma área de especialidade (por exemplo, *Cálcio* e *Ca*); entre unidades sinônimas que são apenas formas variantes de uma mesma palavra ou termo (como exemplo, retirados do castelhano, a autora apresenta *hierba* e *yerba*).

Cabré também destaca a sinonímia que pode haver apenas sob condições pragmáticas e não lingüísticas²⁹: entre uma denominação científica e sua forma popular e entre uma denominação padrão e sua forma dialetal.

Voltando à questão dos conceitos de sinonímia e quase-sinonímia, que não é tratada por Cabré, Arntz e Picht fazem a seguinte distinção³⁰:

Fala-se de sinonímia quando a um conceito lhe correspondem duas ou mais denominações que, portanto, se podem intercambiar arbitrariamente [...] Quase-sinônimos se dão quando a compreensão do conceito é somente em parte idêntica, mas não absolutamente, por isso, os quase-sinônimos se podem intercambiar, somente, em determinados contextos [...]

Assim, nota-se que, para esses autores, apenas são sinônimas aquelas denominações que podem ser intercambiáveis em todos os contextos e, se isso não é possível, ter-se-á, então, a quase-sinônimia. Essas definições são as que também estão presentes na *Norme ISO 1087*, que trata da terminologia da disciplina terminológica. Nessa norma pode-se encontrar a seguinte definição:

5.4.3 sinonímia: *Relação entre designações (5.3.1) da mesma língua que representam a mesma noção (3.1).*³¹

²⁸ Idem, pp. 216-7.

²⁹ Idem.

³⁰ Arntz, R.; Picht, H. *Introducción a la Terminología*. Trad. de A. de Irazazábal *et al.* Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1995, p. 160. Tradução proposta para: *Se habla de sinonimia cuando a un concepto le corresponden dos o más denominaciones que, por lo tanto, se pueden intercambiar arbitrariamente [...]. Cuasi-sinónimos se dan cuando la comprensión del concepto es sólo en parte idéntica, pero no absolutamente, por eso, los cuasi-sinónimos se pueden intercambiar, solamente, en determinados contextos [...].*

que é, entretanto, complementada por uma nota complementar:

*Nota – Os termos (5.3.1.2) que são intercambiáveis em todos os contextos (6.1.5.7) de um domínio (2.2) se denominam sinônimos (5.4.3); se eles são intercambiáveis apenas em alguns contextos (6.1.5.7), eles são chamados quase-sinônimos.*³²

Como já se afirmou anteriormente, mais adiante neste trabalho serão retomados esses conceitos, a fim de se analisar como o fenômeno da sinonímia atua nos discursos especializados e qual a sua importância nesses discursos. Nos subcapítulos posteriores, será dada continuidade ao tratamento do fenômeno nos estudos terminológicos, demonstrando como as diferentes escolas o vêem.

2. A sinonímia na Teoria Geral da Terminologia

A Terminologia, como disciplina científica, teve origem em 1931, com a apresentação da tese de doutoramento *A normalização internacional da terminologia técnica (Internationale sprachnormung in der technik)*, do já mencionado Eugen Wüster, um austríaco, com formação em Engenharia. Por isso, Wüster é considerado o fundador da Terminologia e teve um papel importante no desenvolvimento da disciplina, uma vez que escreveu quatro livros e mais de quinhentos artigos que versavam sobre a Terminologia. Com ele, foi fundada a chamada Escola de Viena e a denominada Teoria Geral da Terminologia, ou TGT.

É importante neste trabalho citar essa teoria, pois ela foi a vigente durante décadas e porque nela há uma postura teórica e metodológica bastante interessante com relação à

³¹ *Norme ISO 1087. 1990, p. 5. Tradução proposta para: 5.4.3 **synonymie**: Relation entre désignations (5.3.1) de même langue qui représentent la même notion (3.1).*

³² *Idem. Tradução proposta para: NOTE — Les termes (5.3.1.2) qui sont interchangeables dans tous les contextes (6.1.5.7) d'un domaine (2.2) se nomment synonymes (5.4.3); s'ils ne sont interchangeables que dans certains contextes (6.1.5.7), ils sont appelés quasi-synonymes.*

sinonímia. Não por acaso, foi citado que Wüster era um engenheiro de formação, muito embora seja necessário lembrar que, em sua obra, o autor demonstra um vasto conhecimento da teoria lingüística, chegando a apontar temas recentes da época, como a variação lingüística. Entretanto, em sua teoria, o estudioso busca sempre distinguir as linguagens de especialidade, como ele as chama, e a língua geral, como se fossem realidades totalmente diferentes. Isso se pode observar na citação a seguir:

*Quando jovens lingüistas dedicam sua atenção à teoria da terminologia, quer dizer, as regras e as estruturas das linguagens de especialidade, pode repetir-se a mesma situação: esses principiantes se dão conta de que há aspectos que não coincidem com os que aprenderam sobre a língua geral.*³³

e, mais adiante, continua:

[...] todo trabalho terminológico utiliza como ponto de partida os conceitos com o objetivo de estabelecer delimitações claras entre eles. A terminologia considera que a esfera dos conceitos e das denominações (= os termos) são independentes. Por esta razão os terminólogos falam de conceitos, enquanto que os lingüistas falam de conteúdos de palavras, referindo-se à língua geral. Para os terminólogos, uma unidade terminológica consiste em uma palavra à qual se concede um conceito como seu significado, ainda que para a maioria dos lingüistas atuais, a palavra seja uma unidade inseparável de forma e conteúdo.

*Os terminólogos usam a expressão conceito, e não significado, por uma razão básica: em sua opinião, o significado de um termo (o conceito) se esgota com o significado denotativo, também chamado significado conceitual, e prescinde, em geral, das conotações.*³⁴

³³ *Op. cit.*, p. 21. Tradução proposta para: [...] *Cuando jóvenes lingüistas dedican su atención a la teoría de la terminología, es decir, a las reglas y las estructuras de los lenguajes de especialidad, suele repetirse la misma situación: esos principiantes se dan cuenta de que hay aspectos que no coinciden con los que aprendieron sobre la lengua general.* [...]

³⁴ *Idem*, pp. 21-2. Tradução proposta para: [...] *todo trabajo terminológico utiliza como punto de partida los conceptos con el objetivo de establecer delimitaciones claras entre ellos. La terminología considera que el ámbito de los conceptos y el de las denominaciones (=los términos) son independientes. Por esta razón los terminólogos hablan de conceptos, mientras que los lingüistas hablan de contenidos de palabras, refiriéndose a la lengua general. Para los terminólogos, una unidad terminológica consiste en una palabra a la cual se le asigna un concepto como su significado, mientras que para la mayoría de los lingüistas actuales, la palabra es una unidad inseparable compuesta de forma y contenido.*

Los terminólogos usan la expresión concepto, y no la de significado, por una razón básica: en su opinión, el significado de un término (el concepto) se agota con el significado denotativo, también llamado significado conceptual, y prescinde, en general, de las connotaciones.

Com essas afirmações, percebe-se que, de acordo com a Teoria Geral da Terminologia, os discursos especializados fazem parte de linguagens de especialidade que apresentam características diferentes das da língua geral, portanto constituem realidades diferentes, à parte dessa língua geral. Nessa concepção, as denominações são como etiquetas denominativas dadas aos conceitos. Desse modo, não interferem no processo de conceitualização no âmbito das áreas do saber e das técnicas. Por isso, Wüster propõe uma distinção entre *conceito* e *significado* ou *conteúdo*.

Diante disso, percebe-se que, para o fundador da disciplina terminológica, há diferenças essenciais entre a língua comum e as chamadas linguagens de especialidade e, segundo o autor, essas diferenças também atingem o uso da sinonímia:

Em terminologia, exige-se que a atribuição lingüística permanente seja biunívoca, empregando um termo usado em matemática. Isso significa que, em princípio, um conceito é atribuído a uma só denominação, e vice-versa.

[...]

Na escola primária, aprendemos que há que se utilizar alternativamente os sinônimos para se evitar a monotonia. Pelo contrário, na linguagem especializada, os sinônimos dão a falsa impressão de que existe mais de um conceito, com a carga inútil que isto representa para a memória.³⁵

O fato de a sinonímia ser indesejável em Terminologia é reafirmado outras vezes na mesma obra:

Em princípio, a exigência da unicidade denominativa é necessária em terminologia, ao contrário da exigência de monossemita. Em outras palavras, os sinônimos, ou os termos que têm um mesmo significado, não são desejáveis em terminologia, nem sequer quando sua área de uso é diferente.³⁶

³⁵ Idem, p. 137. Tradução proposta para: *En terminología, se exige que la adscripción lingüística permanente sea biunívoca, empleando un término usado en matemáticas. Esto significa que, en principio, un concepto está adscrito a una sola denominación, y viceversa.*

[...]

En la escuela primaria, aprendemos que hay que utilizar alternativamente los sinónimos para evitar la monotonía. Por el contrario, en el lenguaje especializado, los sinónimos muchas veces dan la falsa impresión de que existe más de un concepto, con la carga inútil que esto representa para la memoria.

³⁶ Idem, p. 141. Tradução proposta para: *En principio, la exigencia de la unicidad denominativa es necesaria en terminología, al contrario de la exigencia de monosemita. En otras palabras, los sinónimos, o los términos que tienen un mismo significado, no son deseables en terminología, ni siquiera cuando su área de uso es diferente.*

Apesar disso, o autor também reconhece:

Em terminologia, é praticamente impossível suprimir os sinônimos com diferenças de forma conceitual [...]

Os sinônimos que apresentam diferenças de valor afetivo são supérfluos em terminologia. Apesar disso, se devem ter em conta, por exemplo, os sinônimos próprios dos diferentes níveis de estilo, quando distinguem a linguagem técnica (a língua das normas) da linguagem das oficinas.³⁷

Mesmo tendo em vista esse reconhecimento pelo autor, na Teoria Geral da Terminologia, continuou-se apregoando que a sinonímia seria um empecilho para a exatidão na comunicação especializada. Assim, em muitos livros que versam sobre a Terminologia há afirmações que retomam essa idéia:

É um inconveniente muito grande para a comunicação que uma parte de uma máquina, uma doença, um medicamento, etc., recebam diversos nomes em uma mesma zona lingüística. O emprego de sinônimos sobrecarrega a memória e dá a impressão de que se trata de dois conceitos diferentes. (Felber, 1987)³⁸

A terminologia, nos casos em que duas unidades sinônimas poderiam entorpecer a univocidade dos termos, tende a reduzir as formas concorrentes que designam um mesmo conceito em uma forma única de designação.

Esta tendência da terminologia de reduzir a diversidade denominativa – em contraste com a lexicografia –, se justifica por seu interesse em conseguir uma maior univocidade na comunicação entre especialistas. (Cabré, 1993)³⁹

³⁷ Idem, p. 142. Tradução proposta para: *En terminología es prácticamente imposible suprimir los sinónimos con diferencias de forma conceptual [...]*

Los sinónimos que presentan diferencias de valor afectivo son superfluos en terminología. A pesar de ello, se deben tener en cuenta, por ejemplo, los sinónimos propios de los diferentes niveles de estilo, cuando distinguen el lenguaje técnico culto (la lengua de las normas) del lenguaje de los talleres.

³⁸ Felber, H. *Manuel de Terminologie*. Paris: Unesco / Infoterm, 1987, p. 154. Tradução proposta para: *C'est un très grand inconvénient pour la communication qu'une pièce de machine, une maladie, un médicament, etc., portent plusieurs noms dans la même zone linguistique. L'emploi de synonymes alourdit la mémoire et donne l'impression qu'il s'agit de deux concepts différents.*

³⁹ *Op. cit.*, pp. 217-8. Tradução proposta para: *La terminología, en los casos en que dos unidades sinónimas podrían entorpecer la univocidad de los términos, tiende a reducir las formas concurrentes que designan un mismo concepto en una forma única de designación.*

Esta tendencia de la terminología a reducir la diversidad denominativa – en contraste con la lexicografía –, se justifica por su interés en conseguir una mayor univocidad en la comunicación entre especialistas. [...]

Os sinônimos, ou supostos sinônimos, representam um obstáculo considerável para a comunicação especializada. (Arntz e Picht, 1995)⁴⁰

[...] a sinonímia é um fator indesejável em um tecnoleto. (Castillo, 1997)⁴¹

[...] Os sinônimos são úteis e necessários na literatura, na língua em geral, pois nunca são exatamente iguais entre si e permitem a utilização de diversos matizes de significação, com o que se enriquece consideravelmente a expressão.

No léxico científico, pelo contrário, cada sinônimo que se cria é um atentado contra a clareza e um entorpecimento da informação: distintos investigadores conhecem então um mesmo fenômeno sob denominações diferentes; uma referência bibliográfica deverá ser buscada por múltiplas entradas, que deverão ser conhecidas em sua totalidade; uma comunicação importante pode passar inadvertida em determinados meios por ser desconhecido o vocábulo utilizado. Investigadores haverá que se esforcem por elucidar um fenômeno que, sob outro nome, tenha sido suficientemente investigado. O trabalho de aprendizagem, por último, dificulta-se: mostra disso é o suplício que significa para os estudantes de medicina o memorizar os múltiplos sinônimos com que podem ser nomeados alguns conceitos básicos [...]. (Castillo, 1997)⁴²

Com essas citações, percebe-se como, por muito tempo, a sinonímia não era bem vista aos olhos dos terminólogos. Cabe dizer que ainda hoje há terminólogos e especialistas que defendem a biunivocidade. Entretanto, com o advento de novas teorias, o fenômeno começou a ser abordado de uma outra forma. Nos próximos subcapítulos, poder-se-á observar as diferenças.

⁴⁰ *Op. cit.*, p. 160. Tradução proposta para: *Los sinónimos, o supuestos sinónimos, representan un obstáculo considerable para la comunicación especializada.*

⁴¹ Castillo, R. A. *¿Como hacer un diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Editorial Memphis Matheu, 1997, p. 121. Tradução proposta para: *[...] la sinonímia es un factor indeseable en un tecnoleto.*

⁴² *Idem.* Tradução proposta para: *[...] Los sinónimos son útiles y necesarios en la literatura, en la lengua en general, pues nunca son exactamente iguales entre si y permiten la utilización de diversos matices de significación, con lo que se enriquece considerablemente la expresión.*

En el léxico científico, por el contrario, cada sinónimo que se crea es un atentado contra la claridad y un entorpecimiento de la información: distintos investigadores conocen entonces un mismo fenómeno bajo denominaciones diferentes; una referencia bibliográfica deberá buscarse por múltiples entradas, las cuales deberán ser conocidas en su totalidad; una comunicación importante puede pasar inadvertida en determinados medios por ser desconocido el vocablo utilizado. Investigadores habrá que se esfuercen por dilucidar un fenómeno que, bajo otro nombre, haya sido suficientemente investigado. La labor de aprendizaje, por último, se dificulta: muestra de ello es el suplício que significa para los estudiantes de medicina el memorizar los múltiples sinónimos con que suelen nombrarse algunos conceptos básicos[...].

3. A sinonímia nos estudos terminológicos recentes: a Socioterminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia e a Teoria Sociocognitiva da Terminologia

Embora, como se pôde observar no subcapítulo anterior, a sinonímia tenha sido vista como um fenômeno indesejado nas terminologias, os trabalhos terminológicos realizados pelos grandes grupos de pesquisa mostra que a presença da sinonímia é incontestável, como se atesta na citação a seguir, feita por Alves (1994), que lembra um estudo de Felber, um dos discípulos de Wüster:

Malgrado o ideal da univocidade entre denominação e conceito, a sinonímia na língua de especialidade é reconhecida pela maior parte dos bancos de termos: nos onze grandes bancos de dados estudados por Felber (Normaterm, França; Din/Term, RFA; BTQ, Canadá; Termium II, Canadá; Eurodicautom, Comunidades Europeias; ASITO, Rússia; Team, RFA; Lexis, RFA; EWF, RDA; Termdok, Suécia e ONU), o campo sinonímia só está ausente em uma dos bancos (o ASITO), em que os terminólogos não aceitam a relação de sinonímia em terminologia [...].⁴³

Diante dessa realidade, apesar dos posicionamentos revelados no subcapítulo anterior, há terminólogos que apresentam, em algumas partes de sua obra, uma defesa da sinonímia. Pode-se observar isso, por exemplo, nos estudos de Kocourek:

Da mesma forma que a ambigüidade (a homonímia com a polissemia), a sinonímia é um dos princípios essenciais da língua. Como pluralidade de formas ligada à identidade ou à proximidade de sentido, a sinonímia é a relação semântica fundamental.⁴⁴

O ideal de biunivocidade ordenada não é o único aspecto da língua técnico-científica. Há igualmente o ideal da salvaguarda da multiplicidade e da flexibilidade de discursos, o

⁴³ Alves, I. M. La synonymie en Intelligence Artificielle. *Méta*. v. 39, 4. Montréal, 1994, p. 644. Tradução proposta para: *Malgré l' idéal de l'univocité entre dénomination et notion, la synonymie en langues de spécialité est reconnue par la plupart des banques de termes: dans onze grandes banques de données étudiées par Felber (Normaterm, France; Din/Term, RFA; BTQ, Canada; Termium II, Canada; Eurodicautom, Communautés Européennes; ASITO, Russie; Team, RFA; Lexis, RFA; EWF, RDA; Termdok, Suède et ONU), le champ synonymie n'est absent que d' une banque (l'ASITO), dont les terminologues n'acceptant pas le rapport de synonymie en terminologie [...].*

⁴⁴ Kocourek, R. *La langue française de la technique et de la science*. Deuxième édition. Wiesbaden: Brandstetter, 1991, p. 190. Tradução proposta para: *De même que l'ambigüité (l'homonymie avec la polysémie), la synonymie est un des principes essentiels de la langue. En tant que pluralité de formes liées à l'identité ou à la proximité de sens, la synonymie est le rapport sémantique fondamental.*

*ideal do respeito à pluralidade de funções e da liberdade de experimentação individual, que permitem assegurar o conhecimento objetivo e aplicável. [...]*⁴⁵

Assim, devido às reflexões relacionadas a fenômenos como a sinonímia e a polissemia, recentemente alguns terminólogos têm revisto os princípios da Teoria Geral da Terminologia e proposto uma nova forma de encarar a Terminologia. Desse modo, recentemente tiveram origem três novas correntes teóricas em Terminologia: a Teoria Comunicativa da Terminologia; a Socioterminologia e a Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Essas novas correntes rediscutem vários princípios da Teoria Geral da Terminologia e um deles é exatamente o princípio da biunivocidade entre *termo* e *conceito*. Esses estudos terminológicos recentes reconhecem a presença da sinonímia, tratando-a como um fenômeno inerente à língua e, conseqüentemente, também aos discursos especializados.

Assim sendo, pode-se citar primeiramente a perspectiva de Cabré (1999), que, reavaliando suas posturas teóricas e analisando a teoria wüsteriana, enumera algumas das restrições da TGT:

*[...] a teoria dá mostras de reduccionismo em diferentes aspectos de suas concepções e de suas práticas: a concepção global da unidade terminológica, a redução da unidade terminológica a sua condição denominativa, o esquecimento dos aspectos sintáticos das unidades terminológicas, a ignorância dos aspectos comunicativos dos termos, ou a insistência em negar a variação formal e conceitual dos termos.*⁴⁶

Cabré elabora, então, uma nova teoria da Terminologia, denominada por ela de Teoria Comunicativa da Terminologia, e propõe um princípio sobre a variação:

⁴⁵ Idem, p. 192. Tradução proposta para: *L'idéal de biunivocité ordonnée n'est pas le seul aspect de la langue technoscientifique. Il y a, également l'idéal de la sauvegarde de la multiplicité et de la flexibilité d'approches, l'idéal du respect de la pluralité des fonctions et de la liberté d'expérimentation individuelle, qui permettent d'assurer la connaissance objective et applicable. [...]*

⁴⁶ Cabré, M. T. *La Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1999, p. 69. Tradução proposta para: *[...] la teoría da muestras de reduccionismo en diferentes aspectos de sus concepciones y de sus prácticas: la concepción global de la unidad terminológica a su condición denominativa, el olvido de los aspectos sintáticos de las unidades terminológicas, la ignorancia de los aspectos comunicativos de los términos, o la insistencia en negar la variación formal y conceptual de los términos.*

3. Princípio sobre a variação

*Todo processo de comunicação comporta inerentemente variação, explicitada por formas alternativas de denominação do mesmo conceito (sinonímia) ou por abertura significativa de uma mesma forma (polissemia). Esse princípio é universal para as unidades terminológicas, se bem admite diferentes graus segundo as condições de cada tipo de situação comunicativa. [...]*⁴⁷

Além de Cabré, outros terminólogos têm assinalado a presença da sinonímia nos discursos especializados e realizado pesquisas a respeito do fenômeno. As correntes sociocognitiva e socioterminológica têm realizado vários estudos com relação à variação terminológica e, especificamente, com relação à sinonímia. Dentre eles, destacam-se primeiramente Auger e Boulanger, representantes da corrente socioterminológica, que vê as terminologias como parte integrante das línguas naturais e, portanto, passíveis de todos os fenômenos a que estas estão sujeitas, inclusive os fenômenos sociais, afirmam a presença da sinonímia nas terminologias e dedicam muitos de seus estudos ao fenômeno, propondo inclusive uma tipologia para os casos de sinonímia⁴⁸:

1. sinonímia geográfica ou regional (*Québec, motoneige; França, scooter des neiges*);
2. sinonímia cronológica ou temporal (*século VI, mahometisme; hoje, islamisme*);
3. sinonímia de nível de língua (*técnico, infarctus; geral, crise de/du coeur*);
4. sinonímia profissional (interprofissional: administração pública, *traitement*, e indústria, *salaire*; socioprofissional: técnicos, *soutireuse*, e condutores da máquina, *piano*; interteórica: lingüística saussureana, *significant*, e lingüística hjelmsleviana, *expression*);
5. sinonímia funcional (por empréstimo: *marketing* e *mercatique*; morfológica: *unilingue* e *monolingue*; lexemática: *cosmonaute, astronaute* e *spationaute*; ortográfica: *vidéo-thérapie* e *vidéothérapie*; sintagmática: *journal de caisse* e *livre de caisse*; sintática: *prix de marché* e *prix du marché*);

⁴⁷ Idem, p. 85. Tradução proposta para: 3. Principio sobre la variación

Todo proceso de comunicación comporta inherentemente variación, explicitada en formas alternativas de denominación del mismo concepto (sinonímia) o en apertura significativa de una misma forma (polissemia). Este principio es universal para las unidades terminológicas, si bien admite diferentes grados según las condiciones de cada tipo de situación comunicativa. [...]

⁴⁸ Auger, P.; Boulanger, J.-C. *Terminologie et Terminographie - TRD-14436, recueil de notes de cours*. Québec: Université Laval, 1997.

6. sinonímia concorrencial ou sócio-econômica (“publicitária”: *tablette, casier, porte-oeufs* e *ouefrier* – refrigerador; genérica/específica: *réfrigérateur* e *Frigidaire*); e
7. sinonímia freqüencial (*cuisinette* e *kitchenette*).

Para finalizar, é necessário mencionar a postura de Rita Temmerman, representante da corrente sociocognitiva, que critica ardorosamente o princípio da biunivocidade entre termo e conceito:

O impacto autoritário das organizações de estandarização e das atividades da Infoterm Viena teve um impacto desanimador sobre as iniciativas de pesquisas possíveis concernentes sobretudo aos temas da comunicação e do vocabulário. A língua é tratada como um objeto, um produto, uma mercadoria enquanto a realidade lingüística nos conta uma outra história. A Terminologia Tradicional apega-se à falsa suposição de que é possível obter para um único conceito um único termo, situação em que conceitos são tratados como se fossem uma linguagem independente.⁴⁹

E ainda afirma:

No corpus de textos sobre a ciência da vida que estudamos, encontramos evidência de que polissemia e sinonímia são aspectos necessários (funcionais) e inevitáveis da terminologia.⁵⁰

Verificando-se essas novas posturas, tanto teóricas como práticas, percebe-se que, nas teorias mais recentes sobre a Terminologia toma-se a sinonímia como um fenômeno intrínseco aos discursos especializados, mostrando-se não apenas que ela existe, mas que é algo a ser pesquisado, descrito e analisado. No subcapítulo seguinte, mostrar-se-á os

⁴⁹ Temmerman, R. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive-approach*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2000, p. 14. Tradução proposta para: *The authoritative impact of the standardisation organisations and the activities of Infoterm Vienna had a discouraging impact on possible research initiatives concerning special subject communication and vocabulary. Language is treated like an object, a product, a commodity whereas linguistic reality tells us a different story. Tradictional Terminology adheres to the underlying assumption that it is possible to achieve a one concept-one term situation by treating concepts as if they were language-independent.*

⁵⁰ Idem, p. 14. Tradução proposta para: *In the corpus of life-science-related texts we studied we find evidence that polyssemy and synonymy are necessary (functional) and inevitable aspects of terminology.*

desdobramentos dessa nova postura na abordagem da sinonímia, levantando-se estudos recentes que trataram especificamente do assunto.

4. Estudos terminológicos recentes sobre a sinonímia

Dentre os estudiosos que se dedicaram à pesquisa em Terminologia, neste subcapítulo, foram eleitas três autoras que apresentaram estudos exatamente sobre o tema da sinonímia: duas que escreveram suas teses a respeito do tema e uma que, em um artigo, debruçou-se sobre o fenômeno.

O primeiro trabalho a que se fará menção aqui é datado de 1994, foi elaborado por Ieda Maria Alves e versa sobre a sinonímia na área de Informática, mais especificamente na subárea de Inteligência Artificial. Desse estudo é interessante mencionar, no âmbito deste trabalho, as causas enumeradas pela autora, diante de seu levantamento teórico, para a existência da sinonímia.

Assim, fazendo um apanhado das causas elencadas por vários terminólogos (Felber, Corbeil, Sager, Picht e Draskau), a autora chega às seguintes causas: i) uso de um termo vernáculo e um internacional; ii) uso de um termo vernáculo e um termo emprestado; iii) uso de um termo geral e um termo científico ou uso paralelo do nome de um inventor e de uma característica intrínseca ou extrínseca do termo; iv) uso de um termo e de um símbolo ou de uma abreviação; v) uso de um nome de marca e de um termo científico; vi) a concorrência morfológica entre expressões sintagmáticas e termos simples; vii) a concorrência de teorias, de técnicas, de procedimentos, de estabelecimentos ou de empresas; viii) a novidade do referente; ix) a imprecisão do conceito; x) a omissão de um elemento do sintagma ou a redução do termo; xi) a ignorância do termo adequado pelo tradutor ou por profissionais de uma área; xii) uma normalização sem sucesso.

Além das causas para a sinonímia, também é interessante mencionar neste trabalho que Alves, nesse estudo, apresenta os tipos de sinônimos encontrados, em português, na subárea de Inteligência Artificial. A autora enumera, então, os tipos de sinônimos presentes no *corpus* utilizado para sua pesquisa: a) formações sintagmáticas em que um dos

sinônimos se forma pelo apagamento do termo genérico (*mecanismo de busca heurística / busca heurística*); b) formações sintagmáticas sinonímicas em que os termos genéricos são diferentes (*resolvedor geral de problemas / solucionador geral de problemas*) ou há uma relação hiperonímica entre os termos genéricos (*máquina inteligente / computador inteligente*) ou ainda há uma confusão terminológica característica da subárea (*banco de dados relacional / base de dados relacional*); c) formação sintagmática e termo simples, sendo o segundo uma simplificação do primeiro, com o determinante, de caráter adjetival, tornando-se uma unidade terminológica sob a forma substantival (*fórmula atômica / átomo*); d) formação sintagmática e termo simples, sendo o segundo gerado pela preservação do termo genérico do primeiro (*interpretador de regras / interpretador*); e) formação sintagmática e termo simples em que não há semelhança formal entre os sinônimos; f) formações sintagmáticas em que a sinonímia ocorre entre determinantes, sejam eles adjetivos (*grafo dirigido / grafo orientado*) ou substantivos (*reconhecimento da fala / reconhecimento da voz*) ou ainda palavras da mesma família etimológica (*explosão combinatória / explosão combinatorial*); g) formações sintagmáticas em que em uma delas há um adjetivo e na outra um sintagma preposicional (*tradução automática / tradução por máquina*); h) formação sintagmática e termo formado por siglação (*Inteligência Artificial / IA*) ou formação sintagmática formada parcialmente pela siglação (*arquitetura do sistema especialista / arquitetura do SE*); i) sufixos sinônimos afixados a um mesmo radical, também formando termos sinônimos (*monitoração / monitoramento*); j) formação sintagmática e termo composto (*espaço de problema / espaço-problema*); l) termo composto e termo simples, sendo o segundo resultante do determinante utilizado no primeiro (*nó-pai / pai*); m) termos simples, em que um é vernáculo e o outro é um empréstimo de uma outra língua (*nó / nódulo*), em que ambos são de outra área de especialidade (*axioma / postulado* – da filosofia), em que um é da língua geral e o outro é de outra área de especialidade (*conclusão / conseqüente* – filosofia); n) termo estrangeiro e termo vernáculo (*backtracking / rastreamento para trás*); e o) termo parcialmente estrangeiro e termo vernáculo (*árvore and/or / árvore e/ou*).

O segundo estudo, importante para este trabalho, é o elaborado por Madalena Contente⁵¹, que, juntamente a João Magalhães, em um artigo para a revista *Debate Terminológico*, resumiu as constatações a que chegou em sua tese de doutorado.

Nesse artigo os autores afirmam que, de acordo com estudo realizado, em Terminologia, a sinonímia é sempre relativa, uma vez que “*não existe comutatividade perfeita entre os termos*”⁵².

Diante dessa constatação, os autores utilizam-se da proposta de Duquet-Picard (1986, *apud* Contente, 2005), para reafirmar que a sinonímia pode ser neutra ou marcada. Assim, parafraseando Duquet-Picard, afirmam que a sinonímia neutra “*verifica-se quando várias denominações, exprimindo apenas um conceito, podem ser utilizadas indiferentemente, sem alteração para-conceptual do contexto em que estão inseridos*”⁵³, e retomam a classificação proposta pelo autor para a sinonímia neutra, que pode ser: a) afixal (quando um mesmo conceito é expresso por denominações com a mesma raiz ou com o mesmo formante-raiz por meio de formantes sinônimos); b) analógica (quando um conceito é expresso por uma denominação em concorrência com uma outra denominação que recorre a uma imagem ou a uma analogia); c) aspectual (quando um conceito é expresso por denominações que ilustram aspectos diferentes do mesmo conceito); d) eponímica (quando um conceito é expresso por uma ou várias denominações que têm um epônimo (nome próprio ou seu derivado) como formante único ou como determinante); e) morfossintática (quando um conceito é expresso por denominações complexas, formalmente aparentadas sobre o plano morfológico e sintático, que estão em concorrência uma com a outra); f) parafrástica (quando um conceito é expresso por uma denominação que constitui uma descrição ou uma definição sucinta do conceito e por uma denominação mais concisa, por exemplo, o termo e a respectiva sigla); g) erudita (quando o conceito é expresso por duas ou mais denominações em que uma delas (simples ou complexa) é constituída por formantes de origem grega ou latina); e h) usual (quando o conceito é expresso por duas ou várias denominações que na língua geral já são sinônimas, no caso de denominações

⁵¹ Contente, M.; Magalhães, J. Sinonimologia e tipologia contrastiva da sinonímia terminológica em Medicina. *Debate terminológico*. n.º 1. 2005.

⁵² *Op. cit.*, p. 7.

⁵³ *Idem*.

simples, ou, no caso de denominações complexas, os determinantes ou os determinados são sinônimos em língua geral). Os autores também retomam a noção de sinonímia marcada, que, segundo Contente e Magalhães, “*existe quando duas ou várias denominações são utilizadas na mesma língua de especialidade para exprimir um mesmo conceito, no interior de uma mesma rede conceptual, sem, no entanto, ser comutável com as outras denominações em todos os macro-contextos*”⁵⁴. Esse tipo de sinonímia pode ser qualificada segundo os planos: a) temporal ou diacrônica (quando as denominações sinonímicas estão separadas na linha do tempo, ou seja, são usadas em momentos diferentes na história da área de especialidade); b) geográfica ou diatópica (quando as denominações sinonímicas estão ligadas a um espaço geográfico diferente em que se fala a mesma língua); c) de nível ou diastrática (quando as denominações sinonímicas são relativas a níveis de língua diferentes no interior de uma mesma área de especialidade, por exemplo uma usada por especialistas e outra usada por técnicos); e d) lingüística (quando uma ou mais denominações é(são) estrangeira(s) ao sistema lingüístico em que é(são) utilizada(s), ou seja, empréstimo(s) ou decalque(s)).

Apesar de citar essa classificação, fornecida por Duquet-Picard, os autores Madalena Contente e João Magalhães propõem uma outra tipologia para os termos sinonímicos, que, segundo eles, dá conta das construções sinonímicas existentes num *corpus* formado com textos da área de Medicina. A tipologia proposta pelos autores buscou ser exaustiva em relação aos sinônimos presentes na área de Medicina e traz quarenta e quatro classificações, apresentadas a seguir, juntamente à exemplificação dada pelos autores:

- i) ***Sinonímia de formante*** – engloba os fenômenos de sinonímia existentes em nível de formante (formas gregas ou latinas), exemplo: *adeno-*, *ganglio-*;
- ii) ***Sinonímia afixal*** – resulta de variantes afixais que dão origem a denominações diferenciadas, exemplo: *balantidiase*, *balantidiose*;

⁵⁴ Idem, p. 8.

- iii) Sinonímia fonomorfológica** – resulta de variantes fonológicas e fonomorfológicas adotadas por diferentes escolas ou grupos de especialistas, exemplo: *acinésia, aquinésia*;
- iv) Sinonímia gráfica** – resulta de variantes gráficas, exemplo: *hiperalimentação, hiperalimentação*;
- v) Sinonímia de nível** ou **sinonímia diastrática** – resulta de níveis de especialização diferentes, exemplo: *azia, pirose*;
- vi) Sinonímia temporal** ou **diacrónica** – existe quando um termo é considerado envelhecido, exemplo: *carcinoma adenoquístico, cilindroma* (em desuso);
- vii) Sinonímia eponímica** - existe quando há um epônimo ou várias denominações com epônimos diferentes, exemplo: *febre de Pontiac, pneumonia de Broad Street*;
- viii) Sinonímia morfossintáctica** – ocorre quando existem denominações constituídas por formantes de origem greco-latina em diferentes distribuições, exemplo: *arteriografia coronária, coronariografia, angiografia coronária*;
- ix) Multissinonímia** – ocorre quando existem mais do que dois termos para o mesmo conceito, exemplo: *alotransplante, transplantehomeoplástico, transplantehomólogo, homoplastia, homotransplante*;
- x) Monotermo / monotermo com diferenciação denominativa** – ocorre quando coexistem denominações diferentes, exemplo: *bacteriemia, septicemia, sépsis*;
- xi) Denominação complexa e/ou sintagmática com diferenciação sinonímica do formante** - ocorre quando existem diferenças de formantes nas denominações complexas ou sintagmáticas, exemplo: *iso-imunização, alo-imunização*;
- xii) Monotermo / denominação sintagmática** – ocorre quando existe uma denominação simples e uma complexa, mas há semelhanças no nível lexical, exemplo: *cistadenoma, adenoma cístico*;

xiii) Diferenciação denominativa sintagmática a nível do determinado ou do determinante – ocorre quando existe uma diferença denominativa em relação ao determinado ou ao determinante, exemplo: *crises focais, crises epileptiformes, crises epiléticas*;

xiv) Denominação sintagmática do determinante com ou sem preposição – existe quando se verifica uma diferença em relação à construção semântico-sintática, exemplo: *esclerose múltipla, esclerose em placas*;

xv) Denominação sintagmática / monotermino diferenciado – resulta da diferença de construção no nível sintático e lexical, exemplo: *herpes zoster, zona*;

xvi) Denominação sintagmática diferenciada – resulta da diferença de construção sintagmática semântico-lexical, exemplo: *linite plástica, epitelioma cirroso do estômago*;

xvii) Denominação sintagmática eponímica / monotermino – ocorre quando existe uma diferença no nível sintagmático, resultante muitas vezes da evolução do conceito, com o apagamento do elemento eponímico na denominação, exemplo: *síndrome de Gottron, acrogeria*;

xviii) Denominação sintagmática / monotermino com condensação conceptual – resulta da diferença de construção em nível morfossintático e semântico, exemplo: *hormona paratiroideia, paratormona*;

xix) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática – ocorre quando o primeiro termo remete para o médico-cientista que o descreveu pela primeira vez, enquanto que o segundo termo descreve o conceito, exemplo: *doença de Graves, bócio tóxico-difuso, bócio tireotóxico*;

xx) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática por extensão (e/ou precisão) semântica – ocorre quando existem denominações sintagmáticas diferentes em nível lexical e semântico, exemplo: *doença de Bouveret, taquicardia auricular paroxística essencial*;

xxi) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática por extensão eponímica / denominação sintagmática – ocorre quando

existe multissinonímia em nível lexical e semântico, exemplo: *ultrasonografia Doppler, velocimetria por ecografia Doppler, velocimetria ultrasónica*;

xxii) Denominação sintagmática eponímica diferenciada – ocorre quando há uma diferença léxico-semântica do epônimo, exemplo: *ectodermose pluriorifical de Fiessinger-Rendu, síndrome de Stevens-Johnson*;

xxiii) Denominação sintagmática eponímica diferenciada (epônimo topográfico)/monotermo – ocorre quando existe multissinonímia em nível lexical, semântico e morfossintático, exemplo: *febre de Malta, doença de Bang, brucelose*;

xxiv) Denominação sintagmática eponímica / epônimo terminológico (monotermo) – ocorre quando existe uma denominação sintagmática eponímica e um epônimo terminológico formado por metonímia, exemplo: *doença de Parkinson, parkinsonismo*;

xxv) Denominação sintagmática eponímica / epônimo terminológico (monotermo) / monotermo (diferenciado) – ocorre quando existe uma denominação sintagmática eponímica, um epônimo terminológico formado por metonímia e um termo diferenciado em nível lexical, exemplo: *doença de Hansen, hanseníase, lepra*;

xxvi) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática braquigráfica por extensão – ocorre quando se verificam denominações sintagmáticas diferentes em nível lexical, morfossintático e semântico, exemplo: *doença dos Cori, glicogenose tipo III*;

xxvii) Monotermo / denominação sintagmática braquigráfica por extensão – quando há diferenciação de denominação em nível lexical, morfossintático e semântico por extensão de conceito, exemplo: *beribéri, avitaminose B1*;

xxviii) Denominação sintagmática / denominação sintagmática braquigráfica – ocorre quando há diferenciação de denominação

sintagmática em nível lexical e morfossintático por processo braquigráfico, exemplo: *ácido ascórbico, vitamina C*;

xxix) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática com sigla diferenciada – ocorre quando há denominações diferenciadas em nível lexical e semântico por epônimo e sigla, exemplo: *síndrome de Crow-Fukase, síndrome de POEMS*;

xxx) Denominação sintagmática / denominação sintagmática eponímica por extensão semântica – ocorre quando há uma diferenciação por extensão semântica, por meio de uma paráfrase, exemplo: *miatonia atrófica, distrofia miotônica de Steinert*;

xxxii) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática eponímica por elipse – ocorre quando a descoberta é feita por vários médicos, por vezes simultaneamente, e, ao longo do tempo, há uma tendência para a elipse no interior do próprio termo, permanecendo apenas um epônimo, exemplo: *corpos de Heinz, corpos de Ehrlich-Heinz*;

xxxiii) Denominação sintagmática eponímica com diferenciação no conceito e/ou especificação de conceito – ocorre quando há uma explicitação do conceito em nível lexical e ou semântico numa denominação: *corpúsculo de Barr, cromatina de Barr*;

xxxiiii) Denominação sintagmática eponímica / denominação sintagmática eponímica por precisão (e/ou extensão) semântica – ocorre quando há uma diferenciação morfossintática da denominação sintagmática eponímica por extensão semântica, exemplo: *doença de Ménétrier, poliadenoma em toalha de Ménétrier*;

xxxv) Denominação sintagmática / fraseotermos (paráfrase definidora) e/ou por denominação eponímica – ocorre quando há multissinonímia diferenciada de denominação sintagmática ou paráfrase definidora, em nível lexical e semântico-conceitual: *coxa plana, osteocondrite deformante infantil da epífise femoral superior, doença de Perthes*;

xxxvi) Denominação diferenciada de fraseotermo e de sigla – ocorre quando há multissinonímia diferenciada de fraseotermo e sigla em nível

lexical e semântico, exemplo: *capacidade pulmonar utilizável em esforço, CPUE, volume expiratório máximo por segundo, VEMS*;

xxxvi) Denominação diferenciada na especificação do conceito – ocorre quando há multissinonímia diferenciada em nível morfosintático, semântico e conceptual da denominação, exemplo: *dengue, febre dos três dias, febre vermelha, febre quebra ossos*;

xxxvii) Monotermo / empréstimo externo (xenotermo) – ocorre quando há denominação diferenciada de termo lingüístico e sinônimo de empréstimo semântico externo: *retroação, feedback*;

xxxviii) Empréstimo formal integral (latim) / monotermo – ocorre quando há sinonímia lingüística com empréstimo formal integral e termo, exemplo: *Escherichia coli, colibacilo*;

xxxix) Empréstimo formal integral (latim) / monotermo (sigla) – ocorre quando há sinonímia lingüística com empréstimo formal integral e sigla, exemplo: *truncus arteriosus, TA*;

xl) Denominação sintagmática / monotermo (sigla) – ocorre quando coexiste uma unidade terminológica sintagmática e uma sigla, exemplo: *fecundação in vitro e transferência de embriões, FIVETE*;

xli) Denominação sintagmática / monotermo de empréstimo semântico externo (sigla) – ocorre quando existe uma unidade terminológica sintagmática e uma sigla de empréstimo externo, exemplo: *hormona adrenocorticotrófica, ACTH*;

xlii) Denominação sintagmática de empréstimo semântico externo / monotermo de empréstimo semântico externo (sigla) – ocorre quando existem empréstimos semânticos externos com denominação sintagmática e sigla, exemplo: *treponema palidum haemglutination assay, TPHA*;

xliii) Monotermo / sigla braquigráfica – ocorre quando há diferenciação denominativa entre termo e sigla braquigráfica, exemplo: *Prostaciclina, PGI2*; e

xliv) Denominação sintagmática braquigráfica / sigla braquigráfica – ocorre quando há diferenciação entre denominação sintagmática braquigráfica e sigla braquigráfica, exemplo: *Tromboxane A2, TxA2*.

Acima foram transcritas todas as classificações dadas pelos autores, preservando-se os nomes dados por estes no artigo apresentado. Faz-se necessário destacar, entretanto, antes de se passar ao último trabalho que aqui será citado, que, embora tenham encontrado toda essa variedade de construções sinonímicas, os autores têm restrições em relação à existência da sinonímia nas terminologias:

*No nosso ponto de vista, no seio de um sistema terminológico, a sinonímia deve ser limitada com o objectivo de uma harmonização, facilitando uma comunicação especializada não-ambígua. Consequentemente, certas colisões sinonímicas, que podem interferir numa certa clareza discursiva, deveriam ser evitadas.*⁵⁵

Além dos trabalhos de Ieda Maria Alves e Madalena Contente, é importante também mencionar aqui a tese de doutorado de Judit Freixa Aymerich, intitulada *La variació teminològica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*⁵⁶, em que a autora, por meio da teoria socioterminológica, faz um estudo sobre a variação denominativa em dois *corpora* diferentes, um especializado e outro de divulgação. Destaca-se aqui essa pesquisa porque nela a autora aborda questões que se pretende também abordar neste trabalho. Por exemplo, a autora, em sua fundamentação sobre a sinonímia em Terminologia, apresenta algumas causas para a existência da sinonímia, assim como faz Alves, anteriormente citada.

Assim, como causas prévias para a existência da sinonímia, a autora apresenta a redundância lingüística, a arbitrariedade do signo lingüístico, que possibilita a variedade de denominações a um mesmo referente, e, por fim, as possibilidades de variação lingüística, uma vez que as terminologias, como são parte das línguas naturais, são passíveis de todos

⁵⁵ Idem, p. 3.

⁵⁶ Aymerich, J. F. *La variació terminològica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 2003. CD-ROM.

os fenômenos a que estas são passíveis. Além dessas causas, que a autora considera como prévias, ela destaca também causas mais específicas e inicia pelas causas denominadas dialetais, dentre elas estão as geográficas, as cronológicas e as sociais. São destacadas também pela autora causas funcionais, ou seja, aquelas que derivam do uso feito pelos interlocutores, e dentre estas a autora enfatiza as diferenças no nível de especialização dos textos. Além destas, a estudiosa também relata causas discursivas, lembrando o intuito de evitar a repetição, o princípio da economia lingüística, a criatividade, a ênfase e a expressividade. Também são abordadas as causas interlingüísticas, devidas aos contatos lingüísticos, e as causas cognitivas, entre as quais são enumeradas as devidas à imprecisão conceitual, às distâncias ideológicas e às diferenças de conceitualização.

Além de fazer um apanhado teórico, demonstrando as causas da sinonímia, a terminóloga também faz um levantamento sobre uma classificação dos termos sinônimos, ou sobre a variação denominativa, como chama a autora, e, em sua análise, propõe uma classificação própria. Assim, organiza as denominações estudadas em cinco blocos: mudanças gráficas, mudanças morfossintáticas, reduções, mudanças léxicas e diversas mudanças complexas. No primeiro bloco, mudanças gráficas, a autora inclui as denominações sinonímicas em que há mudanças ortográficas, mas também os pares termo / forma artificial (termo / símbolo, termo / fórmula química, termo / qualquer outra forma artificial) e termo / abreviação (termo / sigla, termo / abreviatura). O segundo bloco, mudanças morfossintáticas, é subdividido pela autora em mudanças morfossintáticas com a manutenção da estrutura (ausência / presença de artigo, mudança de número, mudança de gênero e mudança de preposições) e mudanças morfossintáticas com mudança de estrutura (nome + adjetivo / nome + sintagma preposicionado, termo monolexical / termo polilexical, e outras mudanças morfossintáticas, tais como inversões entre substantivo e adjetivo). O terceiro bloco, reduções, é composto por reduções da extensão (nome + X = nome, nome + X + Y = nome + X e outras reduções da extensão), reduções da base (nome + adjetivo = adjetivo substantivado, nome 1 + nome 2 = nome 2, nome + sintagma preposicionado (de + nome 2) = nome 2) e outras reduções. O quarto bloco, mudanças léxicas, é subdividido em mudanças léxicas em unidades monoléxicas e mudanças léxicas em unidades poliléxicas, que podem ser representadas por mudanças de base e mudanças da extensão. No último bloco, intitulado diversas mudanças complexas, a autora insere as

mudanças com semelhança formal e sem semelhança formal; essas mudanças podem ocorrer entre unidade monoléxica / unidade poliléxica, unidade poliléxica / unidade poliléxica.

Para concluir, ainda sobre a tese de doutorado de Aymerich, é interessante ressaltar que a autora faz uma comparação bastante interessante entre os dados encontrados no *corpus* especializado e os encontrados no *corpus* de divulgação. Em seu estudo sobre a terminologia do Meio Ambiente, a estudiosa constata que as denominações sinônimas mais frequentes nos dois *corpora* foram as que constituíram os blocos denominados mudanças léxicas e reduções. No *corpus* especializado, no entanto, há um número maior de reduções, enquanto, no de divulgação há maior número de mudanças léxicas. A autora também constata que as denominações expressas por mudanças gráficas são muito mais expressivas no *corpus* especializado do que no *corpus* de divulgação, dada a quantidade de siglas, abreviaturas, fórmulas e símbolos, que caracterizam os textos especializados; as mudanças ortográficas, porém, são mais comuns no *corpus* de divulgação, uma vez que este traz mais erros e vacilações, segundo a autora.

5. Sinonímia ou variação: as diferentes aplicações desses conceitos no estudo terminológico

Neste subcapítulo, tem-se a intenção de esclarecer a terminologia utilizada no presente trabalho, uma vez que, em Terminologia, muitas vezes os termos *variação* e *sinonímia* confundem-se. Pode-se notar que no subcapítulo anterior foi mencionada uma tese de doutorado cujo tema era a *variação denominativa*. Neste trabalho, entretanto, optou-se pelo conceito de *sinonímia* e este subcapítulo tem o objetivo de se esclarecer essa opção. Para isso, serão retomadas algumas definições já tratadas nos itens anteriores, acrescentando-se novas informações e justificando-se as posições aqui tomadas.

Para iniciar, pode-se aqui retomar as definições dadas por Wüster, que propunha uma teoria para a disciplina terminológica, tendo como objetivo suprir duas necessidades dos técnicos: denominar novos conceitos e, sobretudo, harmonizar as novas denominações.

Wüster, como já foi dito, é o grande representante da escola terminológica de Viena e sua Teoria Geral da Terminologia estabelecia os *termos técnico-científicos*, unidades semióticas específicas de uma área de especialidade compostas por *conceito* e *denominação*, como seu objeto de estudo. Essa teoria preceituava que o conceito precede a denominação, por isso o termo deve ser analisado a partir do conceito que ele representa. Tendo, como principal objetivo, a harmonização das denominações e dos conceitos, a teoria de Wüster buscava, como foi afirmado anteriormente, a biunivocidade entre o *termo* e o *conceito*.

Por esses motivos era essencial no trabalho de Wüster uma conceituação sobre a sinonímia. É interessante também mencionar que o engenheiro, como estudava conceitos e denominações, buscou um suporte importante na Lingüística. Assim, em sua obra, também encontra-se referência ao fenômeno da *variação*.

Como já foi afirmado no início deste capítulo, o autor define os sinônimos como “*denominações múltiplas para um mesmo conceito*”⁵⁷. Para o fenômeno da variação lingüística, entretanto, o autor dá uma outra definição⁵⁸:

Denomina-se variação lingüística toda perturbação da unidade lingüística. A variação lingüística se caracteriza pelo aparecimento de sinônimos ou homônimos de variação. Uma parte da comunidade lingüística utiliza um sinônimo enquanto as demais utilizam outro sinônimo.

Assim, como se pode observar, a distinção entre sinonímia e variação para o autor é clara. Para ele, a variação lingüística pode ser expressa por casos de sinonímia. Entretanto, nem todo caso de sinonímia é expressão de *variação*, mas apenas aqueles que têm como característica o fato de serem usados por diferentes grupos da comunidade lingüística.

Wüster, porém, não é o único a tratar dos conceitos, mostrando uma diferenciação entre eles. Analisando os trabalhos e os estudos de Cabré, também encontram-se diferentes conceituações sobre os fenômenos. Em seu primeiro livro, *La Terminología: Teoría*,

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 137. Texto anteriormente citado e original já transcrito, cf. p. 33 .

⁵⁸ *Idem*, p. 150. Tradução proposta para: *Se denomina variación lingüística toda perturbación de la unidad lingüística.*

La variación lingüística se caracteriza por la aparición de sinónimos u homónimos de variación. Una parte de la comunidad lingüística utiliza un sinónimo mientras que las demás utilizan otro sinónimo.

Metodología e Aplicaciones, a autora atesta a presença da sinonímia nos discursos especializados e, como foi visto, define-a da seguinte forma:

*Em sentido estrito, a terminologia só considera sinônimas as unidades formais, semanticamente equivalentes, que pertencem a uma mesma língua histórica; e, dentro desta, as que pertencem à mesma variedade formal.*⁵⁹

Assim, pode-se notar que, para Cabré, em Terminologia, serão consideradas sinônimas apenas aquelas unidades que puderem ser comutadas em um mesmo discurso de especialidade, ou seja, devem pertencer a um mesmo período histórico e a um mesmo nível de especialização.

Em seu segundo livro, denominado *La Terminología: representación y comunicación*, a autora trata da *variação*, explicitando como entende o fenômeno. Isso pode ser observado no princípio sobre a *variação*, que Cabré coloca como um dos princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia:

3. Princípio sobre a variação

*Todo processo de comunicação comporta inerentemente variação, explicitada por formas alternativas de denominação do mesmo conceito (sinonímia) ou por abertura significativa de uma mesma forma (polissemia). Esse princípio é universal para as unidades terminológicas, se bem admite diferentes graus segundo as condições de cada tipo de situação comunicativa. [...]*⁶⁰

Nesse princípio postulado por Cabré, pode-se verificar que o termo *variação* é aplicado por ela tanto para o fenômeno da sinonímia quanto para o da polissemia. E, em outro texto, também de seu segundo livro, a autora descreve o que entende por *variação*:

*[...] na comunicação especializada também há uma certa margem de variação baseada no parâmetro dos dialetos (basicamente os geográficos e os temporais) e em alguns registros comunicativos (basicamente, à parte da temática, o grau de formalidade e o nível de abstração) que afetam diretamente a terminologia.[...]*⁶¹

⁵⁹ *Op. cit.*, p. 216. Texto anteriormente citado e original já transcrito, cf. p. 34.

⁶⁰ *Op. cit.*, p. 85. Texto anteriormente citado e original já transcrito, cf. p. 43.

⁶¹ *Idem*, p. 47. Tradução proposta para: [...] *en la comunicació especialitzada també es dona un cert marge de variació basada en el paràmetre dels dialectes (bàsicament els geogràfics i els temporals) i en alguns registres comunicatius (bàsicament, a part de la temàtica, el grau de formalitat i el nivell d'abstracció) que afecten de ple la terminologia.[...]*

Por meio dessas citações, pode-se afirmar que, para a autora, a *variação* pode ser expressa por meio dos fenômenos da *sinonímia* (variação denominativa) e da polissemia (variação conceitual), e ela ocorre devido às diferentes condições de produção do discurso especializado: ou diferentes épocas, ou locais diversos, ou diferentes graus de formalidade e de abstração.

Diante dessas colocações, pode-se concluir que a autora atesta e confirma a presença dos fenômenos da polissemia e da sinonímia nos discursos especializados e, para ela, a *sinonímia* é um dos meios de expressão da *variação*, que reflete mudanças geográficas, temporais, sociais e culturais.

Também Auger e Boulanger, ambos da escola de Québec e representantes da corrente socioterminológica, que enfatiza o fato de que é impossível negar a presença da *variação* em Terminologia, tendo como base os princípios teóricos da sociolinguística, versam sobre o tema. Assim, Boulanger, na apresentação dos *Cahiers de Linguistique Sociale n.º 18*, intitulado *Terminologie et Sociolinguistique*, afirma que:

[...] A *variação terminológica* é tão necessária e evidente quanto a *variação lexical ou linguística observada por toda língua fragmentada no tempo, no espaço e na sociedade. Essas variações diacrônicas, diatópicas e diastráticas formam a essência mesma da socioterminologia.*⁶²

Tendo em vista essas afirmações, verifica-se que para Boulanger ou, para a Socioterminologia, como ele mesmo afirma, a existência da *variação*, como um fenômeno ocasionado pelas diferenças cronológicas, geográficas e sociais, é inegável também na Terminologia, uma vez que ela pesquisa a comunicação especializada, que, por sua vez, também apresenta esses tipos de diferenças e características. Assim, para a corrente socioterminológica, assim como para Cabré, essa *variação* pode tomar forma pela sinonímia ou pela polissemia. A esse respeito afirma Auger:

⁶² Gaudin, F.; Assal, A. *Cahiers de Linguistique Sociale n.º 18*. Terminologie et Sociolinguistique. Université de Rouen, 1991, p. 19. Tradução proposta para: *La variation terminologique est aussi nécessaire et évidente que la variation lexicale ou linguistique observée pour toute langue fragmentée dans le temps, dans l'espace et dans la société. Ces variations diachroniques, diatopiques et diastratiques forment l'essence même de la socioterminologie.*

*A variação em terminologia é de natureza exclusivamente lexical, como se pode prever, ela põe em causa dois fenômenos lingüísticos insuficientemente descritos nas teorias da palavra e que são a sinonímia de um lado e a polissemia de outro lado.*⁶³

Auger e Boulanger⁶⁴, conforme foi citado anteriormente, propõem uma classificação dos sinônimos terminológicos.

Também no Brasil há estudiosos da vertente socioterminológica, como Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília, que trabalha com a questão da *variação* em Terminologia.

Faulstich, como os demais seguidores da corrente socioterminológica, afirma que existe *variação* em Terminologia, porém trata de forma diferente alguns dos fenômenos relacionados à *variação*. Esse tratamento diferenciado consiste no fato de que a autora admite que a *variação* pode-se manifestar pela multiplicidade de denominações ou pela multiplicidade de conceitos, porém adota o termo *variante* apenas para as várias denominações de um mesmo conceito. Além disso, propõe a seguinte distinção entre *sinonímia* e *variação* em Terminologia:

*A diferença básica que estabelecemos para distinguir variante de sinonímia é que uma variante terminológica é forma concorrente, lingüística ou exclusiva de registro, que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente num contexto determinado; por sua vez, um sinônimo terminológico é uma entidade de coocorrência textual [...] que resulta de escolha deliberada do autor para fazer variar a denominação a um mesmo referente, num mesmo contexto.*⁶⁵

A autora, além de estabelecer essa distinção entre *variação* e *sinonímia*, propõe também uma classificação das *variantes terminológicas*. Distingue, então, as *variantes terminológicas lingüísticas* das *variantes terminológicas de registro*.

Segundo a autora, as *variantes terminológicas lingüísticas* podem ser classificadas como:

⁶³ Auger, P. Essai d'élaboration d'un modèle terminologique/terminographique variationniste. In: *TradTerm*. v. 7. São Paulo: Humanitas, 2001 p. 192. Tradução proposta para: *La variation en terminologie est de nature exclusivement lexicale comme on peut s'en douter, elle met en cause deux phénomènes linguistiques insuffisamment décrits dans les théories du mot et qui sont la synonymie d'une part et la polysémie d'autre part.*

⁶⁴ *Op. cit.*

⁶⁵ Faulstich, E. A função social da Terminologia. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999.

- a) *variantes terminológicas morfossintáticas*, que apresentam alternância morfológica ou sintática em sua estrutura (*lombo d'acém e lombinho-do-acém*);
- b) *variantes terminológicas lexicais*, que apresentam comutação na forma do item lexical (*pressão seletiva e pressão de seleção; atentado violento ao pudor e atentado ao pudor*);
- c) *variantes terminológicas fonológicas*, que apresentam alterações gráficas em virtude de alterações fonológicas (*lipoestático e lipostático*);
- d) *variantes terminológicas gráficas*, que apresentam formas gráficas diversificadas de acordo com as convenções da língua (*pólen e polem*).

Ainda na proposta da autora, as variantes terminológicas de registro podem ser classificadas como:

- a) *variantes terminológicas geográficas*, que denominam o mesmo conceito, mas ocorrem em diferentes regiões do país (*aipim, macaxeira e mandioca*);
- b) *variantes terminológicas de discurso*, que decorrem da sintonia entre o elaborador e os usuários de textos mais formais e menos formais (*parotidite epidêmica*, discurso científico; *junta de descarga*, discurso técnico; *planta de proveta*, discurso de vulgarização científica);
- c) *variantes terminológicas temporais*, que decorrem de formas que coexistiram durante um determinado período e, posteriormente, houve uma escolha por uma delas (*macrogameta, gameta feminino; microgameta, gameta masculino*).

Assim, esta é uma síntese da concepção de Faulstich a respeito de *sinonímia* e *variação* e sua proposta de classificação das variantes terminológicas.

Após terem sido resumidas as concepções de alguns teóricos da Terminologia que estudam a *sinonímia* e a *variação*, far-se-á uma breve análise dessas concepções, buscando revelar em que pontos elas convergem e em quais elas divergem.

Analisando-se o conceito de *variação* e sua relação com o conceito de *sinonímia*, percebe-se que há muitas similaridades em relação às definições dadas pelos diferentes

estudiosos. Entretanto, quando se chega às definições e aos termos relacionados aos conceitos apresentados por Faulstich, nota-se que há alguma divergência. A divergência está na forma de entender a *variação* e sua relação com a *sinonímia*. Para Auger e Boulanger, assim como para Cabré, a *sinonímia* é uma das formas de expressão da variação; a outra é a polissemia. Para Faulstich, entretanto, apesar de em algumas partes de seu texto ela também fazer essa afirmação, encontra-se uma distinção clara entre a *variante terminológica* (termo usado pela autora para designar o resultado de uma variação que ocorre quando há mais de um termo para denominar um conceito) e o *sinônimo terminológico*. Essa distinção, segundo a terminóloga, ocorreria pelo fato de a *variante terminológica* ser uma forma *concorrente* e o *sinônimo terminológico* ser uma forma *coocorrente*.

Essa divergência entre as concepções teóricas ocasiona também a divergência nas classificações dos fenômenos: enquanto Auger e Boulanger propõem uma classificação para a *sinonímia*, Faulstich propõe uma classificação para as *variantes terminológicas*, embora ambas as tipologias pareçam tratar do mesmo tipo de fenômeno.

Tendo em vista todas as questões levantadas e analisadas, julga-se que se faz necessário um bom entendimento dos conceitos aqui tratados: *variação* e *sinonímia*. Por meio da descrição apresentada, pode-se perceber que ainda não há uma exatidão no uso desses dois conceitos e que, em várias ocasiões, eles se cruzam, sendo usados até como sinônimos. Diante disso, neste trabalho, julga-se importante expor os frutos da reflexão que se procurou realizar com os dados aqui apresentados.

Considera-se que se pode afirmar que a *sinonímia* é uma das formas de expressão da *variação*, porém a análise desses dois fenômenos deve ser feita de forma distinta, pois cada um implica diferentes realidades a serem descritas.

Como vem sendo afirmado insistentemente durante este trabalho, a presença da *variação* em Terminologia é incontestável e, por isso, é de grande importância um estudo sobre o fenômeno. Porém, o que se acredita ser imprescindível ainda aos estudos terminológicos é uma distinção clara entre a *variação* e a *sinonímia*. Diante das reflexões realizadas, acredita-se que essa distinção pode ser estabelecida pelo fato de que a *variação* está sempre relacionada a contextos geográficos, cronológicos e sociais diversos. O próprio Boulanger, como citado anteriormente, afirma que ‘*essas variações diacrônicas, diatópicas*

e diastráticas formam a essência mesma da socioterminologia'. Por esse motivo, considera-se que o termo *variação* deva ser usado apenas nos casos em que a multiplicidade de denominações ou de conceitos se deva ao fato de os discursos terem sido produzidos em diferentes regiões geográficas, em diferentes épocas ou por grupos socioprofissionais ou socioculturais diferentes. Sendo assim, de acordo com esse entendimento, as *variantes terminológicas* seriam aquelas classificadas por Faulstich como *variantes terminológicas de registro*, aquelas formadas em virtude das variações diacrônicas, diatópicas e diastráticas.

Falar-se-á, então, de *sinonímia* quando as unidades terminológicas estiverem na situação estrita definida por Cabré em seu primeiro livro: serão sinônimas as '*unidades formais, semanticamente equivalentes, que pertencem a uma mesma língua histórica; e, dentro desta, as que pertencem à mesma variedade formal*'.

Adotando esse critério, propõe-se uma distinção entre *variação* e *sinonímia* contrária à estabelecida por Faulstich, pois as *formas sinônimas* é que serão *concorrentes*, uma vez que poderão ser comutadas em um mesmo discurso ou texto especializado, concorrendo entre si e sendo dependentes apenas da escolha do produtor do discurso. Ao contrário, as *formas variantes* serão *coocorrentes*, uma vez que coexistirão em discursos especializados diferentes e não concorrerão entre si porque caracterizarão exatamente as diferenças entre os discursos, não podendo, portanto, serem comutadas dentro de um mesmo discurso.

Com essas considerações, espera-se que tenha ficado clara a opção, neste trabalho, pelo uso do termo *sinonímia*, uma vez que os textos especializados aqui tratados pertencem a um mesmo nível de especialização e a um mesmo recorte histórico, e, apesar de terem sido escritos em regiões diferentes do Brasil, devido ao caráter de servirem a fins didáticos e de divulgação do conhecimento, as diferenças regionais não se fazem perceber.

Capítulo IV:
Apresentação e Análise dos Termos Sinônimos

IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS TERMOS SINÔNIMOS

1. A presença da sinonímia nos textos sobre a Economia

Como já foi afirmado na Introdução, a Economia apresenta um vasto número de termos sinônimos. No *corpus* analisado, foram encontrados duzentos e dezesseis conceitos que apresentam ao menos duas denominações diferentes e quinhentos e setenta termos sinonímicos foram analisados. Dentre os conceitos que são denominados por duas formas diferentes, têm-se *administração descentralizada* e *administração indireta*, como se pode observar nos contextos a seguir:

Vale a pena notar, entretanto, que esse resultado pode ser modificado pela forma de execução dos programas e pela organização administrativa do Governo. De acordo com o Decreto-Lei no. 200, de 25/2/67, as entidades governamentais agrupam-se em dois tipos básicos: [...] b) a <Administração Indireta>, ou <Descentralizada>, que compreende entidades dotadas de personalidade jurídica própria e organizadas sob a forma de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. (Rezende da Silva, 1978, p. 58)

e a sinonímia é tão expressiva que há conceitos que apresentam até oito denominações diferentes, como se verifica nos contextos seguintes, em que se encontram os termos sinônimos *isoquanta*, *isoquanta da produção*, *isoquanta do produto*, *isoproduto*, *linha de isoproduto*, *linha de igual produção*, *curva de indiferença de produção* e *curva de indiferença do produtor*:

Definição – Uma <isoquanta> é uma curva no espaço dos insumos mostrando todas as possíveis combinações dos insumos fisicamente capazes de produzir um dado nível de produto. (Ferguson, 1994, p.192)

*O termo técnico deste esquema geométrico é a <isoquanta da produção> ou <do produto>. É definida como uma curva no **espaço dos insumos** (ao invés de espaço das mercadorias) que mostra todas as combinações possíveis de dois insumos (capital e mão-de-obra, em nosso exemplo) fisicamente capazes de gerar uma determinada taxa de produto. (Miller, 1981, p. 172)*

As propriedades da <isoproduto> ou isoquanta são as mesmas das curvas de indiferença estudadas na Teoria do Consumidor, ou seja:

*São decrescentes, da esquerda para a direita (declividade negativa)
São convexas em relação à origem.
Não se cruzam nem se tangenciam. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 170)*

Que significa Isoquanta? Isoquanta significa “igual quantidade” e pode ser definida como sendo uma linha na qual todos os pontos representam combinações dos fatores que indicam a mesma quantidade produzida. Vê-se assim pela definição que Isoquanta é, na verdade, uma curva ou linha de indiferença de produção. Por essa razão a Isoquanta é também denominada <Linha de Igual Produção>, <Linha de Isoproducto> ou ainda, como já foi mencionado, <Curva de Indiferença de Produção>. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 151)

Mesmo os economistas que usam essa hipótese estão prontos a admitir que ela não reflete condições reais. Supõem, porém, que os erros advindos dessa hipótese não cheguem a prejudicar os resultados da análise. Eles, portanto, usam <curvas de indiferença do produtor> - isoquantas - assim como curvas de indiferença do consumidor. Trata-se agora de ver se esta hipótese é admissível quando se trata do problema do oligopólio. (Sylos-Labini, 1980, p. 76)

Essa sinonímia, como se pode observar, muitas vezes pode ser encontrada numa única obra. Nota-se isso no contexto a seguir:

*Considerando a hipótese simplificada da firma produzir apenas dois produtos, a Teoria Econômica, para procurar explicar as alternativas de escolha que a firma tem, se vale de uma gráfica de grande auxílio para a compreensão do problema, que é comumente denominada <Curvas de Possibilidades de Produção> ou, como muitos estudiosos a denominam, Curvas de Transformação.
Podemos definir a <Curva de Possibilidade de Produção> como sendo uma linha onde todos os pontos revelam as diferentes quantidades dos dois produtos que podem ser combinadamente produzidos em um dado período de tempo, a partir de uma determinada quantidade de fatores que a firma possui. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 169-70)*

Isso mostra que os especialistas escolhem uma denominação para utilizarem nas suas obras, uma vez que, quando o autor retoma o conceito, o faz com uma única denominação na continuidade da obra. No entanto, esses especialistas demonstram ter consciência da multiplicidade de denominações existentes para um mesmo conceito e consideram importante que seu leitor também a conheça. Mais adiante, no Capítulo V, será retomado esse aspecto, uma vez que é bastante importante para as próximas reflexões.

Interessante também é observar que se um determinado termo é importante na ciência e apresenta sinônimos, essa sinonímia tende a também instalar-se em outros termos que o usem como base. Pode-se verificar isso em termos formados a partir de *demanda*, que

apresenta como sinônimo o termo *procura*. Isso pode ser observado nos contextos seguintes.

Definição: - A <curva de demanda> por uma mercadoria específica relaciona as quantidades de equilíbrio de uma mercadoria, comprada ao preço de mercado, mantendo-se constantes a renda monetária nominal e os preços nominais das demais mercadorias. (Ferguson, 1994, p. 57)

Podemos construir uma curva mostrando a relação entre a demanda e o preço da mercadoria. Esta curva, chamada <curva de procura>, mostra a relação entre o preço do bem e a quantidade deste bem que o consumidor está disposto a adquirir num certo período de tempo, tudo o mais permanecendo constante, ou seja, não variando o preço dos outros bens, a renda e o gosto do consumidor. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 111)

Para estabelecer essa relação basta observar que a quantidade demandada de uma mercadoria por parte do conjunto dos consumidores nada mais é do que a soma das quantidades demandadas dessa mercadoria por cada consumidor individual. Como a <demanda de mercado> nos dá a relação entre preço e quantidade demandada por todos os consumidores, podemos obter essa demanda relacionando para cada preço a soma das quantidades demandadas por consumidor individual a esse preço. Essas quantidades são obtidas a partir das curvas de demanda individuais de cada consumidor. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 105)

<Procura> agregada ou <de mercado> é a quantidade de bens ou de serviços que a totalidade dos consumidores deseja e está disposta a adquirir em determinado período de tempo e por determinado preço. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 109)

No caso III - <demanda elástica> - verifica-se o inverso do caso I, isto é, a variação percentual da quantidade procurada é maior do que a variação percentual de preços, ou seja, $\%Var. Q > \%Var. P$. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 123)

Se a quantidade procurada de um bem variar inversamente à variação dos preços do mesmo bem, porém numa proporção maior, o coeficiente de elasticidade preço será maior do que a unidade, e a <procura> denominar-se-á <elástica>. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 148)

Um dos quatro determinantes da <demanda individual> estabelece a quantidade demandada, dado o nível da curva de demanda, enquanto os outros determinam o próprio nível da demanda. (Ferguson, 1994, p. 104)

Costuma-se definir a <procura>, ou demanda, <individual> como a quantidade de um determinado bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir em certo período de tempo. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 109)

Finalmente, se $\eta < 1$, a <demanda> é <inelástica>. Uma dada variação percentual no preço resulta numa variação percentual menor na quantidade demandada. (Ferguson, 1994, p. 112)

Se a quantidade procurada de um bem variar inversamente à variação dos preços do mesmo bem, mas em proporção menor, o coeficiente de elasticidade preço da procura será menor do

que a unidade e, conseqüentemente, a <procura> será rotulada <inelástica>. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 148)

Entretanto, não são todos os termos formados a partir de demanda que apresentam um sinônimo respectivo com o termo *procura*, como se observa nos contexto a seguir.

<Coeficiente de elasticidade-preço da demanda> = *variação relativa da quantidade demandada de um bem ÷ variação relativa do preço relativo daquele bem*. (Miller, 1981, p. 52)

Da mesma forma, nem todos os termos formados a partir de *procura* encontra um sinônimo correspondente a partir de *demanda*, como se pode verificar no contexto abaixo.

O fato de se identificar sempre o tipo de comportamento acima descrito, permite enunciar o que a teoria econômica denomina <Lei Geral da Procura>, cujo teor é o seguinte: “A quantidade procurada de determinada mercadoria varia na razão inversa da variação dos seus respectivos preços, mantidas as demais influências constantes.” Baseado na lei, válida para a grande maioria dos comportamentos que se identifiquem como procuras individuais, nota-se que a quantidade procurada de um bem e seu preço devem comportar-se inversamente: toda vez que o preço diminui a quantidade procurada deve aumentar; toda vez que o preço aumenta a quantidade procurada deve diminuir. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 121)

Outro fenômeno interessante que se pôde verificar na realização da pesquisa é fato de que há termos simples que, não sendo sinônimos, quando formam termos complexos, estes são sinônimos entre si. Esse fenômeno pode-se verificar com os termos *imposto* e *tributo* que, apesar de não serem sinônimos, uma vez que *tributo* é o hiperônimo de *imposto*, formam alguns termos complexos que são sinônimos. Verifica-se esse fato em relação aos termos seguintes:

Outra alternativa de apurar-se o imposto devido em função das quantidades transacionadas (imposto específico) ao invés do valor da transação (<imposto ad valorem>) é cada vez menos utilizada, em face da rápida deterioração da base de cálculo num regime inflacionário. (Rezende da Silva, 1978, p. 228)

[...] os <tributos ad valorem> incidem sobre o valor da operação. Os tributos são expressos através de um percentual aplicado sobre o preço do produto. Embora o problema geral da incidência do tributo seja o mesmo nos dois casos, eles diferem quanto às suas maneiras de afetarem a determinação do preço como mostra a Figura 5.5. A diferença básica é que,

enquanto no caso do tributo unitário a curva de demanda move num valor absoluto constante, no <tributo ad valorem> a demanda varia num valor percentual constante. (Riani, 1990, p. 121)

Não precisamos nos deter mais, aqui, na classificação dos impostos, mas algumas distinções poderão ser apontadas de passagem. A mais comum é a que se faz entre <imposto direto> e imposto indireto. Na base dessa distinção encontra-se, não raro, a idéia de que <imposto direto> é pago pela própria pessoa sobre a qual recai legalmente [...]. (Dalton, 1970, p. 53)

A diferença básica entre esses tributos está na maneira pela qual eles afetam os indivíduos na sociedade. Enquanto o <tributo direto> incide sobre os rendimentos dos indivíduos, o indireto é cobrado normalmente com base nos bens e serviços que satisfazem parte das suas necessidades. O imposto sobre a renda coloca-se como o melhor exemplo dos <tributos diretos>, enquanto o imposto sobre o consumo caracteriza mais adequadamente os tributos indiretos. (Riani, 1990, p. 107)

[...] o imposto direto é o pago pela própria pessoa sobre a qual recai legalmente, enquanto que <imposto indireto> é o que atinge uma pessoa mas é pago, em parte ou totalmente, por outras, nos termos de um contrato ou troca entre as mesmas. (Dalton, 1970, p. 53-4)

A diferença básica entre esses tributos está na maneira pela qual eles afetam os indivíduos na sociedade. Enquanto o tributo direto incide sobre os rendimentos dos indivíduos, o <indireto> é cobrado normalmente com base nos bens e serviços que satisfazem parte das suas necessidades. O imposto sobre a renda coloca-se como o melhor exemplo dos tributos diretos, enquanto o imposto sobre o consumo caracteriza mais adequadamente os <tributos indiretos>. (Riani, 1990, p. 107)

Para finalizar esta parte, também pode ser citado o fato de que há termos que se apresentam parcialmente como sinônimos de outros. Tal fato ocorre com termos polissêmicos, em que uma de suas acepções apresenta uma relação sinonímica com outro termo que, porém, não sinônimo daquele nas demais acepções. Isso pode ser observado com os termos *concorrência imperfeita*, como sinônimo de *concorrência monopolística*, e *finanças públicas*, como sinônimo de *orçamento público*. Exemplificamos essa sinonímia nos contextos seguintes:

CHAMBERLIN baseou sua teoria da <“concorrência monopolística”> num fato sólido empírico: há muito poucos monopolistas, porque há poucos bens para os quais não existem substitutos próximos; semelhantemente há muito poucos bens inteiramente homogêneos entre os produtores. Em lugar disso, há uma série de bens, alguns dos quais possuem poucos bens substitutos e alguns outros, muitos substitutos, porém não perfeitos. (Ferguson, 1994, p. 351-2)

O efeito combinado das economias de escala, da <concorrência imperfeita> e do oligopólio são percebidos na relação entre o custo total e as vendas (excluindo-se aqui do custo os juros pagos sobre o capital emprestado). Com um aumento no tamanho, as economias de escala tendem a reduzir os custos e relação às vendas, e o poder de oligopólio tende a aumentar os

preços e, portanto, o valor das vendas, em relação aos custos. Por sua vez, a imperfeição do mercado tende a reduzir os preços, e a aumentar os custos das empresas maiores em relação aos das menores. [...] (Steindl, 1990, p. 45)

O <orçamento público> é um sumário dos planos de receitas e gastos governamentais, para determinado período. (Filellini, 1994, p. 169)

O termo <finanças públicas> também é usado, na linguagem econômica, como sinônimo de orçamento público. (Habiro, 2001, p. 155)

Note-se que no primeiro par a sinonímia ocorre entre os determinantes *imperfeita e monopolística*, uma vez que o termo determinado é o mesmo. Mais adiante, demonstrar-se-á que entre os termos *concorrência imperfeita e concorrência monopolística* há uma relação de hiperonímia/ hiponímia. Com relação ao segundo par, observa-se o contrário: a sinonímia estabelece-se entre os determinados *finanças e orçamento*.

Percebe-se, dessa forma, que a sinonímia ocorre de maneira bastante evidente e recorrente nos textos especializados que versam sobre a Economia. Essa sinonímia pode ser estudada e analisada sob diversos aspectos, inclusive com intuito de se fazer um trabalho prescritivo, em que se buscaria a melhor denominação para determinado conceito. Entretanto, esse não é o objetivo deste trabalho, uma vez que tem um caráter descritivo e, mais do que isso, busca mostrar que há uma razão de ser para a sinonímia nos discursos especializados. Assim, o que se buscará fazer daqui por diante é uma análise e uma descrição dos sinônimos de acordo com seus aspectos formais e semânticos.

2. Aspectos formais dos termos sinônimos em Economia

Como já foi afirmado anteriormente, a Economia apresenta um vasto número de termos sinônimos que, como não poderia deixar de ser, se diferenciam por suas formas. No entanto, no estudo realizado, verificou-se que há diferenças formais maiores e menores entre as denominações que nomeiam um único conceito. Neste subcapítulo buscar-se-á classificar os termos sinônimos encontrados de acordo com as diferenças formais existentes entre eles.

Antes, porém, de apresentar essa classificação é interessante citar que, nos textos sobre a Economia, também há indícios formais da presença da sinonímia. É necessário aqui

esclarecer que todos os termos sinônimos analisados neste estudo foram validados pelo especialista anteriormente citado, Prof. Dr. Adriano Biava; entretanto, muitos dos sinônimos analisados já são apresentados nos textos que compõem o *corpus* de análise.

Assim, temos termos sinônimos que são apresentados formalmente nos textos por meio do uso da conjunção *ou*:

Vê-se assim que a posição de equilíbrio vai-se modificando e ao mesmo tempo revelando aumento de satisfação para o consumidor, tão logo sejam atingidas as curvas que revelam utilidade cada vez maior (pontos A, B e C). Unindo os diferentes pontos de equilíbrio A, B e C, tem-se uma linha indicadora das modificações da posição de equilíbrio do consumidor, surgidas em decorrência da variação do preço de um dos bens. Denomina-se <linha> ou <curva de preço-consumo>. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 85)

Há também termos sinônimos que são introduzidos formalmente no texto por expressões metalingüísticas, tais como *também chamado(a)*, *também conhecido como* ou *também denominado(a)*:

O <lucro extraordinário> também denominado <puro> ou supernormal, caracteriza-se por ser superior ao lucro normal. Por sua vez, entende-se por lucro normal aquele nível de lucro perfeitamente capaz de não atrair novas empresas ao mercado e, também, de não acarretar o abandono do mercado por parte daqueles firmas que nele já estejam operando. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 375)

O <período de mercado> também conhecido como <muito curto> ou de curtíssimo prazo, é “aquele período de tempo, ou conjunto de condições suficientemente curto, tal que certo estoque ou quantidade de uma mercadoria ou serviço é considerado como já existente”. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 361)

A coluna 7, Tabela 7.3.2, contém os valores do <custo médio total>, o qual pode ser também chamado de <custo médio> ou custo unitário.

Definição – *Custo total médio é o custo total dividido pela produção. (Ferguson, 1994, p. 239)*

Casos existem em que as duas informações formais anteriormente citadas (conjunção *ou* e expressão metalingüística) aparecem, introduzindo o termo sinônimo:

Considerando a hipótese simplificada da firma produzir apenas dois produtos, a Teoria Econômica, para procurar explicar as alternativas de escolha que a firma tem, se vale de uma gráfica de grande auxílio para a compreensão do problema, que é comumente denominada <Curvas de Possibilidades de Produção> ou, como muitos estudiosos a denominam, Curvas de Transformação.

Podemos definir a Curva de Possibilidade de Produção como sendo uma linha onde todos os pontos revelam as diferentes quantidades dos dois produtos que podem ser combinadamente

produzidos em um dado período de tempo, a partir de uma determinada quantidade de fatores que a firma possui. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 169-70)

O significado do termo “modelo microeconômico” pode ser deduzido das próprias palavras. A <microeconomia>, ou <teoria dos preços>, como é às vezes denominada, envolve, no mínimo, o estudo do comportamento das famílias, firmas e dos mercados em que operam. É a análise microeconômica, em contraposição à análise macroeconômica; a última envolve o estudo de fenômenos econômicos amplos, como inflação, desemprego e afins. O termo “modelo” aqui tenciona ser sinônimo de teoria. Os modelos microeconômicos são, portanto, modelos que se propõem a explicar e prever o comportamento dos consumidores e dos produtores. (Miller, 1981, p. 3)

Também é necessário destacar que alguns tipos específicos de sinônimos costumam aparecer nos textos formalmente indicados pelos parênteses, tais como as siglas ou acrônimos e os empréstimos:

John von Neumann e Oskar Morgenstern (1944) propõem uma via para tratar formalmente as questões de decisões estratégicas em Economia. A proposta dos autores era de unir, na <Teoria dos Jogos> (<TJ>), dois modelos que, em princípio, eram distintos. Um deles, expunha as decisões das firmas em oligopólio, agindo estrategicamente. O outro, se constitui da representação matemática, através da formalização desses tipos de decisões, trazendo também regras para a mensuração das variáveis e parâmetros – constituindo o jogo. (Fontenele, 1995, p. 58)

Outra forma de recuperar o custo total de um serviço público é através da <tarifa dupla> (<two-part-tariff>). Este método consiste em suplementar uma tarifa por unidade de serviço, com uma contribuição fixa que deve ser paga se o usuário decide ter acesso ao serviço. Esta contribuição, ou taxa de participação, seria da natureza de um imposto per capita sobre os usuários do serviço, de forma a cobrir, digamos, o déficit causado pela política tarifária ótima. A contribuição teria um efeito substituição somente sobre a escolha entre total abstinência ou participação, mas não teria um efeito substituição na escolha do nível de utilização do serviço, uma vez que a contribuição tivesse sido paga. A hipótese subjacente a este tipo de argumento é que a demanda pelo acesso ao serviço será menos elástica do que a relacionada com o nível de utilização. (Longo, 1984, p. 352)

Tendo, pois, feito essas considerações sobre a apresentação dos termos sinônimos nos textos, pode-se então passar à classificação formal dos termos sinônimos propriamente ditos.

a) Sinonímia entre termos totalmente diferentes

Sob esta classificação estão os termos sinônimos que apresentam formas totalmente diferentes, não se observando nenhuma semelhança formal entre os sinônimos e seus constituintes (vocábulos ou afixos) que denominam o mesmo conceito.

Esta classificação pode se servir ainda de outras subclassificações, que são acompanhadas de um exemplo retirado do *corpus* estudado:

a. 1) sinonímia entre termos simples.

Nesta definição é preciso destacar dois elementos. Em primeiro lugar, a <demanda> é um desejo de adquirir, é uma aspiração, um plano, então a sua realização. Não se deve confundir procura com compra, nem oferta com venda. <Demanda> é o desejo de comprar. Em segundo lugar, a <demanda> é um fluxo por unidade de tempo. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 109)

Costuma-se definir a <procura>, ou demanda, individual como a quantidade de um determinado bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir em certo período de tempo. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 109)

a. 2) sinonímia entre termos sintagmáticos.

O que fazemos agora é mudar a troca na produção representada pela curva CC, para um espaço de produção que nos mostrará a <fronteira das possibilidades de produção>. A fronteira de possibilidades de produção também é chamada <curva de transformação>. A fronteira de possibilidade de produção, ou curva de transformação, é definida como a curva que mostra as combinações máximas obtentíveis de produção de duas mercadorias, quando a dotação inicial dos recursos utilizados para produzir estas mercadorias é dada. (Miller, 1981, p. 431)

a. 3) sinonímia entre um termo simples e um termo sintagmático.

A Análise do Equilíbrio Geral, por outro lado, estuda o <comportamento> das unidades decisórias individuais e todos os mercados individuais, simultaneamente. Este livro trata primordialmente do primeiro caso. (Salvatore, 1977, p. 3)

O processo de <tomada de decisão> necessariamente acarreta um dispêndio de recursos, notadamente quando a incerteza é elevada. Afinal, os indivíduos devem coletar informação, assim como processar a informação disponível. Para encarecer ainda mais esse processo, o conhecimento nem sempre pode ser transmitido de uma pessoa para outra. Ao contrário, o conhecimento é predominantemente tácito, o que significa que não pode ser transmitido por meio de palavras ou qualquer outro código de transmissão. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 219)

a. 4) sinonímia entre um termo vernáculo e um termo estrangeiro.

Entretanto, podemos ainda efetuar comparações entre ativos, verificando seus retornos esperados. Retorno esperado sobre um ativo é apenas o valor esperado do seu retorno (isto é, o retorno que ele deveria proporcionar em média). Em alguns anos o <retorno realmente praticado> (<actual return>) por um ativo poderia ser muito mais alto do que seu retorno esperado, enquanto em outros anos poderia ser muito menor, entretanto, no

decorrer de um longo período o retorno médio deveria estar próximo do seu retorno esperado. (Pindyck e Rubinfeld, 1994, p. 203)

a. 5) sinonímia entre um termo acronímico vernáculo e um termo acronímico estrangeiro.

Além da Receita Total já definida, é muito importante, para a análise da firma, o conceito de dois outros tipos de receita: a Receita Média (<RMe>) e a Receita Marginal (RMg). A primeira é definida como sendo o resultado do quociente entre a Receita Total e a quantidade vendida do produto. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 173)

Receita média (<AR>) é definida como as receitas totais divididas pela quantidade demandada, ou $AR = (P.Q)/Q \equiv P$, supondo-se que o mesmo preço seja cobrado. (Miller, 1981, p. 113)

A sigla AR é correspondente ao termo inglês *Average Revenue*.

b) Sinonímia entre termos que apresentam alguma semelhança formal

Sob esta classificação estão aqueles termos sinônimos que apresentam entre si algum tipo de semelhança. Essa semelhança pode ser bastante variável, e, por esse motivo, a maior parte dos termos sinônimos pode ser agrupada sob esta classificação como se poderá observar nas subclassificações a seguir.

b.1) sinonímia entre termos sintagmáticos cujos determinantes adjetivais são diferentes.

Um bem privado é geralmente utilizado ou consumido com exclusividade, enquanto o <bem público> é (ou pode ser) usado concomitantemente por muitos indivíduos. (Longo, 1984, p. 25)

<Bens coletivos> - São bens e serviços dotados de certas características que tornam totalmente impossível proporcioná-los através do mercado. Têm duas características correlatas: primeira, têm de ser proporcionados a grupos de pessoas e não em bases individuais. Segunda, não podem ser negados a pessoas que se recusem a pagar por eles. (Eckstein, 1971, p. 19)

Os <bens indivisíveis> são aqueles para os quais não se podem estabelecer preços via sistema de mercado. Esses bens têm como características principais a não-exclusividade e a não-rivalidade. (Riani, 1990, p.27)

b.2) sinonímia entre termos sintagmáticos cujos determinantes SP são diferentes.

A <curva de contrato> constitui um locus ótimo no sentido de que, se as partes negociadoras estão localizadas num ponto fora da curva, uma ou ambas as partes podem se beneficiar, não sofrendo nenhuma perda, por meio da troca de bens, de maneira a se mover para um ponto sobre a curva. (Ferguson, 1994, p. 519)

A curva de contrato também é denominada <curva de conflito>, pois os movimentos ao longo dela levam a perdas na utilidade por uma das partes e a ganhos na utilidade pela outra. (Miller, 1981, p. 82, 83)

Suponhamos que um setor operando em regime de concorrência perfeita seja monopolizado. O efeito da monopolização seria a elevação do preço e a redução da produção. Devido à possibilidade de existência de lucro monopolista no longo prazo, em razão das <barreiras à entrada de novas firmas> no setor, o preço do produto pode ser superior ao seu custo total médio mínimo. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 193)

Diversos fatores podem concorrer para a manutenção do monopólio, representando <barreiras ao acesso de novas firmas>, dentre os quais destacamos:

- a) a dimensão reduzida do mercado;*
 - b) a existência de patentes, o que impede a produção de um dado produto por firmas concorrentes;*
 - c) a proteção oferecida por leis governamentais; e*
- o controle das fontes de suprimento de matérias-primas para a produção de seu produto. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 185)*

b.3) sinonímia entre termos sintagmáticos em que um apresenta determinante adjetival e o outro determinante SP.

Quanto ao terceiro ponto (existência de empresas de diferentes tipos), adota-se a hipótese de Rosenstein Rodan e se supõe que cada grupo de empresas use um só método de organização e combine os <fatores produtivos> de uma única forma. (Sylos-Labini, 1980, p. 80)

O segundo conceito básico é o de <fator de produção>. Também com base na colaboração de diversos autores, é possível conceituar os <fatores de produção> como sendo bens ou serviços transformáveis em produção. Outra forma de defini-los poderia ser assim enunciada: <Fatores de produção> são quaisquer bens ou serviços utilizados na obtenção de um produto final. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 172)

b.4) sinonímia entre termos sintagmáticos cujos determinados são totalmente diferentes.

Definição - O <caminho de expansão> é uma isolinha particular, ao longo da qual o produto expandir-se-á quando os preços dos fatores permanecerem constantes. Então o <caminho de expansão> mostra como variam as proporções dos fatores quando o produto ou a despesa variarem, permanecendo constantes os preços dos insumos. (Ferguson, 1994, p. 217)

Se a firma varia seus gastos totais enquanto o preço da mão-de-obra e capital permanecem constantes, sua isocusto se desloca - paralelamente a si mesma - para cima, se TO aumenta, e para baixo se TO decresce. Estas isocustos diferentes serão tangentes a diferentes isoquantas, definindo, assim, pontos de equilíbrio diferentes para o produtor. Juntando esses pontos do equilíbrio do produtor, obtemos a <trajetória de expansão> da empresa. (Salvatore, 1977, p. 158)

b.5) sinonímia entre termos sintagmáticos cujos determinados são parcialmente diferentes.

A forma correta e usada em economia para medir a sensibilidade da demanda e variações nos preços é a <elasticidade-preço da demanda>, onde se relacionam a variação percentual da quantidade e a variação percentual do preço. Pode-se agora introduzir o conceito de <elasticidade-preço da demanda>.

<“Elasticidade-preço da demanda”> é a variação percentual de quantidade procurada do bem x, para cada unidade de variação percentual no preço do bem x. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 120)

Definição – *A <elasticidade da demanda> é a resposta relativa da quantidade demandada às variações do preço. Pode também ser determinada pelas variações no preço e na renda monetária gasta em um bem. (Ferguson, 1994, p. 58)*

b.6) sinonímia entre termos sintagmáticos em que um apresenta determinante SP composto (base presa + s) e o outro determinante SP sintagmático (adj + s).

As linhas grossas na Figura 6.4.1 são denominadas <curvas de isocusto>, porque mostram as várias combinações de insumos que se podem adquirir com um determinado dispêndio. (Ferguson, 1994, p. 209)

A isocusto ou <curva de igual custo> pode ser economicamente conceituada como o lugar geométrico dos pontos representativos de combinações de quantidades utilizadas dos fatores, que são adquiridas pela firma, incorrendo esta sempre em um mesmo custo total. As isocustos constituem linhas de preços que representam, em outras palavras, as quantidades adquiridas dos fatores que, conhecidos os respectivos preços, implicam, ao seu longo, um idêntico dispêndio total para a firma. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 214)

b.7) sinonímia entre termos sintagmáticos em que há a inversão entre os determinantes adjetivais.

Exemplo 10. *Vimos, no Capítulo 8, que o melhor nível de produção para uma empresa perfeitamente competitiva é dado pelo ponto em que $P = MC$ e MC está subindo. Mas, se a empresa poluir o ar, seu custo marginal particular será menor do que o custo social marginal e, assim, uma quantidade excessiva desta mercadoria será produzida para o bem-estar social máximo. Por outro lado, resultando em cidadãos mais responsáveis, os <benefícios sociais marginais> da educação excedem o benefício particular (isto é, para o indivíduo) marginal. Se o indivíduo pagar por sua educação, vai haver subinvestimento na educação do ponto de vista da sociedade. (Salvatore, 1977, p. 370)*

Uma economia externa é encontrada quando o custo marginal social de uma atividade é menor do que seu <benefício marginal social>. (Miller, 1981, p. 461)

b.8) sinonímia entre termos sintagmáticos em que há a inversão entre o determinante adjetival e o determinante SP.

Um exemplo disso foi a hipótese da <curva de demanda “quebrada”> (ou em ângulo) para esclarecer a questão da rigidez de preços em oligopólio. Supõe-se que a curva de demanda com que se defronta o oligopolista apresenta uma elasticidade descontínua (e portanto uma “quebra”) ao nível de preço vigente; a elasticidade é baixa para uma redução do preço, porque a firma acredita que outras a acompanharão; e alta para uma elevação do preço, pela razão inversa. (Possas, 1990, p. 26)

Na Figura 14-7, traçamos a <curva quebrada da demanda>, que está implícita no modelo de Sweezy. Começamos a um preço dado P_0 e presumimos que a quantidade demandada àquele preço para este oligopolista individual seja q_0 . O oligopolista presume que, se baixar seu preço, os rivais reagirão contrabalançando esta redução, para evitar que percam suas respectivas parcelas do mercado. Portanto, a quantidade demandada do oligopolista que baixa o preço não aumentará muito. Esta porção da sua curva de demanda é relativamente inelástica. Isto é, mostrado pela curva de demanda à direita do ponto E na Figura 14-7. Por outro lado, se o oligopolista aumentar o preço, os rivais não o seguirão. (Se o seguirem, o farão incompleta.) Portanto, a quantidade demandada ao preço mais alto para este oligopolista cairá dramaticamente. O esquema de demanda à esquerda do ponto E será relativamente elástico. Esta é a parte mais plana da curva à esquerda do ponto E. Conseqüentemente, a curva de demanda com que se defronta o oligopolista é dd, que tem uma dobra em E. (Miller, 1981, p. 346-7)

b.9) sinonímia entre termos sintagmáticos em que um dos termos é expandido e especificado por um determinante SP e o outro não, ou seja, há um apagamento em um dos sintagmas.

A partir daí, foram identificados os principais determinantes das <barreiras à entrada>, caracterizados por vantagens das firmas estabelecidas basicamente de três espécies, ou, advindas de três circunstâncias diferentes. São elas:

*A **Diferenciação de Produto** – englobando os mais diversos aspectos como a preferência dos consumidores por produtos existentes, a inovação de produtos ou controle do sistema de distribuição, etc.*

*As **Vantagens Absolutas de Custos** – decorrentes de técnicas mais avançadas, do controle de insumos indispensáveis à produção ou, além disso, do acesso mais fácil a fundos financeiros pelo fato de que as firmas estabelecidas representam menor risco, mesmo quando comparadas à(s) ingressante(s) mais favorecida(s).*

*As **Economias de Escala** – que poderiam levar, mesmo a(s) ingressante(s) mais favorecida(s), a enfrentar o dilema de entrar(em) numa escala menor ou se defrontar(em) com o risco de assumir(em) maior escala. Esta atitude, poderia levar a uma queda de preços no mercado, que possivelmente, resultaria em retaliação por parte das firmas estabelecidas (Bain, 1972, p. 80-1). (Fontenele, 1995, p. 33)*

Suponhamos que um setor operando em regime de concorrência perfeita seja monopolizado. O efeito da monopolização seria a elevação do preço e a redução da produção. Devido à possibilidade de existência de lucro monopolista no longo prazo, em razão das <barreiras à entrada de novas firmas> no setor, o preço do produto pode ser superior ao seu custo total médio mínimo. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 193)

A <d demanda de moeda por precaução> surge porque as pessoas sabem que os gastos sem antecipação ocorrem certas vezes. (Byrns e Store, 1997, p. 280)

As pessoas retêm moeda para gastos programados (demandas por transações), com uma margem para despesas e receitas incertas (<d demandas por precaução>). As pessoas também têm demandas por moeda como ativos, porque: (a) a moeda oferece relativamente menos risco, (b) os custos por transações associados com ativos menos líquidos podem exceder rendimentos esperados ou (c) as pessoas especulam mantendo moeda quando esperam que os preços dos ativos alternativos (por exemplo, ações, títulos ou imóveis) caiam. (Byrns e Store, 1997, p. 304)

b.10) sinonímia entre termo sintagmático e termo simples (formado pelo apagamento do determinado).

De acordo com a classificação da elasticidade-cruzada, os bens X e Y são <substitutos> ou complementares se a elasticidade-cruzada dos preços é positiva ou negativa. Como exemplos triviais, considere o seguinte: um acréscimo no preço da carne de porco, com o preço da carne de boi permanecendo constante tenderá a aumentar a quantidade demandada de carne de boi; η_{xu} é positiva e as carnes de boi e de porco são ditos <bens substitutos>. (Ferguson, 1994, p. 78)

Considerem-se dois bens x e y em meio a muitos bens possíveis, x, y, z etc. Se x e y são <substitutos>, quando o preço de y cai, a curva da demanda de x desloca-se para a esquerda. Se o preço de y aumenta, a curva de demanda desloca-se para a direita. Manteiga e margarina seriam um exemplo. Em outras palavras, a relação é positiva: um aumento no preço de y leva a um aumento na demanda de x e vice-versa. (Miller, 1981, p. 92)

b.11) sinonímia entre um termo composto e um termo sintagmático.

São concebíveis, porém, várias noções de elasticidade finita. Uma delas é dada pela relação entre os percentuais de variação da quantidade e do preço. Uma outra é a <elasticidade-arco>. (Sylos-Labini, 1980, p. 79)

Ou seja, toma-se média aritmética das quantidades e a dos preços. Esta quantidade é a <elasticidade no arco> ou no ponto médio. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 122)

b.12) sinonímia entre um termo derivado e um termo sintagmático.

Embora pareça bastante estranho, uma longa sucessão de autores renomados tem argumentado que um imposto sobre a renda não é eqüitativo porque, segundo se diz, envolve <bitributação> da poupança. Suponhamos a imposição de um imposto de renda. Alguém que deseje consumir paga um imposto sobre sua renda, podendo aplicar todo o restante em consumo. Alguém que deseje poupar também paga o imposto sobre sua renda, reduzindo assim o capital que pode investir; e, mais tarde, deverá pagar um imposto adicional sobre os juros advindos de sua renda deste investimento já reduzido. Isto sujeita a poupança a uma <bitributação>. (Musgrave, V.1, 1974, p. 208)

Neste sentido, os dividendos sofrem <“dupla tributação”>, sendo um dos objetivos da integração eliminá-la. (Longo, 1984, p. 227)

b.13) sinonímia entre termos formados por prefixos diferentes.

O <lucro> extraordinário também denominado puro ou <supernormal>, caracteriza-se por ser superior ao lucro normal. Por sua vez, entende-se por lucro normal aquele nível de lucro perfeitamente capaz de não atrair novas empresas ao mercado e, também, de não acarretar o abandono do mercado por parte daqueles firmas que nele já estejam operando. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 375)

Um conceito básico a ser utilizado nesse contexto é o do produtor “marginal”, aproveitado da formulação original de Ricardo e de sua adaptação por Marshall, referindo-se ao produtor de maior custo e que obtém apenas lucros “normais”, isto é, nenhum lucro “extra”²⁵. Nesse sentido, os <lucros supranormais> obtidos regularmente por determinadas empresas representam ganhos diferenciais que refletem as vantagens de custos – mas também de preços, em caso de diferenciação de produtos – que elas apresentam em relação às empresas “marginais”, via de regra as menores. (Possas, 1990, p. 152)

b.14) sinonímia entre termos formados por sufixos diferentes.

A <exploração monopsonista> ocorre porque o monopsonista observa a curva MFC ao invés da curva de oferta, que seria a curva relevante para quem adquire mão-de-obra no mercado em concorrência perfeita. (Miller, 1981, p. 392)

$MRP_L - w_m = \text{<exploração monopsonista>}$ (Miller, 1981, p. 392)

b.15) sinonímia entre termos sintagmáticos cujos determinantes SP são formados com preposições diferentes.

Ao resultado, em termos de produção final, obtido por meio da variação da utilização dos fatores de produção, os economistas denominam <rendimentos de escala>. Assim sendo, a expressão <rendimentos de escala> descreve simplesmente uma relação tecnológica. Todavia, os melhoramentos, da tecnologia não são admitidos nesse conceito, que é válido unicamente sob a hipótese de consideração da existência de “dado nível de tecnologia”. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 205)

Na Fig. 6-23, as isoquantas do painel A mostram <rendimentos em escala> constantes e (e subst.)_{LK} nula. (Salvatore, 1977, p. 181)

b.16) sinonímia entre termos sintagmáticos cujos determinantes são formalmente idênticos, mas um constitui determinante SP e o outro determinante substantival, na função de aposto.

<Coeficiente de elasticidade-preço da demanda> = $\text{variação relativa da quantidade demandada de um bem} \div \text{variação relativa do preço relativo daquele bem}$. (Miller, 1981, p. 52)

O <coeficiente> chamado <elasticidade-preço da demanda> (e) mede a variação percentual da quantidade da mercadoria procurada por unidade de tempo, resultante de uma dada variação percentual no preço desta mercadoria. Como preço e quantidade são inversamente relacionados, o <coeficiente elasticidade-preço da demanda> é um número negativo. Com o objetivo de evitar o trabalho com valores negativos, um sinal negativo é freqüentemente introduzido na fórmula de e . (Salvatore, 1977, p. 53)

b.17) sinonímia entre termos sintagmáticos em que um dos determinantes SP é antecedido por artigo e o outro não.

Uma <curva de indiferença> mostra as várias combinações das mercadorias X e Y, as quais proporcionam igual utilidade ou satisfação ao consumidor. Uma curva de indiferença mais alta indica uma grande quantidade de satisfação e uma curva mais baixa, menor satisfação. (Salvatore, 1977, p. 111)

Podemos traduzir as quatro hipóteses apresentadas anteriormente em um esquema geométrico, apropriadamente denominado <curva da indiferença>. Uma <curva de indiferença> é definida como uma curva que representa um nível constante de satisfação ou, alternativamente, como um locus de pontos representando combinações de dois bens (ou conjunto de bens) entre as quais o consumidor é indiferente. (Historicamente estas curvas foram inicialmente empregadas e batizadas por um economista inglês, Francis Y. Edgeworth, que viveu de 1845 a 1926. (Miller, 1981, p. 15)

b.18) sinonímia entre termos sintagmáticos em que um é constituído pelo determinante no singular e outro pelo determinante no plural.

O que fazemos agora é mudar a troca na produção representada pela curva CC, para um espaço de produção que nos mostrará a fronteira das possibilidades de produção. A <fronteira de possibilidades de produção> também é chamada curva de transformação. A <fronteira de possibilidade de produção>, ou curva de transformação, é definida como a curva que mostra as combinações máximas obtíveis de produção de duas mercadorias, quando a dotação inicial dos recursos utilizados para produzir estas mercadorias é dada. (Miller, 1981, p. 431)

b.19) sinonímia entre termos cuja única diferença é fonético-fonológica, relativa a alguma alteração nos fonemas constituintes do termo ou ao seu acento.

A análise do equilíbrio parcial pode ser melhor caracterizada pela expressão latina <ceteris paribus>, que significa “tudo o mais constante”. (Miller, 1981, p. 426)

Efetivamente, estes últimos, ao desenvolverem os seus experimentos, fazem-no em ambientes passíveis de controle; quanto aos economistas, os resultados que inferem de qualquer situação microeconômica são válidos desde que aceita a hipótese do <coeteris paribus>; caso contrário, será relutada a veracidade desses resultados. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 74)

b.20) sinonímia entre termos que apresentam mais que uma das diferenças formais acima descritas

[...] Resulta em dois orçamentos: o anual, que contempla as <despesas de custeio> e investimento para o ano seguinte e o plurianual, que contempla apenas as despesas de investimento, para um período de três a cinco anos. (Filellini, 1994, p. 162)

As <despesas com o custeio> possuem todas as propriedades dos gastos correntes e são compostas pelos dispêndios com pessoal, manutenção e operação dos serviços, diárias, gratificações, material de consumo, etc. (Riani, 1990, p. 67)

c) *Sinonímia entre termo sintagmático e termo acronímico*

Sob esta classificação estão aqueles conceitos cuja sinonímia se estabelece entre o termo sintagmático e a sigla ou o acrônimo que é formado a partir desse termo complexo. Destacou-se uma classificação específica para esse tipo de sinonímia porque, apesar de não haver uma semelhança formal entre os termos, um é constituído a partir do outro, o que os faz mais próximos do que aqueles em que a sinonímia se estabelece entre termos de origem diversa e em que não se pode observar nenhuma aproximação formal. Há, em Economia, um número considerável de termos que se inserem nessa classificação, como se pode verificar a seguir:

<Custo variável médio> (<CVM>) é o custo variável dividido pelo nível de produção CV/Q. O custo variável médio para a produção de 5 unidades de produto é de \$ 26, ou seja \$ 130 dividido por 5. Finalmente, o <custo total médio> <CTM> é o custo total dividido pelo nível de produção CT/Q. Portanto, o custo total médio para um nível de produção de 5 unidades de produto é de \$36, ou seja, \$180/5. Basicamente, o custo total médio nos informa o custo unitário da produção. Por meio de comparações entre o custo total médio e o preço do produto, podemos determinar se a produção é lucrativa. (Pindyck e Rubinfeld, 1994, p. 264)

Além da Receita Total já definida, é muito importante, para a análise da firma, o conceito de dois outros tipos de receita: a Receita Média (<RMe>) e a <Receita Marginal> (<RMg>). A primeira é definida como sendo o resultado do quociente entre a Receita Total e a quantidade vendida do produto. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 173)

Por meio da classificação aqui proposta, pode-se observar como formalmente se apresentam os termos sinônimos em Economia. Percebe-se que há mudanças formalmente muito sutis, ao lado de outras bastante evidentes, em que não é possível observar nenhuma semelhança formal entre as denominações dadas a um mesmo conceito. Observar-se-á mais adiante, neste trabalho, que algumas dessas diferenças e semelhanças poderão trazer repercussões nos aspectos semânticos que envolvem os termos sinônimos na terminologia da Economia.

2. Aspectos semânticos dos termos sinônimos em Economia

Neste subcapítulo serão apresentadas algumas reflexões sobre as diferenças semânticas existentes entre alguns termos que apresentam uma relação sinonímica. Foram estudados quinhentos e setenta termos, por isso não seria possível realizar, no âmbito deste trabalho, uma análise semântica exaustiva de todos esses termos e de suas relações. Assim, optou-se por efetuar-se uma reflexão sobre as relações mais expressivas e representativas existentes no *corpus*, apresentando-se para isso alguns exemplos.

a) *Conseqüências semânticas da escolha entre as preposições de / a; de / em; de / para; de / sobre*

As preposições, como se sabe, são palavras gramaticais na língua e que têm como função relacionar uma palavra a outra dentro de uma sentença. Apesar de serem essencialmente gramaticais, não se pode afirmar que não exista um aspecto semântico envolvido na relação; se assim o fosse, não haveria diferentes preposições na língua. Por

esse motivo, julgou-se necessário estabelecer aqui algumas diferenças referentes às relações semânticas que a escolha entre uma ou outra preposição pode trazer.

Antes de se proceder à análise por meio do levantamento semântico, cabe destacar que, observando-se os sinônimos formados no *corpus* de análise, parece que a preposição *de* é a mais versátil nas construções, uma vez que pode ser equivalente a *com*, *em*, *para* e *sobre*, o que faz pressupor que ela é a menos marcada semanticamente.

A respeito desse uso versátil, há confirmação nos dicionários de língua. Em Ferreira (1999), por exemplo, encontra-se a afirmação: “*Partícula de larguíssimo emprego em português*”.⁶⁶ O dicionarista enumera as possibilidades de uso: 1) entre dois substantivos pode indicar uma relação atributiva possessiva, antes expressa pelo genitivo latino (*casa de João*), um adjunto adnominal (*jura de amor*), uma relação de uma denominação especial (*o alcaide de Santarém*), uma relação de pertença, proveniência ou origem (*uma voz de moça*), uma relação de natureza, qualidade ou índole (*curso de água*), uma relação de fim, destino, acomodação, uso, aplicação, equivalendo à preposição *para* (*máquina de escrever*), uma relação de profissão ou ocupação (*moço do comércio*), uma relação de disposição ou propósito (*homem de luta*), uma relação de naturalidade, habitação ou situação (*animais de países frios*), uma relação de duração, idade ou data (*um trabalho de três meses*), uma relação de formação, composição, participação, constituição ou conteúdo (*um copo de leite*), uma relação de matéria (*relógio de ouro*), uma relação de assunto ou objeto, equivalendo a *sobre*, *acerca de*, *a respeito de* (*um ensaio de Economia*), uma relação de forma (*chapéu de dois bicos*), uma relação de dimensão (*um sofá de três metros*), uma relação de valor (*uma jóia de milhões*), uma relação de quantidade ou número (*um exército de sessenta mil homens*), uma relação de causa, equivalendo a *por* (*sofrimento de amor*) uma relação de primazia, quando posta entre um substantivo e este mesmo substantivo no plural (*poeta dos poetas*); 2) introduz o complemento terminativo de alguns verbos, substantivos e adjetivos (*É incapaz de amar*); 3) com os verbos auxiliares *ter* e *haver* seguidos de infinitivo, para compor perífrases de futuro (*Hei de vencer.*); 4) pospõe-se a certos verbos quando seguidos de infinitivo (*Deu de gritar*); 5) usa-se com vários verbos para designar o agente da passiva, equivalendo a *por* (*De tiros traspassado*); 6) emprega-se

⁶⁶ *Op. cit.*, p. 607.

no predicativo de verbos transobjetivos (*Tacham-no de louco*); 7) funciona como termo de ligação, no superlativo relativo dos adjetivos (*a mais pura das mulheres*); 8) Funciona como partitivo (*Bebeu do vinho.*); 9) contribui para formar locuções prepositivas (*perto de, de acordo com*); 10) entra na constituição de locuções conjuntivas (*de sorte que, de maneira que*); 11) auxilia na formação de adjuntos adverbiais que experimentam a origem dum movimento, direção ou proveniência (*de Belo Horizonte a Maceió*), o tempo desde que ou o tempo em que (*de segunda-feira até domingo*), modo ou maneira (*Vi-o de costas.*), meio ou instrumento (*Armou-se de rifle*), causa, razão ou motivo (*Chorou de covarde.*), estado, situação, condição, emprego ou posto (*Está de cama*), conformidade (*Acham-se de acordo*); 12) combina-se com certas preposições (*Surgiu de sob a terra*); 13) entra como expletivo em algumas frases (*um pobre de um mendigo*).

Também as gramáticas do português mostram essa versatilidade. Para se enfatizar apenas os usos dessa preposição nos sintagmas nominais, pode-se observar o que Neves (2000)⁶⁷ apresenta em sua *Gramática de Usos*. Nela a autora afirma que, no sintagma nominal, a preposição *de* pode estabelecer as seguintes relações semânticas: 1) relação de posse (*Ela bebe com o dinheiro dela.*); 2) relação de pertença (*Olha dentro dos olhos de Hans! Os meninos doentes do internato iam para a enfermaria.*); 3) relação de matéria (*Soltávamos virotes de papel enrolado.*); 4) oposição semântica relativa (*Em grande risco navegava o neto de Simeão.*); 5) relação de execução (*Uma teia de aranha se agarra no seu cabelo.*); 6) localização espacial ou temporal (*José sentava-se à mesa do fundo! Começou conquistando a pole-position para a corrida de amanhã.*); 7) especificação (*Numa roça de mangue, a bicharada caía de podre! Cambada de safadinhos! Trazia um bule de água.*); 8) classificação (*Era um véu de noiva estendido.*); 9) qualificação (*Conhecia eu que só uma invenção de tal peso podia sanar! Que imensidão de brancura.*); 10) relação partitiva (*Um de nós mete o braço.*); 11) extração de uma qualidade (*Muita coisa mudou e algo de novo está acontecendo.*); 12) denominação (*Descia a Rua do Matosol.*). No âmbito de um sintagma nominal, a preposição *de* pode também introduzir um complemento nominal e, assim sendo, pode exercer os seguintes papéis semânticos, como afirma Neves: 1) agente (*O ataque de holandeses, franceses e ingleses se fez em toda a linha que desce das Antilhas ao nordeste brasileiro.*); 2) objeto afetado (*A repressão anti-*

⁶⁷ Neves, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, pp. 653-6 e 660-5.

religiosa, a prisão de fiéis e a **destruição de igrejas** têm provocado o recrudescimento da fé.); 3) objeto não-afetado (*Tio Stefan concentrou-se no **exame de seu cachimbo.***); 4) beneficiário (*E uma medida de prudência, para o **bem de todos.***); 5) experimentador (*A **tristeza dos componentes de sua equipe** – pretensos recepcionistas de jupiterianos – era estarrecedora.*); 6) meta (*Voltou-se outra vez, na **direção dela.***); 7) suporte de estado (*A **bruteza do meu falar** sacudiu o descampado.*)

Assim, retomando-se as informações fornecidas no *Dicionário*, nota-se que já há indicações de que a preposição *de* pode ser usada equivalendo a *para*, *por* e *sobre*. *Para* e *sobre* foram equivalências também encontradas na formação de termos sinônimos da Economia. Observem-se os exemplos:

Índice de <Capacidade para Pagar>. Nos estágios posteriores do debate, tomou-se como certo que a posição relativa de bem-estar dos indivíduos deve ser medida em termos de sua renda e que o sacrifício é uma função da renda cedida. Entretanto, a doutrina da capacidade de pagamento, em sua versão mais antiga, foi formulada em termos de faculdade para pagar e não de renda. O termo *faculdade* ou *capacidade*, da maneira empregada na lei de assistência pública elizabetana, referia-se à propriedade, e o mesmo acontecia com a legislação primitiva das colônias americanas. Com o progresso da sociedade industrial e o desenvolvimento de uma economia pecuniária, houve uma mudança sucessiva de ênfase em renda e não em propriedade, como índice da <capacidade para pagar>. (Musgrave, V.1, 1974, p. 128)

A renda é considerada, mais habitualmente, a melhor medida da <capacidade de pagar> [...]. (Eckstein, 1971, p. 115)

O <imposto sobre a renda> aparece como a mais importante fonte de receitas fiscais na maioria dos países. (Riani, 1990, p. 105)

Além do mais, o financiamento do déficit via <imposto de renda> pode ser considerado injusto, do ponto de vista da tributação segundo o benefício, porque neste caso, os contribuintes poderiam subsidiar um serviço específico, cujos benefícios são apropriados exclusivamente pelos seus usuários. (Longo, 1984, p. 32)

Observando-se os pares de sinônimos, verifica-se que, no que concerne ao primeiro par (*capacidade de pagar* e *capacidade para pagar*), o dicionário aponta, em seu verbete *de*, para a relação de *fim*, *destino*, *acomodação*, *uso*, *aplicação*, que é aquela presente na formação (*capacidade* cujo fim/objetivo ou cuja destinação é pagar). Não se pode negar, porém, que com o uso da preposição *para* essa relação mostra-se mais evidente do que com o uso de *de*, uma vez que a preposição *para* expressa relações mais específicas entre as

palavras; Neves, por exemplo, destaca apenas cinco relações semânticas que *para* pode ter introduzindo um complemento nominal (referência a um ponto de chegada, referência a um receptor, referência a um beneficiário, introdução de um ponto de referência no futuro e finalidade)⁶⁸.

Ao analisar-se, entretanto, o segundo par sinonímico (imposto de renda e imposto sobre a renda), verifica-se que a relação apresentada pelo dicionário não é a expressa nos sintagmas: a renda não é o assunto sobre o qual versa o imposto. Aplica-se mais adequadamente à relação aí estabelecida uma das acepções elencadas por Ferreira⁶⁹, mais especificamente a vigésima primeira, no verbete destinado a sobre: *à vista de, de acordo com, segundo, conforme*. Assim, temos um imposto *de acordo com/ segundo/ conforme* a renda. Mais uma vez, observa-se que o uso de sobre torna mais explícita a relação mantida entre os elementos que constituem o sintagma, pois este parece reduzir as possibilidades de se atribuir uma falsa motivação para o termo.

Ferreira não menciona a possibilidade de equivalência entre a preposição *de* e as preposições *a, com* e *em*. Entretanto, estas são equivalências constatadas nos termos sinônimos do *corpus* sob análise. Tendo-se isso em vista, far-se-á uma tentativa de se estabelecer relações entre essas preposições.

Com relação à equivalência entre as preposições *de* e *a*, esta pode ser encontrada, por exemplo, nos termos *curva de custo marginal de longo prazo* e *curva de custo marginal a longo prazo*:

A curva marginal a LAC, isto é, a <curva de custo marginal de longo prazo> LMC, é definida como o locus dos pontos que mostram a quantidade mínima pela qual o custo total é aumentado quando a taxa de produto é expandida. (Miller, 1981, p. 201)

[...] a <curva de custo marginal a longo prazo> mostra o montante mínimo pelo qual o custo é aumentado quando a produção se expande e o montante máximo que pode ser poupado quando a produção diminui. (Ferguson, 1994, p. 257)

Analisando-se os termos formados, entretanto, pode-se afirmar que nestes casos não existe exatamente uma equivalência entre as preposições, uma vez que, ao se observar a estruturação sintática dos termos a função da locução introduzida pelas preposições é

⁶⁸ *Op. cit.*, pp. 696-7.

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 1869.

diferente. No primeiro caso, verifica-se que *de longo prazo* é um adjunto adnominal, ou seja, ele determina o termo *custo*, atribuindo-lhe uma característica ou especificando-o, como se pode resgatar na sétima relação semântica de *de* apontada por Neves, quando essa preposição está inserida num sintagma nominal. Com o uso de *a*, introduzindo a locução *longo prazo*, esta apresenta um valor adverbial de tempo, ou seja, o *custo* é considerado no longo prazo. Assim, há também diferenças sintáticas na constituição dos termos. Conceitualmente, a *curva* mostra a variação do *custo* ao longo do tempo e o uso da preposição *a* – sem fazer-se aqui discussões quanto à sua adequação gramatical, do ponto de vista da gramática normativa – exprime essa relação. Quanto ao *de*, apesar de parecer atribuir maior coesão ao termo, pode levar à falsa interpretação de que se trata da soma dos *custos* no decorrer de um período de tempo.

Uma relação semelhante é a que se estabelece entre os usos de *de* e *em* na formação dos termos sinônimos *rendimentos constantes de escala* e *rendimentos constantes em escala*:

Os <rendimentos constantes de escala> ocorrem quando a variação do produto total é proporcional à variação da quantidade utilizada dos fatores de produção. Por exemplo, aumentado-se a utilização dos fatores 10%, o produto também aumenta em 10%. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 206)

(a) <Rendimentos constantes em escala> referem-se a uma situação de produção onde, se todos os fatores de produção forem acrescidos numa dada proporção, a produção crescerá exatamente na mesma proporção. Assim, se as quantidades de mão-de-obra e capital utilizadas na unidade de tempo forem acrescidas ambas de 10%, a produção crescerá também de 10%; se a mão-de-obra e o capital dobrarem, a produção dobrará. Isto faz sentido, pois, se usamos dois trabalhadores do mesmo tipo e duas máquinas idênticas, normalmente esperamos obter duas vezes a produção de um trabalhador com uma máquina. Similarmente, se todos os insumos são reduzidos de uma dada proporção, a produção será reduzida da mesma proporção. (Salvatore, 1977, p. 181-2)

Entretanto, neste caso, o uso da preposição *em*, que na estrutura do termo constitui um adjunto adnominal, especificando o significado do substantivo – função também apresentada por Ferreira no verbete dedicado à preposição *em*⁷⁰ –, pode ser interpretado como se a preposição fosse introdutora do adjunto adverbial *em escala*, o que poderia suscitar uma falsa interpretação da motivação do termo. Um leigo poderia interpretar *em escala* como um adjunto adverbial de modo, atribuindo ao termo uma interpretação de que

⁷⁰ *Op. cit.*, p. 730.

os *rendimentos* aumentam ou diminuem *de modo a seguirem uma escala*. No entanto, sabe-se que o elemento *escala* presente na formação do termo refere-se a outro termo da Microeconomia, *escala de produção*, definida como o *ritmo de variação da produção, resultante da alteração nas quantidades de fatores de produção, mantida uma proporção fixa entre esses fatores*. Assim, verifica-se que os *rendimentos* têm origem ou procedência numa alteração das *escalas de produção*. Nesse sentido a preposição *de*, como já se citou anteriormente, pode ter essa significação, fazendo com que seu uso seja adequado na formação do termo.

Para finalizar as considerações registradas sobre as equivalências estabelecidas, nos termos, entre as preposições, cabe ressaltar que não se buscou fazer aqui uma análise de que é correto ou incorreto; antes, procurou-se demonstrar quais são as implicações semânticas de uma escolha ou outra. Com relação à preposição *de*, pode-se afirmar que é a mais utilizada no português – e isso se pode provar com análises de frequência em diferentes tipos de *corpora* –, além de ser a mais freqüente na criação de termos sintagmáticos. Isso se deve ao fato de que ela é adequada a vários usos, podendo estabelecer múltiplas relações de significado entre termos. Esse fato contribui para que termos já fortemente lexicalizados façam uso dela, e, por isso, foi afirmado anteriormente que a sua utilização faz o termo parecer mais coeso. Todavia, essa sua versatilidade e alta frequência trazem, como conseqüência, de acordo com o que se verificou nos termos estudados, uma imprecisão maior de seu significado, ou seja, ao utilizá-la o emissor aumenta a possibilidade de causar ambigüidade para os não-especialistas.

b) *Conseqüências semânticas da utilização ou não-utilização de artigo definido*

Dentre as diferenças existentes nos termos sintagmáticos sinônimos estudados neste trabalho, uma bastante comum é a utilização ou a não-utilização dos determinantes artigos definidos. Observem-se alguns exemplos:

Definição: - A <curva de demanda> por uma mercadoria específica relaciona as quantidades de equilíbrio de uma mercadoria, comprada ao preço de mercado, mantendo-se constantes a renda monetária nominal e os preços nominais das demais mercadorias. (Ferguson, 1994, p. 57)

A quantidade de uma mercadoria que um indivíduo pretende comprar durante um específico período de tempo é função ou depende do preço desta mercadoria, de sua renda monetária e do preço de outras mercadorias e do seu próprio gosto. Pela variação do preço da mercadoria, sob a consideração de que mantemos constante a renda deste indivíduo, os seus hábitos e o preço de outras mercadorias (supondo, a condição ceteris paribus), chegamos à função de demanda do indivíduo pela mercadoria. A representação gráfica da função de demanda do indivíduo nos dá a <curva da demanda>. (Salvatore, 1977, p.17)

A partir daí, foram identificados os principais determinantes das barreiras à entrada, caracterizados por vantagens das firmas estabelecidas basicamente de três espécies, ou, advindas de três circunstâncias diferentes. São elas:

A <Diferenciação de Produto> – englobando os mais diversos aspectos como a preferência dos consumidores por produtos existentes, a inovação de produtos ou controle do sistema de distribuição, etc.[...] (Fontenele, 1995, p. 33)

Considera-se a "diferenciação" como uma qualidade do produto que assegura o custo, justamente como qualquer outra qualidade. Representa-se o custo da "diferenciação" pela produção à esquerda do custo médio mínimo. A diferença entre a produção real (equilíbrio a longo prazo) e produção ao custo mínimo é, então, uma medida do "custo" de produzir "diferenciação", ao invés de uma medida de excesso de capacidade. Porém, isso é verdadeiro, apenas quando há uma concorrência de preço efetiva no mercado. A presença da concorrência de preço assegura que os compradores possam selecionar a "quantidade" de diferenciação que desejam comprar. No caso da concorrência de preço, CHAMBERLIN considera E_p como uma "espécie de ideal" para um mercado no qual existe a <diferenciação do produto>. (Ferguson, 1994, p. 362)

Nos contextos acima, em que figuram os pares *curva de demanda/ curva da demanda* e *diferenciação de produto/ diferenciação do produto*, pode-se notar que são semelhantes as razões para a existência ou não do artigo precedendo o elemento determinante do sintagma. Observe-se que os elementos *demanda* e *produto* não são precedidos do artigo em dois contextos em que aparecem como um termo a ser definido ou explicado, ou seja, os autores têm a consciência de que estão tratando de um conceito genérico. Nos contextos, porém, em que o termos determinantes foram já citados e foi construída uma argumentação para se chegar ao termo, há aí a utilização do artigo definido, mostrando que o termo ali tratado é o mesmo a respeito do qual se vinha construindo a argumentação. Note-se, assim, que, além da diferença semântica e relacionada a ela, está também uma diferença discursiva, na construção do texto e da argumentação.

Além desses casos, pode-se verificar também uma outra razão para o uso ou não do artigo precedendo o termo determinante. Observem-se os contextos a seguir:

- A <alocação de recursos>: o Estado a modifica destinando recursos a satisfazer das necessidades públicas e privadas prioritárias (necessidades públicas no sentido amplo). O Estado a modifica também quando sua política visa a modificar decisões privadas (certos impostos, subsídios). (Lettenhove, 1984, p. 32)

A <alocação dos recursos> por parte do governo tem como objetivo principal a oferta de determinados bens e serviços que são necessários e desejados pela sociedade e que não são providos pelo sistema privado. (Riani, 1990, p. 37)

Nos contextos citados, pode-se verificar que, naquele em que o termo determinante não aparece precedido do artigo definido, o agente que é responsável pelo processo de *alocação* aparece como uma entidade genérica – observe-se que o agente, *Estado*, aparece grafado com inicial maiúscula, reforçando a noção de que ali é abordado conceitualmente e não concretamente. Ao contrário, no contexto em que o termo determinante do sintagma é precedido pelo artigo definido, o agente mostra-se de forma mais concreta e, dessa forma, também *os recursos* por ele alocados: “a *alocação dos recursos por parte do governo*”, quer dizer, *daqueles recursos* de que *um governo determinado* dispõe.

Dessa forma e com os exemplos contextualizados, verifica-se que numa pequena diferença formal – utilização ou não utilização do artigo definido – pode-se encontrar nuances semânticas diferentes, que implicam a escolha de uma das formas para a redação do texto.

c) ***Conseqüências semânticas do apagamento de elementos na formação de termos sinônimos***

Dentre os termos sinônimos estudados, é interessante notar que há aqueles pares em que um dos sinônimos não apresenta um dos elementos existente no outro. Esse apagamento pode ocorrer com elementos de diferentes funções na denominação do conceito. Observem-se, primeiramente, os seguintes contextos:

Um método de redistribuição de renda muito utilizado, ao menos explicitamente, é o <imposto de renda progressivo>. (Longo, 1984, p. 88)

Adam Smith argumentou que os impostos devem ser proporcionais às rendas - ou seja, que todos devem pagar a mesma porcentagem de sua renda como imposto. [...] Nos Estados Unidos, preferem-se os <impostos progressivos>, significando isto que a fração da renda paga aumenta com esta, de modo que o aumento nos pagamentos de impostos é mais do que proporcional. É o inverso do imposto regressivo, sob o qual a fração da renda paga declina com a elevação desta. (Eckstein, 1971, p. 95)

Esses três princípios – benefício, capacidade e progressividade – fornecem as bases para as discussões correntes da <equidade fiscal>. (Filellini, 1989, p. 95)

Embora diferente em seu espírito, esta abordagem do bem-estar à distribuição tributária teve origem no ponto de vista da <equidade>. O elo foi proporcionado, por uma superposição das idéias na formulação da regra da <equidade>, por John Stuart Mill. Este argumentava que a <equidade> deve ser definida como a necessidade de que cada contribuinte suporte um sacrifício igual. (Musgrave, V.1, 1974, p. 124)

No par sinonímico *imposto de renda progressivo/ imposto progressivo*, houve, no segundo termo, o apagamento do primeiro determinante descritivo do elemento determinado (*de renda*). Esse apagamento traz uma economia lingüística, pois o sintagma fica mais reduzido. Contudo, do ponto de vista semântico, perde-se uma informação importante a respeito do termo: o *imposto progressivo* é uma modalidade do *imposto de renda*, que, de acordo com o segundo contexto, pode ser *progressivo* ou *regressivo*. Note-se que essa é uma informação importante a respeito do conceito, porque o adjetivo *progressivo* não é aplicado a qualquer *imposto*, como o termo *imposto progressivo* poderia dar a entender, e sim a um tipo específico de imposto, o *imposto de renda*.

A mesma conseqüência semântica pode ser observada no apagamento do determinante *fiscal*, associado, no termo sintagmático, ao determinado *equidade*, que, no segundo contexto, é utilizado como termo simples. O determinante *fiscal* especifica o termo *equidade*, a que se poderiam atribuir outras especificações.

Entretanto, como afirmado anteriormente, não são apenas os elementos determinantes que podem sofrer o apagamento na formação de sinônimos. Há também aqueles pares de sinônimos em que o elemento que sofre a elisão é o determinado. Observem-se os contextos a seguir:

Além disso, a sociedade freqüentemente decide assegurar proteção plena às firmas estabelecidas em um determinado mercado, como é o caso do fornecimento de alguns produtos agrícolas na Comunidade Econômica Européia e no Japão. O caso mais abordado pela literatura de Organização Industrial, no entanto, é o das barreiras econômicas, que representam a ausência de lucros às <firmas entrantes> para determinados níveis de preços. As barreiras econômicas à entrada podem ser classificadas em três tipos principais: a) diferenciação de produto; b) vantagem absoluta de custos; e c) economias de escala. A seguir analisaremos cada uma dessas importantes características da estrutura de mercado. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 204)

Quanto às firmas potencialmente “entrantes” na indústria, Bain reconhece também sua diferenciação, o que leva a distingui-las segundo o hiato preço-custo que as induziria a entrar, numa dada sucessão e ritmo. Assim, a condição de entrada também varia em função do tipo de concorrente potencial – seu tamanho, custos, possibilidade de diferenciar produtos etc. – e torna-se necessário escalonar as <“entrantes”> potenciais segundo o nível mínimo da relação preço (do produto equivalente da indústria)/custo mínimo (da concorrente potencial) que as atrairá. Nesta escala, a <“entrante”> potencial “mais favorecida”, em que a mencionada relação é mais alta, define a “condição imediata da entrada”. (Possas, 1990, p. 94)

No par sinonímico *firma entrantel entrante*, tem-se a concorrência entre um termo sintagmático e um simples. O simples, porém, é formado a partir do apagamento do elemento determinado do sintagma (*firma*). É interessante perceber que isso não ocorre por acaso: o destaque semântico, diferentemente dos casos anteriores, é dado ao especificador descritivo *entrante* – cujo sufixo formador torna possível a mudança da classe dos adjetivos para a dos substantivos. É essa a característica conceitual importante no âmbito da teoria econômica em que se insere e nas relações com outros conceitos. Além disso, é interessante mencionar que o termo simples *firma* também é usado na Economia com um significado próprio. Assim, se houvesse uma simplificação do termo sintagmático por meio do apagamento do determinante, poderia haver ambigüidade na interpretação dos conceitos.

d) Conseqüências semânticas da escolha entre o uso de termos sintagmáticos ou o uso de siglas

Em Economia são bastante freqüentes as simplificações de termos sintagmáticos por meio da formação de siglas. Vejam-se alguns exemplos:

Custo médio é o custo por unidade de produto. Existem três tipos de custo médio: o custo fixo médio, o custo variável médio e o custo total médio, ou simplesmente custo médio. O <custo fixo médio> <CFM> é o custo fixo (coluna 1) dividido pelo nível de produção, CF/Q . Por exemplo, o custo fixo médio para um nível de produção de 4 unidades é de \$ 12,5 (\$50/4). Em virtude de o custo fixo ser constante, o custo fixo médio apresenta declínio à medida que o nível de produção aumenta. (Pindyck e Rubinfeld, 1994, p. 264)

A partir do Custo Total de Longo Prazo é possível se obter o <Custo Médio> ou Custo Unitário (<CM_{uL}>) e o <Custo Marginal de Longo Prazo> (<CM_{al}>). O primeiro deles é o resultado do quociente entre o Custo Total de Longo Prazo e a quantidade produzida. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 164)

É necessário se dizer que as siglas cumprem um importante papel e funcionam muito bem nos textos, uma vez que agilizam sua redação e a leitura, além de evitarem a repetição de termos sintagmáticos muito extensos, que poderiam até atrapalhar a compreensão textual. Entretanto, do ponto de vista semântico, especialmente quando se fala de textos especializados, os termos sintagmáticos, compostos pelo termo determinado e por seus determinantes especificadores, são mais transparentes, pois descrevem, de maneira menos ou mais clara, o conceito denominado. Com a formação das siglas, esses elementos descritores do conceito perdem-se, pois nem sempre o leitor ou interlocutor lembra-se dos elementos que atuaram na formação da sigla. Esse fato acentua-se quando as siglas não são formadas a partir do termo sintagmático vernáculo, mas sim a partir do termo sintagmático estrangeiro. Os contextos seguintes ilustram essa situação:

Uma média é um total dividido pelo número de unidades de que o total se compõe; portanto, os <custos fixos médios> (<AFC>) equivalem aos custos fixos totais divididos pelo número de unidades do produto, ou <AFC> = TFC/Q . [...] (Miller, 1981, p. 194)

O <custo marginal de longo prazo> (<LMC>) mede a variação no <custo total de longo prazo> (<LTC>) por variação unitária na produção. O <LTC> para qualquer nível de produção pode ser obtido multiplicando-se a produção pelo LAC para o nível. Marcando os valores de <LMC>, intermediários entre os níveis sucessivos de produção e unindo esses pontos, obtemos a curva <LMC>. (Salvatore, 1977, p. 192)

Pode-se observar, assim, que o obscurecimento da sigla é ainda maior nos casos em que a sigla se forma a partir de um termo estrangeiro, uma vez que não se trata apenas de associar as letras aos elementos descritivos que constituem o termo sintagmático, e sim fazer uma associação direta entre a sigla e o seu respectivo conceito.

e) ***Conseqüências semânticas da escolha entre termos sinônimos formados por determinantes eponímicos ou por determinantes descritivos***

Dentre os termos econômicos, há vários formados com a utilização de um ou mais epônimos. Uma parte desses termos não apresenta sinônimos e uma outra parte os apresenta, porém com a conservação do epônimo (por exemplo, *modelo de Chamberlin/ solução de Chamberlin*). Entretanto, há ainda aqueles termos formados por epônimos que apresentam como sinônimos sintagmas descritivos, sem o epônimo. Observem-se os contextos a seguir:

10.8. O <MODELO DA CURVA DE DEMANDA QUEBRADA>

Como desenvolvimento maior em direção a modelos mais realistas, temos a curva da demanda quebrada ou <modelo de Sweezy>. Este modelo tenta explicar a rigidez do preço, muitas vezes observada em mercados oligopolísticos. Sweezy postula que, se um oligopolista aumentar seu preço, os outros do setor não aumentarão os seus e, desse modo, ele perderia a maior parte dos seus clientes. Por outro lado, um oligopolista não pode aumentar sua participação no mercado baixando seu preço, porque os outros oligopolistas do setor o igualarão na baixa de preço. Assim, há uma forte compulsão para o oligopolista não alterar o preço prevalecente, mas sim competir a respeito da qualidade, projeto do produto, propaganda e serviços. (Salvatore, 1977, p. 295)

A Teoria Econômica procura explicar o fenômeno da rigidez de preços por mais de uma forma. Todavia, o modelo mais conhecido para a explicação dos preços rígidos é o denominado <Modelo da Curva de Procura Quebrada>, cujo respectivo mecanismo de explicação do comportamento dos preços será detalhado adiante; concluda a análise, mostrar-se-ão os pontos em que o referido modelo pode ser criticável. Esse modelo também é conhecido por <Modelo de Concorrência sem Base no Preço> (Non Price Competition). (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 339)

Por meio desses contextos, pode-se constatar que, paralelamente ao uso do termo sintagmático eponímico *modelo de Sweezy*, são utilizados também outros termos sinônimos totalmente descritivos: *modelo da curva de demanda quebrada*, *modelo da curva de procura quebrada* e *modelo de concorrência sem base no preço*.

Partindo-se do ponto de vista da economia lingüística, há um ganho quando se utiliza o termo formado com o epônimo, uma vez que se tem aí uma estrutura simples: s + SP. Para os especialistas, que conhecem o conceito, esta pode ser uma denominação eficiente.

Do ponto de vista semântico, entretanto, há grande diferença em relação ao uso de um determinante eponímico e de determinantes descritivos, e essa diferença é bastante importante para aqueles que estudam a ciência – e, portanto, ainda estão no processo de conhecimento dos conceitos – e, sobretudo, para os leigos que se interessam pela área.

Como se sabe, um nome próprio é repleto de significação quando remete a um indivíduo ou um lugar que se conheça, como se pode comprovar nos estudos de Lyons⁷¹. Portanto, para aqueles que conhecem *Sweezy* e o trabalho que ele desenvolveu em favor da Ciência Econômica, o termo eponímico é repleto de significação. Entretanto, para aqueles que não o conhecem há um esvaziamento semântico do nome e o termo eponímico torna-se obscuro e pouco elucidativo.

Os termos constituídos por sintagmas descritivos, porém, ainda que não colaborem para o pleno entendimento do conceito, trazem mais informações sobre ele. Assim, quando se tem *modelo da curva de demanda quebrada* ou *modelo da curva da procura quebrada*, sobretudo para os estudantes da ciência, estabelece-se uma relação semântica entre o modelo, o instrumento matemático que o expressa (a *curva quebrada*) e o conceito representado por esse instrumento (a *demanda* ou *procura*). Com relação ao termo *modelo de concorrência sem base no preço*, este, em comparação ao termo *modelo de Sweezy*, parece também mais transparente, uma vez que descreve o fenômeno em que se baseia o *modelo* denominado. Para os leigos em Economia e Matemática, talvez este seja o termo mais transparente.

É importante reafirmar aqui que não se pretende estabelecer qual dos sinônimos é o melhor ou o mais indicado, mesmo porque acima foi mostrado que cada um deles pode ser bastante adequado, dependendo da situação e do interlocutor envolvido. O interesse aqui é mostrar que há implicações semânticas na escolha realizada entre os sinônimos existentes para o conceito.

f) ***Conseqüências semânticas da escolha entre termos formados por elementos descritivos metafóricos ou denotativos***

⁷¹ *Op. cit.*

Observando-se os termos sinônimos estudados neste trabalho, verifica-se que em alguns casos a diferença semântica existente está exatamente no fato de um dos termos ser constituído por um elemento descritivo metafórico, enquanto o outro é descrito por um elemento denotativo.

Dentre os termos estudados, o fato foi apenas observado em termos sintagmáticos, e a função do elemento metafórico na constituição do sintagma pode variar. Nos contextos a seguir, por exemplo, pode-se verificar que o termo metafórico ocupa a função de determinado no sintagma:

Considerando a hipótese simplificada da firma produzir apenas dois produtos, a Teoria Econômica, para procurar explicar as alternativas de escolha que a firma tem, se vale de uma gráfica de grande auxílio para a compreensão do problema, que é comumente denominada <Curvas de Possibilidades de Produção> ou, como muitos estudiosos a denominam, Curvas de Transformação.

Podemos definir a Curva de Possibilidade de Produção como sendo uma linha onde todos os pontos revelam as diferentes quantidades dos dois produtos que podem ser combinadamente produzidos em um dado período de tempo, a partir de uma determinada quantidade de fatores que a firma possui. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 169-70)

Definição – *A <fronteira de possibilidades de produção> ou curva de transformação constitui um locus que nos mostra a produção máxima atingível de um bem para quaisquer volumes de produção possíveis do outro bem, dada a base fixa de recursos. A curva assim construída depende da dotação absoluta de cada recurso, da relação entre as dotações agregadas de insumos e do “estado das artes” (as funções de produção para ambos os bens). (Ferguson, 1994, p. 525)*

É interessante primeiramente comentar, em relação a esses exemplos, que, a princípio, os dois termos poderiam ser considerados metafóricos. Entretanto, como o termo *curva* é utilizado pela Matemática há muito tempo e a Economia vale-se desse termo no sentido matemático, este já foi considerado neste estudo como um elemento determinado denotativo. A metáfora está sendo analisada aqui no termo *fronteira*, este sim inesperado em termos matemáticos. O termo *fronteira*, denotativamente, designa um espaço geográfico que marca o limite entre duas regiões previamente delimitadas. Embora o uso do termo *fronteira* não possibilite uma associação automática com o fato de que se trata de um instrumento matemático, a aproximação semântica que se faz entre os conceitos geográfico e econômico é interessante e facilmente decodificada quando se observa a definição: a *fronteira de possibilidades de produção* é uma curva que demonstra o limite entre as quantidades de dois bens produzidos concomitantemente por uma única empresa, quando

esta se utiliza de determinada quantidade de fatores de produção. Assim, o uso do termo *fronteira* colabora, de certa forma, para a compreensão do conceito, uma vez que possibilita recuperar duas informações a respeito dele: há um *limite* expresso e há *duas* informações marcadas por esse limite.

Nesse exemplo, o elemento metafórico ocupa a função de determinado na constituição do termo, mas há também elementos metafóricos que ocupam, no sintagma que constituem, a função de determinantes. Observem-se os contextos seguintes:

[...] *impostos gerais ad valorem sobre vendas de mercadorias e serviços, cobrados em todos os estágios do processo de produção/comercialização e com base no valor das vendas em cada etapa do ciclo (o chamado <imposto em cascata>, ou <imposto geral sobre transações>).* (Rezende da Silva, 1978, p. 228)

Um exemplo disso foi a hipótese da <curva de demanda “quebrada”> (ou <em ângulo>) para esclarecer a questão da rigidez de preços em oligopólio⁴⁴. Supõe-se que a curva de demanda com que se defronta o oligopolista apresenta uma elasticidade descontínua (e portanto uma “quebra”) ao nível de preço vigente; a elasticidade é baixa para uma redução do preço, porque a firma acredita que outras a acompanharão; e alta para uma elevação do preço, pela razão inversa. (Possas, 1990, p. 26)

Têm-se nos contextos acima dois pares de termos sinônimos *imposto em cascata/ imposto geral sobre transações* e *curva de demanda quebrada/ curva de demanda em ângulo*.

No primeiro par, *em cascata*, o elemento metafórico, substitui os determinantes denotativos *geral* e *sobre transações*. O primeiro dado que se observa é que o termo formado com uso da metáfora é mais econômico lingüisticamente: um determinante exerce a função de dois, uma vez que, para expressar o fato de que o imposto aplica-se de forma *geral sobre* todas as *transações*, utiliza-se apenas a metáfora da *cascata*. Esta também é uma metáfora cuja relação semântica estabelecida com o termo denotativo é facilmente resgatada: da mesma forma que na *cascata* as águas recaem repetidamente umas sobre as outras, o imposto mencionado recai repetidamente sobre o mesmo produto ou serviço nas várias etapas de transação. A utilização do determinante *em cascata* torna mais evidente, em comparação aos determinantes *geral sobre transações*, a noção de *reincidência*.

No segundo par, *curva de demanda quebrada/ curva de demanda em ângulo*, a metáfora é usada para descrever o aspecto gráfico da *curva*: uma curva ascendente que, de forma abrupta, torna-se descendente, como se houvesse ocorrido uma *quebra*. O

determinante *em ângulo*, denotativo, também descreve bem o formato da curva; no entanto, sem o conhecimento prévio do conceito, poder-se-ia não identificar que o ângulo está exatamente no formato da curva, e não em relação à abscissa ou à ordenada que compõem o gráfico.

g) ***Conseqüências da sinonímia expressa entre termos que apresentam uma relação de hiperonímia/ hiponímia***

As relações sinonímicas entre termos podem-se estabelecer também entre termos cujos conceitos estão muito próximos hierarquicamente em um mapa conceitual. Verifique-se primeiramente a relação sinonímica esporádica que se estabelece entre *concorrência monopolística* e *concorrência imperfeita*:

CHAMBERLIN baseou sua teoria da <“concorrência monopolística”> num fato sólido empírico: há muito poucos monopolistas, porque há poucos bens para os quais não existem substitutos próximos; semelhantemente há muito poucos bens inteiramente homogêneos entre os produtores. Em lugar disso, há uma série de bens, alguns dos quais possuem poucos bens substitutos e alguns outros, muitos substitutos, porém não perfeitos. (Ferguson, 1994, pp. 351-2)

O efeito combinado das economias de escala, da <concorrência imperfeita> e do oligopólio são percebidos na relação entre o custo total e as vendas (excluindo-se aqui do custo os juros pagos sobre o capital emprestado). Com um aumento no tamanho, as economias de escala tendem a reduzir os custos e relação às vendas, e o poder de oligopólio tende a aumentar os preços e, portanto, o valor das vendas, em relação aos custos. Por sua vez, a imperfeição do mercado tende a reduzir os preços, e a aumentar os custos das empresas maiores em relação aos das menores. (Steindl, 1990, p. 45)

Como afirmado anteriormente, nos contextos acima *concorrência monopolística* e *concorrência imperfeita* aparecem como termos sinônimos. Entretanto, isso não é válido para todos os contextos, pois numa hierarquia conceitual o termo *concorrência imperfeita* está em um nível acima do termo *concorrência monopolística*, pois esta é um tipo de estrutura de mercado que descreve uma situação de *concorrência imperfeita*. Como co-hipônimos de *concorrência monopolística*, têm-se os conceitos de *concorrência monopsonística*, *monopólio*, *monopsônio*, *oligopólio* e *oligopsônio*. O que acontece conceitualmente é que a estrutura de mercado mais comum e real dentre as citadas é exatamente a de *concorrência monopolística*, e isso favorece o emprego do termo mais

genérico para denominá-la e opô-la ao termo *concorrência perfeita*, conceito idealizado de estrutura de mercado, mas praticamente irreal..

Note-se que, nos exemplos acima, mostra-se um caso típico de quase-sinônimia, uma vez que os conceitos são próximos, mas não idênticos. Há casos, porém, em que elementos que constituem sintagmas sinônimos não o são quando usados isoladamente. Observem-se os seguintes exemplos:

<IMPOSTO SELETIVO> (Excise Tax). A adoção de um imposto seletivo indireto seletivo pode ser justificada sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, um <imposto seletivo> pode ser justificado como sendo um tipo de tributação indireta de acordo com o benefício. (Longo , 1984, p. 243)

<TRIBUTO SELETIVO>. A situação seria alterada se o governo estabelecesse um <tributo seletivo> que afetasse apenas parte dos bens no mercado. Supõe-se que o governo resolva tributar apenas o bem X. Neste caso, os preços relativos P_x/P_y seriam alterados e a taxa marginal de transformação de X por Y na produção diferiria da taxa marginal de substituição de X por Y no consumo. Com esta desigualdade, o resultado será a alocação ineficiente dos recursos. (Riani, 1990, p. 126)

Embora nosso interesse atual seja pelos efeitos de um <imposto geral> que incide igualmente sobre todos os ganhos de capital [...] (Musgrave, v.2, 1974, p. 397)

<TRIBUTO GERAL>. A característica dessa sistemática de tributação é que ela afeta indiscriminadamente os produtos em questão sem alterar seus preços relativos. (Riani, 1990, p. 125)

Nos casos acima citados, *imposto seletivo* e *tributo seletivo*, assim como *imposto geral* e *tributo geral*, são termos sinônimos, ou seja, o mesmo conceito pode ser atribuído a ambos. No entanto, os termos simples *imposto* e *tributo* não são sinônimos, pois apresentam uma relação de hiponímia/ hiperonímia, ou seja, um *imposto* é um tipo de *tributo*. Assim, esse fato pode intervir na compreensão do conceito, uma vez que um aprendiz da área ou um leigo podem entender que, ao se utilizar *imposto seletivo* ou *imposto geral*, se esteja fazendo algum tipo de restrição conceitual.

h) Conseqüências semânticas da escolha entre termos cujos determinantes são antônimos

Apesar de não ser freqüente, uma relação semântica interessante apareceu nos termos sinônimos estudados no âmbito desta pesquisa; por isso, embora se tenha um único

caso dessa relação, resolveu-se abordá-la aqui. É o caso de termos sinonímicos formados com determinantes antonímicos. Observem-se os contextos a seguir:

A <curva de contrato> constitui um locus ótimo no sentido de que, se as partes negociadoras estão localizadas num ponto fora da curva, uma ou ambas as partes podem se beneficiar, não sofrendo nenhuma perda, por meio da troca de bens, de maneira a se mover para um ponto sobre a curva. Sem dúvida, alguns pontos fora da curva são preferíveis a alguns outros sobre a mesma. Porém, para qualquer ponto fora da curva, existem um ou mais pontos sobre a curva que são preferíveis aos primeiros. (Ferguson, 1994, p. 519)

A curva de contrato também é denominada <curva de conflito>, pois os movimentos ao longo dela levam a perdas na utilidade por uma das partes e a ganhos na utilidade pela outra. Em outras palavras, uma vez que dois indivíduos tenham negociado até o ponto em que estão sobre o contrato, ou conflito, na curva CC, além deste ponto qualquer melhora no bem-estar de um indivíduo leva a uma redução no do outro; um movimento para uma curva de indiferença mais alta de um indivíduo necessariamente significa um movimento para uma curva de indiferença mais baixa de outro. (Miller, 1981, pp. 82-3)

Os contextos apresentados mostram a relação sinonímica que se estabelece entre os termos *curva de contrato* e *curva de conflito*. Considerando-se isoladamente os elementos determinantes *contrato* e *conflito*, poder-se-ia dizer que constituem conceitos em oposição: se se tem uma situação de *contrato* não se tem o *conflito* e, ao contrário, se se está numa situação de *conflito* é porque não se realizou um *contrato*. Entretanto, a oposição aqui estabelecida entre os termos desaparece quando esses constituem os sintagmas acima mencionados, pois ambos denominam o mesmo conceito.

Apesar disso, não se pode negar que a escolha entre um termo sintagmático ou outro implica a ênfase em uma das características da *curva*, uma vez que esta expressa pontos em que ambos os indivíduos têm suas necessidades satisfeitas referentemente ao bem em questão, portanto há entre eles um acordo, um *contrato*, mas também há aqueles pontos em que um está numa situação melhor que o outro, cujas necessidades não estão plenamente satisfeitas, o que ocasiona um *conflito* entre eles. Desse modo, no momento da denominação do conceito, pode-se escolher dar ênfase à situação de *contrato* ou à de *conflito*.

i) ***Conseqüências semânticas do uso de determinados e determinantes denotativos diferentes***

Para finalizar esta parte da análise, em que foram enfocadas as implicações semânticas da escolha entre denominações sinônimas, discutir-se-á as diferenças semânticas existentes entre termos sintagmáticos constituídos por elementos determinados ou determinantes denotativos diferentes. Observem-se, primeiramente, termos sinonímicos que apresentam diferentes determinados denotativos:

Implícito no <modelo de Chamberlin> está um sistema de preços estáveis cobrados por todas as firmas sem que haja um acordo secreto explícito. Não há evidência de qualquer acordo verbal ou escrito. Isto é uma forma de comportamento secreto que leva aos mesmos resultados originados num sistema de cartel perfeitamente operado. O problema de um modelo como este é que ele implica difusão conjunta de lucros, com custos operacionais zero. (Miller, 1981, p. 176)

A <solução de Chamberlin> tem muitos méritos. O mais importante: seus empresários se comportam de maneira sofisticada, de acordo com a compreensão da realidade e agem dessa forma. Isso, em separado, é um grande aperfeiçoamento; porém em adição, ele obtém uma solução estável, que não está muito longe da realidade, em situações de oligopólio homogêneo. (Ferguson, 1994, p. 144)

Os contextos acima apresentam os termos *modelo de Chamberlin* e *solução de Chamberlin*, que entre si estabelecem uma relação sinonímica. Note-se, porém, que, se se analisar semanticamente os elementos determinados que compõem esses sintagmas, poderão ser encontradas diferenças, apesar de os dois serem descritivos e denotativos. Em *modelo*, ressalta-se o fato de que o conceito constitui uma forma de representar a realidade. Em *solução*, por outro lado, a ênfase é colocada sobre o fato de que o conceito consiste na resolução de um problema: explicar o que leva os oligopolistas a se comportarem de determinado modo. Assim, pode-se constatar que, ao se escolher um dos termos, há uma ênfase em determinada característica do conceito.

Há também, dentre os termos sinônimos analisados por esta pesquisa, termos cuja diferença está nos elementos determinantes. Observa-se essa diferença em determinantes que se realizam por meio de um sintagma preposicionado ou por meio de um adjetivo. Os

contextos a seguir referem-se, primeiramente, a determinantes constituídos por sintagmas preposicionados:

A <maximização da utilidade> requer que o consumidor obtenha a curva de indiferença mais alta possível. Isto ocorre apenas quando a taxa à qual o consumidor deseja substituir concertos por filmes é igual à taxa pela qual o consumidor pode substituir concertos por filmes (e onde $M = x \cdot P_x + y \cdot P_y$). (Miller, 1981, p. 28)

2.1.a A <Maximização da Satisfação>

A principal hipótese sobre a qual a teoria do comportamento do consumidor e da demanda está construída é: o consumidor procura alocar sua renda monetária limitada entre bens e serviços disponíveis de tal forma a maximizar sua satisfação. Em resumo, o consumidor organiza suas compras de modo a maximizar a satisfação sujeita a sua renda monetária limitada. Dada esta suposição e as propriedades das curvas de indiferença (desenvolvidas no Capítulo 1), as curvas de demanda individuais podem ser facilmente determinadas. (Ferguson, 1994, p. 39)

Nesses contextos, apresentam-se os termos sinônimos *maximização da utilidade* e *maximização da satisfação*, cuja diferença está nos determinantes *utilidade* e *satisfação*, ambos introduzidos pela preposição *de* e o artigo *a*. Observe-se que o enfoque, mais uma vez, traz uma diferença semântica entre os termos: quando se utiliza o termo *utilidade* se enfatiza uma qualidade do *bem* ou *produto*; quando se utiliza o termo *satisfação*, por outro lado, se enfatiza o *consumidor*. A *utilidade* é uma característica do *bem* ou do *produto*; a *satisfação* é uma característica do *consumidor*. Assim, mais uma vez, verifica-se que há implicações semânticas na escolha de um ou de outro termo.

Como se afirmou anteriormente, há também termos sinônimos cuja diferença está nos determinantes adjetivais. Discutir-se-á apenas alguns exemplos interessantes dessas ocorrências. Observem-se, por exemplo, os termos sinônimos *oligopólio diferenciado-concentrado* e *oligopólio misto*:

O <oligopólio diferenciado-concentrado> ou <misto>, caracterizado originalmente por Sylos-Labini, tem como característica proeminente, como o nome indica, a de combinar elementos dos dois tipos de oligopólio examinados acima. Essa fusão resulta de diferenciação de produtos como forma de competição por excelência, ao lado dos requisitos de escala mínima eficiente associados, em maior ou menor grau, à produção dos bens duráveis de consumo que configuram este tipo de mercado. Como resultado, os índices de concentração destes mercados são em geral mais elevados que no oligopólio diferenciado, podendo atingir a mesma ordem de grandeza dos de oligopólio concentrado, embora os coeficientes de capital sejam em média inferiores aos deste último. (Possas, 1990, p. 177)

Há aqui, na constituição dos termos, um determinante adjetival composto e um determinante adjetival simples. Entretanto, não é a descrição formal a que se quer abordar aqui, mas sim a questão semântica envolvida nas formações. Sendo assim, note-se que no primeiro termo, *oligopólio diferenciado-concentrado*, há uma descrição do tipo de *oligopólio* de acordo com suas características: nesse tipo de oligopólio, apesar de haver uma diferenciação nos *produtos* produzidos pelas diferentes firmas que o constituem, essas firmas são em número pequeno – por isso ele é concentrado –, pois para se manter no mercado elas precisam apresentar uma capacidade mínima de produção. A diferenciação de produtos é característica do *oligopólio diferenciado* e a capacidade mínima de produção para se manter no mercado é característica do *oligopólio concentrado*, outras duas modalidades de oligopólio. Devido a esse fato que o termo *oligopólio diferenciado-concentrado* tem como sinônimo o termo *oligopólio misto*, este menos transparente do ponto de vista semântico, uma vez que as informações a respeito das características do *oligopólio* estão implícitas e só podem ser recuperadas por aqueles que previamente conhecem o conceito.

Além desses termos, há ainda outros em que se estabelece uma diferença em relação aos determinantes adjetivais. Outro exemplo são os termos sinônimos *bem substituto* e *bem concorrente*:

De acordo com a classificação da elasticidade-cruzada, os bens X e Y são <substitutos> ou complementares se a elasticidade-cruzada dos preços é positiva ou negativa. Como exemplos triviais, considere o seguinte: um acréscimo no preço da carne de porco, com o preço da carne de boi permanecendo constante tenderá a aumentar a quantidade demandada de carne de boi; η_{xu} é positiva e as carnes de boi e de porco são ditos <bens substitutos>. (Ferguson, 1994, p. 78)

Como sugerem os exemplos, <bens concorrentes> são aqueles que guardam uma relação de substituição. Ou se consome um ou outro. O consumo de um pode substituir o consumo do outro. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 112)

No primeiro termo, *bem substituto*, destaca-se o fato de um *bem* poder ser consumido no lugar de outro. No segundo termo, *bem concorrente*, entretanto, enfatiza-se a concorrência que se estabelece entre dois *bens* que são *substitutos*. Assim, o primeiro termo, a princípio, não deixa transparecer a relação de concorrência que se estabelece entre *bens* que se substituem mutuamente. Ao contrário, o segundo termo deixa explícita uma característica que no primeiro está implícita.

Concluindo a apresentação de exemplos em relação aos diferentes determinantes adjetivais denotativos, é interessante mencionar o caso dos termos sintagmáticos que trazem como determinante o adjetivo *público*. Esse adjetivo tem como sinônimos, em alguns termos sintagmáticos, os adjetivos *estatal* e de *governamental*. Observem-se os seguintes contextos:

Consideremos, por exemplo, o caso da proteção militar. Provisão para proteção quer dizer que terão de ser desviados recursos para a construção de armas ou belonaves. Isto não quer dizer, necessariamente, que essas armas e navios deveriam ser construídos por uma <empresa pública> - ou, necessariamente, por empresas privadas. [...] * N.T. – O que o autor quer dizer é <“empresa estatal”>, já que a tendência moderna é chamar de <empresa pública> aquela cujas ações estão no mercado aberto. (MUSGRAVE, V.1, 1974, p. 37 e nota de rodapé)*

Os <gastos públicos> podem, em última instância, ser explicados como uma escolha política das atividades executadas pelo governo. Eles representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos através do governo. A interpretação mais usual dos <gastos públicos> considera o custo da provisão dos bens e serviços pelo setor público que aparece nas contas orçamentárias do governo. (Riani, 1990, p. 66)

<Gastos governamentais>. Esta análise tentará mostrar como que alterações nos níveis dos gastos públicos afetam o nível geral da renda. (Riani, 1990, p. 151)

Iniciando as reflexões com o conceito de *empresa pública* e *empresa estatal*, observa-se que, apesar de os termos poderem ser usados como sinônimos, há uma tendência a diferenciá-los, como o próprio contexto já demonstra. Esse fato já é um indicativo das questões semânticas de que se pretende tratar aqui. A princípio, o adjetivo *público* pode ser aplicado àquilo que é do *povo* ou que se refere a ele. O adjetivo *estatal*, entretanto, aplica-se àquilo que é do Estado ou que se refere a ele. Se se pensa conceitualmente em uma *empresa do povo*, este teria acesso a ela, como tem aos *bens públicos* (telefones públicos, hospitais públicos, escolas públicas, ...). Ao contrário, quando ao conceito se atribui o adjetivo *estatal*, apesar de se conservar a característica de que a *empresa* não pertence a alguém individualmente, associa-se a essa característica o fato de que, pertencendo a um Estado e este tendo um representante político, há uma *entidade* superior que tem a responsabilidade de administrá-la ou de delegar a alguém sua administração.

Com relação aos termos *gasto público* e *gasto governamental*, também pode-se fazer algumas distinções. No momento em que se associa ao termo *gasto* o adjetivo *público*, semanticamente entende-se que há um *gasto do povo* ou talvez *com o povo*. Ao se

usar o adjetivo *governamental*, entretanto, têm-se os *gastos do governo* ou *com o governo*. Assim, há uma distinção e uma implicação semântica na escolha desses termos, uma vez que nem todo *gasto do governo* é um *gasto do povo* ou *com o povo*.

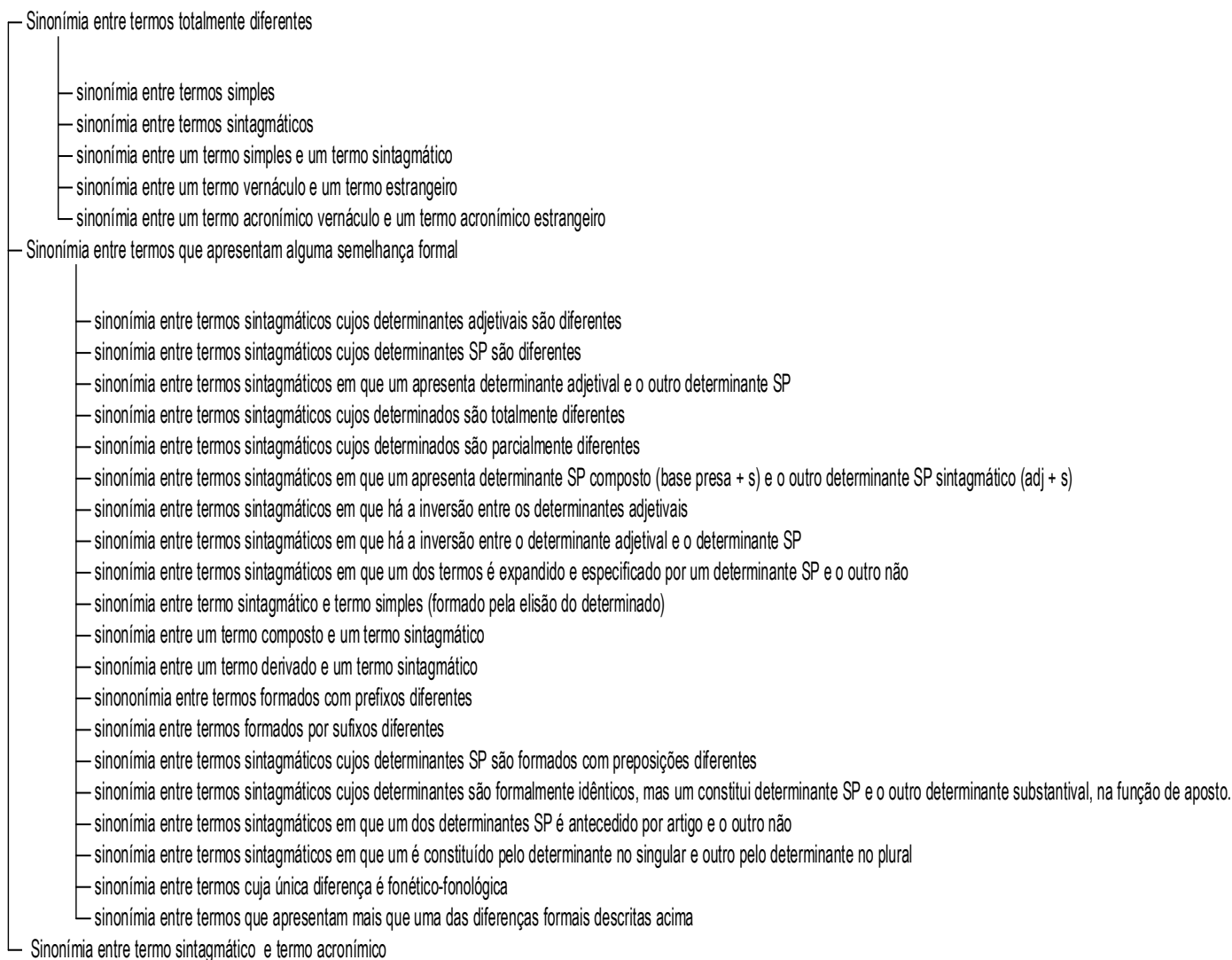
3. Uma proposta de tipologia para os termos sinônimos em Economia

De acordo com o que se verificou no decorrer deste capítulo, poder-se-ia resumir os aspectos tratados por meio de uma representação gráfica que demonstrasse quais os tipos de sinônimos observados em Economia e quais suas características, tomando como base os dois aspectos refletidos até aqui: o aspecto formal e o aspecto semântico.

Faz-se necessário destacar que estes são pontos de vista diferentes para a apreciação do mesmo fenômeno e isso deve ser enfatizado uma vez que foram citadas algumas propostas de tipologia, na fundamentação teórica deste trabalho, em que há uma mistura de critérios em sua apresentação. Julgou-se nesta pesquisa, por meio da reflexão a respeito das tipologias, que essa mescla de critérios não seria a maneira mais eficaz de se trazer uma apreciação da sinonímia nos textos especializados, já que no âmbito de uma mesma tipologia os mesmos termos poderiam ser alocados sob diferentes classificações. Assim, optou-se aqui por apresentar-se duas tipologias, uma constituída exclusivamente sob o ponto de vista formal e outra constituída exclusivamente sob o ponto de vista semântico.

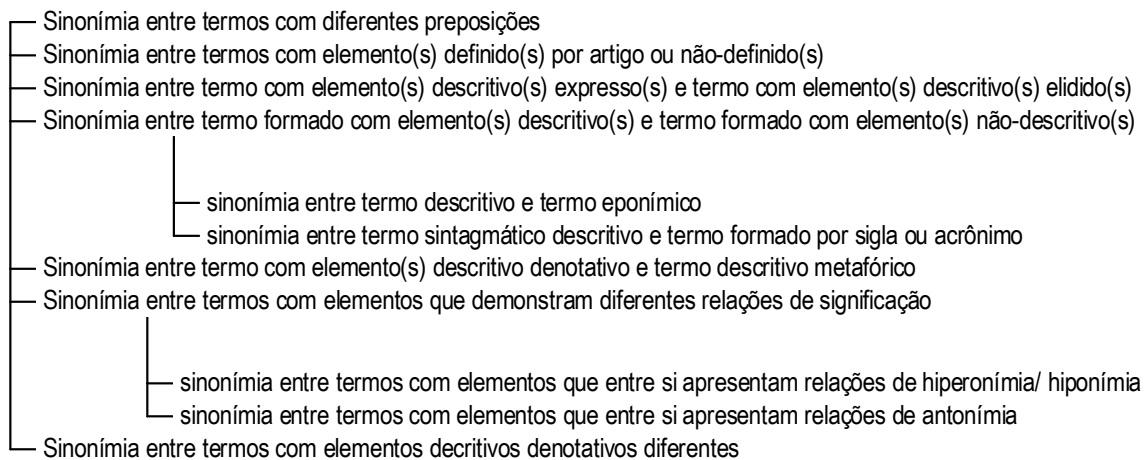
Sob o ponto de vista formal, chegou-se, então, à seguinte tipologia:

Tipologia da Sinonímia segundo Aspectos Formais



Apesar de não se ter mencionado, no subcapítulo em que foram discutidos aspectos semânticos dos termos sinônimos, há uma possibilidade de tipologização por meio das diferenças e implicações semânticas existentes nas escolhas entre um termo e outro. Sendo assim, de acordo com o que foi discutido no subcapítulo referido, tem-se a seguinte tipologia:

Tipologia da Sinonímia segundo Aspectos Semânticos



Com essas tipologias, pode-se, de certa forma, resumir de que formas os termos sinônimos são encontrados na área de Economia. No próximo capítulo, utilizar-se-ão as descrições aqui realizadas, além das reflexões teóricas apresentadas anteriormente, para se aprofundar um pouco mais as discussões a respeito do papel da sinonímia nos discursos especializados.

Capítulo V:
A Sinonímia nos Discursos Especializados

V. A SINONÍMIA NOS DISCURSOS ESPECIALIZADOS

1. Sinonímia absoluta ou quase-sinonímia

De acordo com o que foi visto no segundo capítulo, quando se discutiu a possibilidade de existência da sinonímia absoluta, observou-se que alguns estudiosos da semântica defendem justamente a tese de que é nas terminologias que se pode observar com mais facilidade a sinonímia absoluta, uma vez que na língua comum ela é raríssima.

Entretanto, diante do que foi observado no capítulo anterior a respeito das conseqüências e implicações semânticas da escolha entre um dos sinônimos, mesmo entre aqueles cuja diferença formal é mínima (diferentes preposições, por exemplo), pode-se afirmar que a opção por um dos sinônimos traz consigo a ênfase, o destaque ou a seleção de alguma das características do conceito. Cabe neste momento citar as palavras de Bréal quando faz uma reflexão a respeito do processo de denominação:

De tudo o que precede podemos tirar uma conclusão: não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso ou quando está ferido ou morto.

Os substantivos são signos ligados às coisas: eles encerram exatamente a parte da verdade que um nome pode encerrar, parte necessariamente tão menor quanto mais tem de realidade o objeto. [...] A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a se tornar um signo.⁷²

Mais adiante o autor continua:

Para que esse nome se faça aceitar, é preciso, sem dúvida, que na origem haja alguma coisa de surpreendente e de justo; é preciso que, de algum modo, satisfaça o espírito daqueles a quem é então proposto.⁷³

⁷² Bréal, M. *Ensaio de Semântica*. Trad. de A. Ferras et al. São Paulo: EdUC, 1992, p. 123.

⁷³ Idem.

Apesar de não estar fazendo menção ao fenômeno da sinonímia, as palavras de Bréal parecem justificar a existência da sinonímia e lembrar o fato de que, ao se escolher uma denominação, sobretudo nas terminologias, tenta-se aproximá-la ao máximo do conceito que ela designa, para que seja transparente para o interlocutor. Entretanto, como lembra Bréal, a denominação nunca é completa e exata, e, por esse motivo outras podem surgir tentando dar conta de expressar mais adequadamente o conceito ou mesmo enfatizar outra característica importante dele.

Esse fato traz conseqüências importantes para as terminologias e, nesse sentido, há terminólogos que perceberam o fato e enfatizam que, em áreas do conhecimento em que o desenvolvimento de novas tecnologias é bastante freqüente, se costuma encontrar uma grande ocorrência da sinonímia. Observe-se o que relatam Arntz e Picht:

[...] No geral, há um grande número de sinônimos nos vocabulários daquelas áreas em que se produzem importantes progressos. Dado que no princípio se carece de coordenação, em lugares distintos criam-se diferentes termos para designar objetos e fenômenos novos; esses termos podem competir durante bastante tempo até que finalmente – ao menos no caso ideal – se chega a uma unificação em seu uso. Por isso é necessário esclarecer em cada um dos casos se as diferentes denominações realmente representam o mesmo conceito ou se, ao contrário, se trata de diferentes conteúdos conceituais, e a priori tudo induz a pensar que seja assim. Isso nem sempre é fácil de comprovar, posto que, precisamente naqueles casos em que se carece de uma terminologia estável, apenas existem definições fiáveis de cada termo. Por outro lado, as áreas que manifestam uma grande dinâmica, tanto do ponto de vista da área especializada como da linguagem especializada, como é por exemplo da tecnologia das comunicações, a maioria das vezes são de especial interesse para o terminólogo e para o tradutor, porque precisamente aqui tem lugar um intenso intercâmbio de idéias, tanto em nível nacional como internacional.⁷⁴

Tendo tudo isso em vista, parece mais apropriado afirmar, como Baldinger, que a sinonímia absoluta pode existir, mas somente no plano onomasiológico, ou seja, no plano

⁷⁴ *Op. cit.*, p. 160. Tradução proposta para: [...]Por lo general, hay un gran número de sinónimos en los vocabularios de aquellas áreas de especialización en las que se producen importantes progresos. Dado que al principio se carece de coordinación, en distintos lugares se crean diferentes términos para designar objetos y fenómenos nuevos; estos términos suelen competir durante bastante tiempo hasta que finalmente - al menos en el caso ideal - se llega a una unificación en su uso. Por eso es necesario aclarar en cada uno de los casos si las diferentes denominaciones realmente representan al mismo concepto o si, por lo contrario, se trata de diferentes contenidos conceptuales, y a priori todo induce a pensar que sea así. Esto no siempre resulta fácil de comprobar puesto que, precisamente en aquellos casos en los que se carece de una terminología estable, apenas existen definiciones fiables de cada término. Por otra parte, las áreas en las que se pone de manifiesto una gran dinámica, tanto desde el punto de vista del área especializada como del lenguaje especializado, como es por ejemplo el caso de la tecnología de las comunicaciones, la mayoría de las veces son de especial interés para el terminólogo y para el traductor, porque precisamente aquí tiene lugar un intenso intercambio de ideas, tanto a nivel nacional como internacional.

conceitual. Nesse plano, encontram-se conceitos que recebem várias denominações e cada uma delas efetivamente denomina determinado conceito e aí se encontraria a sinonímia absoluta, observada na maioria dos termos sinônimos analisados neste trabalho; há também, entretanto, dentre os termos analisados casos de quase-sinonímia já no plano onomasiológico. Esse fato pode ser observado, por exemplo, entre os termos *concorrência monopolística* e *concorrência imperfeita*, já citados neste trabalho. Apesar de, em alguns contextos os termos serem usados como sinônimos, há entre eles uma diferença conceitual e, na árvore conceitual, ocupam lugares distintos, pois *concorrência imperfeita* é um hiperônimo de *concorrência monopolística*, que apresenta uma série de co-hipônimos subordinados ao seu hiperônimo: *monopólio*, *oligopólio*, *monopsônio* etc.

Em relação ao plano semasiológico, analisando-se os dados, chega-se à mesma conclusão que Baldinger, ou seja, não há nesse plano sinonímia absoluta, pois, quando se procede a uma atualização do termo no discurso, faz-se uma opção consciente por uma das formas e, geralmente, há motivos para essa escolha. Kocourek, refletindo a respeito da sinonímia e observando sua própria prática, descreve bem essa situação:

*Mesmo os termos sinônimos, tendo a mesma definição mas diferenciados por uma motivação distinta, podem ser considerados como não intercambiáveis: nós, por exemplo, não trocaríamos o termo língua de especialidade por seu sinônimo tecnoleto (Mario Wandruszka '72:103), nem por praxoleto (Ladmiral '79:61), que em nossa visão não possuem as conotações desejadas [...]*⁷⁵

Verificando-se também o pensamento de terminólogos contemporâneos, encontra-se uma concordância com esse posicionamento. Assim, encontra-se, por exemplo, em Cabré (1999), o seguinte princípio para uma Teoria Comunicativa da Terminologia:

d) *Os termos são unidades de forma e conteúdo nas quais o conteúdo é simultâneo à forma. Um conteúdo pode ser expresso com maior ou menor rigor por outras denominações do sistema lingüístico – e constitui uma nova unidade lingüística de conteúdo especializado – ou de outros sistemas simbólicos – e forma uma unidade não*

⁷⁵ *Op. cit.*, pp. 191-2. Tradução proposta para: *Même les termes synonymes, ayant la même définition mais distingués par une motivation différente, peuvent être considérés comme non interchangeables: nous, par exemple, ne remplacerions pas le terme langue de spécialité par son synonyme technolecte (Mario Wandruszka '72:103), ni par praxolecte (Ladmiral '79:61), qui à notre avis ne possèdent par les connotations désirées. [...]*

lingüística de conteúdo especializado. *O conteúdo de um termo nunca é absoluto, mas relativo, segundo cada âmbito e situação de uso.*⁷⁶

Por meio das afirmações aqui relatadas, percebe-se que, muito embora possa haver para um conceito uma série de denominações, e estas possam ocupar o mesmo lugar em determinado contexto, uma vez que neste trabalho se analisou obras com um mesmo nível de especialização, num mesmo momento histórico e que não expressam diferenças regionais, há sempre uma escolha feita pelo autor do texto, o que impediria o uso de qualquer outro sinônimo. Isso fica evidente, nos textos, quando o autor enumera uma série de possibilidades de denominação, porém opta no seu texto por uma delas, como se pode notar no contexto a seguir:

Que significa <Isoquanta>? Isoquanta significa “igual quantidade” e pode ser definida como sendo uma linha na qual todos os pontos representam combinações dos fatores que indicam a mesma quantidade produzida. Vê-se assim pela definição que <Isoquanta> é, na verdade, uma curva ou linha de indiferença de produção. Por essa razão a <Isoquanta> é também denominada <Linha de Igual Produção>, <Linha de Isoproduto> ou ainda, como já foi mencionado, <Curva de Indiferença de Produção>. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 151)

Por meio desse contexto, observa-se claramente que há uma opção do autor que, tendo conhecimento dos sinônimos para o conceito e citando-os, não faz uso indistintamente de todos eles, mas faz uma escolha que é usada para o oferecimento da definição e para as futuras reflexões sobre o conceito. Assim, reforça-se a tese de que no plano semasiológico a sinonímia é apenas parcial.

É importante também lembrar neste momento de que, durante muito tempo, se considerou que o trabalho terminológico era apenas onomasiológico, ou seja, que os conceitos tinham a primazia nesse tipo de trabalho. Desse modo, poder-se-ia pensar que as terminologias seriam exatamente o lugar da sinonímia absoluta. Hoje, contudo, os terminólogos, como bem afirma Cabré no fragmento de texto anteriormente citado, têm a

⁷⁶ *Op. cit.*, p. 132. Tradução proposta para: *d) Los términos son unidades de forma y contenido en las que el contenido es simultáneo a la forma. Un contenido puede ser expresado con mayor o menor rigor por otras denominaciones del sistema lingüístico — y constituye una nueva unidad linguística de contenido especializado relacionada semánticamente con la primera— o de otros sistemas simbólicos — y conforma una unidad no lingüística de contenido especializado. El contenido de un término nunca es absoluto, sino relativo, según cada ámbito y situación de uso.*

consciência de que “os termos são unidades de forma e conteúdo nas quais o conteúdo é simultâneo à forma”.

2. Causas e funções da sinonímia nos discursos especializados

Tendo-se, então, em vista o fato de que no plano semasiológico a sinonímia será sempre parcial, é interessante buscar, neste momento, em relação às terminologias, os porquês da existência da sinonímia, para que adiante se possa chegar à sua função nos discursos especializados.

Para isso, retomar-se-á o terceiro capítulo desta Tese, mais especificamente em seu item 4. Faz-se necessário, todavia, ressaltar que nem todas as causas elencadas na fundamentação teórica poderão ser aqui tratadas, uma vez que há trabalhos ali citados cujo corpus é bastante diferenciado do usado neste trabalho. Assim, aqui não se poderá falar em causas geográficas, históricas ou sociais para a existência da sinonímia, uma vez que o corpus utilizado na realização deste trabalho é bastante homogêneo: não há diferenças em relação ao nível de especialização, já que as obras que constituíram o corpus são destinadas aos aprendizes da Ciência Econômica, nem em relação aos grupos socioprofissionais que utilizam a terminologia, uma vez que os autores são estudiosos da Economia, nem em relação ao período histórico em que foram escritas as obras, já que todas são atuais e contemporâneas, nem em relação a questões geográficas, uma vez que as obras buscam ser acessíveis a estudantes de todo o país. Percebe-se, desse modo, que a sinonímia aqui estudada não é fruto de variações diafásicas, diastráticas, diacrônicas e diatópicas. Faz-se necessário, então, buscar outras causas.

Relembrando, então, as causas citadas por Aymerich⁷⁷, poder-se-ia aqui mencionar três causas relatadas pela autora que ficaram muito evidentes no presente estudo: causas discursivas, causas interlingüísticas e causas cognitivas.

Iniciando pelas causas discursivas, em que a autora enumera fatos como o intuito de se evitar a repetição, o princípio de economia lingüística, a expressividade, a ênfase e a criatividade, pode-se perceber, pela análise dos termos sinônimos da área de Economia, que

⁷⁷ *Op. cit.*

o fato de se buscar uma economia lingüística nos textos propicia a origem de vários sinônimos. Observem-se, por exemplo, os contextos abaixo:

2.4 - <DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA>. O segundo problema a ser considerado, com respeito à discussão das dificuldades para integração das decisões sobre medidas de finanças públicas com os objetivos do planejamento, relaciona-se à tendência de uma progressiva <descentralização> da execução dos diferentes programas com a criação de inúmeras agências integrantes da chamada Administração Descentralizada (Autarquias e fundações), além da organização de empresas total ou parcialmente controladas pelo Estado. (Rezende da Silva, 1978, p. 54)

Além disso, a sociedade freqüentemente decide assegurar proteção plena às firmas estabelecidas em um determinado mercado, como é o caso do fornecimento de alguns produtos agrícolas na Comunidade Econômica Européia e no Japão. O caso mais abordado pela literatura de Organização Industrial, no entanto, é o das barreiras econômicas, que representam a ausência de lucros às <firmas entrantes> para determinados níveis de preços. As barreiras econômicas à entrada podem ser classificadas em três tipos principais: a) diferenciação de produto; b) vantagem absoluta de custos; e c) economias de escala. A seguir analisaremos cada uma dessas importantes características da estrutura de mercado. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 204)

Quanto às firmas potencialmente “entrantes” na indústria, Bain reconhece também sua diferenciação, o que leva a distingui-las segundo o hiato preço-custo que as induziria a entrar, numa dada sucessão e ritmo. Assim, a condição de entrada também varia em função do tipo de concorrente potencial – seu tamanho, custos, possibilidade de diferenciar produtos etc. – e torna-se necessário escalonar as <“entrantes”> potenciais segundo o nível mínimo da relação preço (do produto equivalente da indústria)/custo mínimo (da concorrente potencial) que as atrairá. Nesta escala, a <“entrante”> potencial “mais favorecida”, em que a mencionada relação é mais alta, define a “condição imediata da entrada”. (Possas, 1990, p. 94)

A coluna 7, Tabela 7.3.2, contém os valores do <custo médio total>, o qual pode ser também chamado de <custo médio> ou custo unitário.

Definição – Custo total médio é o custo total dividido pela produção. (Ferguson, 1994, p. 239)

Os custos totais de produção são genericamente classificados em dois tipos: <Custos Fixos Totais> (<CFT>) e Custos Variáveis Totais (CVT). Os primeiros correspondem à parcela dos custos totais que independem da produção. São decorrentes dos gastos com os fatores fixos de produção. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 158)

Por meio desses exemplos, nota-se claramente que há termos sinonímicos existentes justamente devido ao princípio da economia lingüística. Assim, têm-se termos sintagmáticos que se reduzem a termos simples com a elisão do determinante ou até do determinado (*descentralização administrativa/ descentralização; firma entrante/ entrante*),

termos sintagmáticos que sofrem uma redução (*custo médio total* // *custo médio*) e termos sintagmáticos que são reduzidos a siglas (*custo fixo total* // *CFT*).

Não foram encontradas, contudo, formações de sinônimos devido às outras causas discursivas elencadas por Aymerich. Isso se justifica pelo fato de que o *corpus* analisado neste trabalho é especializado. Assim percebe-se que a alteração dos termos não se costuma dar de forma tão livre, de acordo apenas com o desejo estilístico do autor.

Outro tipo de causas relatado pela autora e que se pôde também encontrar nos termos sinônimos da Economia são as causas interlingüísticas, ou seja, aquele em que os sinônimos são devidos a contatos lingüísticos. Esses contatos geram não apenas a sinonímia entre um termo estrangeiro e um termo vernáculo, o que é mais evidente, mas também outros tipos de relações sinonímicas.

Como forma mais evidente de relação entre a sinonímia e os contatos interlingüísticos, tem-se o convívio de um termo vernáculo e um termo estrangeiro. Esses casos não são muito freqüentes no *corpus* constituído, mas existem. Verifique-se, por exemplo o contexto seguinte:

Outra forma de recuperar o custo total de um serviço público é através da tarifa dupla (<two-part-tariff>). Este método consiste em suplementar uma tarifa por unidade de serviço, com uma contribuição fixa que deve ser paga se o usuário decide ter acesso ao serviço. (Longo, 1984, p. 352)

Tal fato ocorre também em relação a siglas:

***Receita marginal** (<MR>) é definida como a variação na receita total devida à variação de uma unidade na quantidade vendida. (Miller, 1981, p. 113)*

Além da Receita Total já definida, é muito importante, para a análise da firma, o conceito de dois outros tipos de receita: a Receita Média (RM_e) e a Receita Marginal (< RM_g >). A primeira é definida como sendo o resultado do quociente entre a Receita Total e a quantidade vendida do produto. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 173)

Esse tipo de ocorrência deve-se ao fato de os tradutores, apesar de usarem ou proporem um termo sintagmático vernáculo, continuarem com o uso da sigla estrangeira. Isso pode ser comprovado, observando-se um texto original na língua inglesa:

Consider carefully the definition of <marginal revenue (MR)> — the change in total revenue (TR) attributable to a one-unit change in output. For the first unit sold, total, average, and marginal revenue are identical; for a quantity sold of one, each is precisely equal to price. (Ferguson, 1969, p. 91)⁷⁸

Muitos termos econômicos vernáculos são decalcados de termos originalmente ingleses. Todavia, a observação da terminologia econômica faz com que se constatem termos decalcados bem formados e alguns em que se percebe a estrutura da língua de origem. Isso se pode verificar no contexto a seguir:

Esses efeitos, não refletidos nos preços, são conhecidos por <“efeitos externos”> ou <“externalidades”>. Uma externalidade pode implicar tanto ganhos como perdas para os receptores da ação econômica inicial. (Filellini, 1994, p. 73)

O decalque é comprovado pelo contexto a seguir:

In the basic general equilibrium model economic agents interact only through their effect on prices. When the actions of one agent affect the environment of another agent other than by affecting prices, we will say that there is an <externality>. (Varian, 1984, p. 259)⁷⁹

Com esse contexto, confirma-se o decalque de que já se tinha suspeita anteriormente, tendo em vista a estrutura do termo. Analisando-se estruturalmente o termo *externalidade*, verifica-se que não é formado com o uso de uma base do português, e sim a partir do adjetivo inglês *external*, corresponde ao adjetivo *externo* do português..

É necessário destacar que, na terminologia econômica em português há vários termos sinônimos gerados por meio de decalques de termos também sinônimos na língua de origem. Observem-se os exemplos:

[...] O que fazemos agora é mudar a troca na produção representada pela curva CC, para um espaço de produção que nos mostrará a fronteira das possibilidades de produção. A fronteira de possibilidades de produção também é chamada curva de transformação. A <fronteira de possibilidade de produção>, ou <curva de transformação>, é definida como a curva que mostra as combinações máximas obtíveis de produção de duas mercadorias, quando a dotação inicial dos recursos utilizados para produzir estas mercadorias é dada. (Miller, 1981, p. 431)

⁷⁸ Ferguson, C. E. *Microeconomic theory*. Illinois: Richard D. Irwin, 1969.

⁷⁹ Varian, H. R. *Microeconomics analysis*. 2nd. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1984.

The contract curve associated with the general equilibrium of production is a locus of points in input space; the curve shows the optimal output of each commodity corresponding to every possible allocation of K and L between X and Y. With the allocation of inputs indicated by point P1 in Figure 15.3.1, 500 units of y and 100 units of X are the maximum attainable production. By constructing a graph whose coordinate axes show the quantities of X and Y produced, and plotting the output pairs corresponding to each isoquant tangency in Figure 15.3-1, one may generate the curve labeled TT' in Figure 15.3.2. The curve so obtained is called the <production-possibility frontier> or the <transformation curve>. (Ferguson, 1969, p. 439)

Há, porém, casos de termos que, apesar de na língua de origem receberem uma única denominação, são de difícil tradução, e essa dificuldade muitas vezes leva à criação de diferentes denominações no português. Observe-se o caso abaixo:

Fundamentally there are two methods of sales allocation: <non-price competition> and quotas. The former is usually associated with "loose" cartels. A uniform price is fixed and each firm is allowed to sell all it can at that price. (Ferguson, 1969, p. 324)

Há, fundamentalmente, dois métodos de alocação de vendas: a <concorrência extra-preço> e as quotas. Aquela é freqüentemente associada aos cartéis "livres". Fixa-se um preço uniforme, e permite-se a cada firma vender tudo que puder àquele preço. A única exigência é que as firmas não reduzam o preço abaixo do preço do cartel. Atualmente, há muitos exemplos desse tipo de organização de cartel nos Estados Unidos. Por exemplo, em muitas localidades médicos e advogados possuem associações cujo Código de Ética é, freqüentemente, a base dos contratos de preço. Todos os médicos, por exemplo, imporão a mesma taxa para atendimento no consultório e chamadas a domicílio. O mercado do paciente é dividido entre os vários médicos pela <concorrência extra-preço>: cada paciente escolhe o médico de sua vontade. (Ferguson, 1994, pp. 394-5)

Como já foi mencionado, nem sempre os concorrentes monopolísticos têm interesse em disputar a clientela em termos de variações do preço dos seus produtos. Nesse caso, efetua-se no mercado uma <concorrência não de preços>; uma das formas desse tipo de concorrência é aquela em que os vendedores competem entre si com base em variações da "qualidade" do produto. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 439)

Por sua própria natureza, os mercados oligopolísticos não apresentam uma concorrência ativa de preços. Ocasionalmente surgem guerras de preços, mas isto é encarado como sendo indicação implícita de que os canais de comunicação entre as firmas nos mercados oligopolísticos estão temporariamente fechados. Com exceção do modelo de Edgeworth, a previsão usual para um mercado oligopolístico são preços estáveis. Portanto, a competição por uma parcela maior do mercado deve tomar alguma outra forma. A forma alternativa é aquela que geralmente é denominada <concorrência sem ser de preços>. (Miller, 1981, p. 354)

Assim, nota-se que a estrutura do termo inglês, *non-price competition*, não encontra uma estrutura de formação paralela no português e, por isso, o que se observa são propostas de diferentes tradutores. Essas propostas constituem, então, uma série sinonímica (*concorrência extra-preço, concorrência não de preço e concorrência sem ser de preço*).

Além de casos como esse, não se pode deixar de mencionar também os pares sinonímicos de termos que entre si guardam diferenças formais muito sutis, demonstrando pequenas diferenças de opção nas denominações sugeridas pelos tradutores. A seguir são apresentados alguns casos:

Thus as a planning device he regards the heavily shaded curve as his <long-run average cost curve> because this curve shows the least unit cost of producing each possible output. This curve is frequently called the "envelope curve". (Ferguson, 1969, p. 200)

A <curva do custo médio de longo prazo> (LAC) mostra o custo unitário mínimo para produzir cada nível de produção quando qualquer escala desejada de planta pode ser construída. LAC é dada por uma curva tangente a todas as curvas de custo médio de curto prazo (SAC), representando todas as alternativas de tamanhos de plantas que a empresa pode construir em termos de longo prazo. Matematicamente, a curva LAC é o "envoltório" das curvas (SAC). (Salvatore, 1977, p. 190)

Definição – *A <curva de custo médio a longo prazo> mostra o custo mínimo unitário de produção de cada nível possível de produção; [...]* (Ferguson, 1994, p. 257)

*A **production function** is a unique relationship between inputs and outputs. It can be represented by a table, a graph, or an equation showing the maximum output of a commodity that can be produced per period of time with each set of inputs.* (Salvatore, 1994, p.155)⁸⁰

A diferença entre os conceitos de <função produção> e de processo de produção apresentados até o momento neste capítulo é, em sua essência, extremamente sutil. O processo de produção, na realidade, indica quanto de cada fator se faz necessário para obter certa quantidade de produto. Por seu turno, a <função produção> indica o máximo de produto que se pode obter a partir de uma dada quantidade de fatores, mediante a adequada escolha do processo de produção. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 178)

A <função de produção> identifica a forma de solucionar os problemas técnicos da produção, por meio da apresentação das combinações de fatores que podem ser utilizados para o desenvolvimento do processo produtivo. Podemos conceituá-la como sendo a relação que mostra qual a quantidade obtida do produto, a partir da quantidade utilizada dos fatores de produção. (Pinho e Vasconcelos, 1998, p. 145)

⁸⁰ Salvatore, D. *Microeconomics*. 2nd. ed. New York: HarperCollins College Publishers, 1994.

1.6 <RETURNS TO SCALE>

Suppose that we are using some vector of inputs x to produce some output y and we decide to scale all inputs up or down by some amount $t > 0$. What will happen to the level of output? (Varian, 1984, p. 18)

Ao resultado, em termos de produção final, obtido por meio da variação da utilização dos fatores de produção, os economistas denominam <rendimentos de escala>. Assim sendo, a expressão <rendimentos de escala> descreve simplesmente uma relação tecnológica. Todavia, os melhoramentos, da tecnologia não são admitidos nesse conceito, que é válido unicamente sob a hipótese de consideração da existência de “dado nível de tecnologia”. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 205)

Na Fig. 6-23, as isoquantas do painel A mostram <rendimentos em escala> constantes e (e subst.)_{LK} nula. (Salvatore, 1977, p. 181)

Maximum social welfare is only attained, however, if marginal private cost also equals marginal social cost, for it is only then that <marginal social benefit> and marginal social cost are equal. (Ferguson, 1969)

Exemplo 10. Vimos, no Capítulo 8, que o melhor nível de produção para uma empresa perfeitamente competitiva é dado pelo ponto em que $P = MC$ e MC está subindo. Mas, se a empresa poluir o ar, seu custo marginal particular será menor do que o custo social marginal e, assim, uma quantidade excessiva desta mercadoria será produzida para o bem-estar social máximo. Por outro lado, resultando em cidadãos mais responsáveis, os <benefícios sociais marginais> da educação excedem o benefício particular (isto é, para o indivíduo) marginal. Se o indivíduo pagar por sua educação, vai haver subinvestimento na educação do ponto de vista da sociedade. (Salvatore, 1977, p. 370)

Uma economia externa é encontrada quando o custo marginal social de uma atividade é menor do que seu <benefício marginal social>. (Miller, 1981, p. 461)

Nos dois primeiros pares sinonímicos (*curva de custo médio de longo prazo* / *curva de custo médio a longo prazo* e *função-produção* / *função de produção*), observa-se que a diferença formal – uso da preposição *a* ou *em*, no primeiro, e criação do termo composto *função-produção* (no contexto grafado sem o hífen) ou do termo sintagmático *função de produção*, no segundo – ocorre devido a diferentes escolhas dos tradutores para termos que, originalmente, não apresentavam preposições. No terceiro par sinonímico (*rendimentos de escala* / *rendimentos em escala*), entretanto, as diferenças formais originaram-se de diferentes escolhas para a tradução da preposição inglesa *to*, que já estava presente no termo original. No último par sinonímico (*benefício social marginal* / *benefício marginal social*), o que se verifica são diferentes opções, no momento da tradução literal, na ordem dos determinantes adjetivais.

Diante disso e com os exemplos citados, verifica-se que, em Economia, os contatos interlingüísticos são fatores de grande importância na origem de séries sinonímicas no português, tanto porque reproduzem a sinonímia existente na língua em que os conceitos se originaram quanto porque os diversos tradutores oferecem diferentes opções para a tradução de um mesmo termo.

As causas até aqui relatadas e exemplificadas são importantes e já mostram sua importância nas terminologias. Todavia, as causas que parecem mais interessantes a esta tese são as denominadas por Aymerich como cognitivas. Dentre elas, a autora destaca a sinonímia devida à imprecisão conceitual, às distâncias ideológicas e às diferenças de conceituação.

A respeito do primeiro caso, a sinonímia devida à imprecisão conceitual, poder-se-ia lembrar aqui os sintagmas formados pelos determinados *tributo* e *imposto*, que, como já mencionado anteriormente, não são sinônimos, mas apresentam entre si uma relação de hiperonímia/ hiponímia, ou seja, *tributo* é o hiperônimo de *imposto* e, conseqüentemente, *imposto* é um hipônimo de *tributo*. Essa distinção semântica, entretanto, neutraliza-se nas formações sintagmáticas, como se observa no exemplo a seguir:

A diferença básica entre esses tributos está na maneira pela qual eles afetam os indivíduos na sociedade. Enquanto o tributo direto incide sobre os rendimentos dos indivíduos, o <indireto> é cobrado normalmente com base nos bens e serviços que satisfazem parte das suas necessidades. O imposto sobre a renda coloca-se como o melhor exemplo dos tributos diretos, enquanto o imposto sobre o consumo caracteriza mais adequadamente os <tributos indiretos>. (Riani, 1990, p. 107)

[...] o imposto direto é o pago pela própria pessoa sobre a qual recai legalmente, enquanto que <imposto indireto> é o que atinge uma pessoa mas é pago, em parte ou totalmente, por outras, nos termos de um contrato ou troca entre as mesmas. (Dalton, 1970, p. 53-4)

[...] os <tributos ad valorem> incidem sobre o valor da operação. Os tributos são expressos através de um percentual aplicado sobre o preço do produto. Embora o problema geral da incidência do tributo seja o mesmo nos dois casos, eles diferem quanto às suas maneiras de afetarem a determinação do preço como mostra a Figura 5.5. A diferença básica é que, enquanto no caso do tributo unitário a curva de demanda move num valor absoluto constante, no <tributo ad valorem> a demanda varia num valor percentual constante. (Riani, 1990, p. 121)

Outra alternativa de apurar-se o imposto devido em função das quantidades transacionadas (imposto específico) ao invés do valor da transação (<imposto ad valorem>) é cada vez menos utilizada, em face da rápida deterioração da base de cálculo num regime inflacionário. (Rezende da Silva, 1978, p. 228)

Nos casos acima poder-se-ia falar de uma imprecisão conceitual, uma vez os conceitos denominados, ainda que próximos, são diferentes. Embora não seja sempre assim, poder-se-ia dizer que, para os não-especialistas, não há diferença semântica entre *tributo* e *imposto*. Verifica-se assim que essa sinonímia presente na língua comum tem o seu reflexo na terminologia, acentuando a imprecisão dos conceitos nas composições sintagmáticas sinônimas. Para aqueles que não são especialistas não fica claro se todas as modalidades de *tributo* podem ser *indiretas* ou *ad valorem* ou se apenas a modalidade de *tributo* denominada *imposto* pode ter essas características.

Também as distanciamos ideológicas podem favorecer a existência da sinonímia e aqui cabe mencionar as diferenças entre as posturas de diferentes linhas teóricas, que são muito comuns no desenvolvimento das ciências. Essas questões muitas vezes são explicitadas no próprio texto, como se pode observar no contexto a seguir.

Um conjunto de isoprodutos ou um conjunto de isoquanta, cada qual representando determinado nível de produção derivado da combinação dos fatores segundo determinada tecnologia, constitui uma família de isoproducto e é normalmente conhecido por <mapa de produção> ou, conforme outras correntes de pensamento, por <mapa de indiferença de produção>. (Garófalo e Carvalho, 1994, p. 193)

Esse contexto revela a opção denominativa feita pelo autor, *mapa de produção*. Segundo ele, essa é denominação normalmente usada. Entretanto, o autor ressalta que uma outra linha teórica dá preferência a uma outra denominação, *mapa de indiferença da produção*. Essa preferência por um dos termos não se dá em vão: as linhas teóricas escolhem a denominação que julgam a mais adequada para o conceito, a que melhor parece descrevê-lo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que esse tipo de escolha pode também estar relacionado a outra das causas cognitivas elencadas por Aymerich, as diferenças de conceitualização. Em muitos casos, observa-se que a proposta de uma nova denominação deve-se a uma outra forma de ver o conceito, ou uma nova forma de concebê-lo. Assim, pode-se dizer que o conceito passa por uma, mesmo que sutil, mudança conceitual. Exemplificando esse apontamento com um conceito que está fora do âmbito econômico,

pode-se citar, na área médica, o conceito de *peças deficientes*, que atualmente são denominadas *peças com necessidades especiais*. Nesse exemplo, observa-se claramente que, quando do uso dos termos, não há apenas uma simples escolha entre duas denominações, mas há diferentes formas de encarar o conceito, ou seja, o processo de conceitualização é diferente.

Diante dessas considerações, é de se prever que nas ciências esse fenômeno não é raro, uma vez que fazer escolhas entre diferentes denominações implica ter uma determinada visão e uma determinada abordagem sobre o conceito. Assim, na Economia, esse fenômeno também pode ser encontrado. Veja-se, por exemplo, o caso dos termos *Finanças Públicas* e *Economia do Setor Público*.

As <finanças públicas> são o estudo dos efeitos do orçamento sobre a economia, particularmente o efeito da realização dos principais objetivos econômicos: crescimento, estabilidade, equidade. Se a política fiscal é ineficiente, os recursos são desperdiçados e os impostos tornam-se desnecessariamente elevados. Se o governo se excede, a iniciativa privada deteriora: particulares e empresas tornam-se incapazes de exercerem plenamente a sua iniciativa e de chegarem às decisões racionais e descentralizadas essenciais ao bom funcionamento da economia mercantil. Por outro lado, se o governo se omite, o poder econômico privado pode vir a ser exercido de formas prejudiciais à economia como um todo; as desigualdades na renda e na riqueza podem acentuar-se demais e os serviços públicos podem vir a ser proporcionados de uma forma indigna de um grande país. Não é fácil a tarefa de determinar os exatos limites da ação governamental no terreno econômico, mas é essencial que eles sejam determinados. (Eckstein, 1971, Contracapa)

Nota A disciplina Finanças Públicas passou a chamar-se também <Economia do Setor Público> a partir de 1985. (Informação fornecida pelo especialista Prof. Adriano H. R. Biava) (Habiro, 2001, p. 155)⁸¹

É necessário revelar, neste momento, que esses termos foram um dos motivadores para que se realizasse esta pesquisa sobre a sinonímia. No momento da finalização da dissertação de Mestrado da colega Elaine Habiro sobre a subárea de Finanças Públicas, houve uma grande indecisão a respeito da denominação que se atribuiria ao glossário elaborado; por fim optou-se por *Finanças Públicas*, termo mais usado do que *Economia do*

⁸¹ Habiro, E. *A terminologia das Finanças Públicas: uma contribuição aos estudos de Terminologia em língua portuguesa*. 2001. 277 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Setor Público para denominar esse campo de estudo. Entretanto, a indecisão revela que a escolha da denominação não é indiferente a fatores lingüísticos e conceituais. Primeiramente, poder-se-ia considerar o fato de *finanças públicas* não ser um termo monossêmico, uma vez que, além do campo de estudo, o termo também é sinônimo de *orçamento público*, ou seja, o orçamento referente às receitas e despesas de uma entidade pública. Todavia, não parece que apenas essa questão tenha originado uma nova denominação para o conceito, mas também o fato de que *Economia do setor público* parece ser um termo que explicita de uma mais clara o fato de nomear uma subárea da Economia, que tem suas especificidades no âmbito da ciência econômica que estuda a organização dos mercados em geral e como os agentes econômicos comportam-se para organizar esses mercados. Dito de outra forma, o *Estado* não é um agente econômico comum, uma vez que se lhe atribui uma autoridade maior, por representar um conjunto de agentes que têm necessidades e interesses – nem sempre comuns, cabe ressaltar –, tendo, portanto, formas de comportamento e um poder nos mercados que se diferenciam das demais instâncias econômicas. Assim, em *Economia do Setor Público*, enfatiza-se o fato de que o conceito refere-se a um setor da Economia diferenciado dos demais.

Tendo isso em vista, nota-se que há diferentes conceitualizações nos dois termos e isso se reflete na escolha entre os sinônimos. Também é interessante perceber que nem sempre apenas uma das causas atuam na origem de um termo sinônimo: observe-se que também foi destacado o fato de que o uso do termo *finanças públicas* pode trazer uma ambigüidade, portanto isso também pode funcionar como uma das causas para a proposição de um outra denominação.

Observando-se então todas as considerações apresentadas até aqui neste capítulo, pode-se afirmar que há motivos importantes para a existência da sinonímia nas terminologias; os sinônimos não são apenas usados para se evitar a repetição ou por outras razões estilísticas, eles são funcionais, como já afirmava Temmerman (2001)⁸² na apresentação dos princípios da Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Assim, verificou-se que, dentre as funções que podem ser atribuídas à sinonímia, nos textos especializados e, mais que isso, nas áreas do conhecimento, a sinonímia está por trás da concisão necessária

⁸² Temmerman, R. Sociocognitive Terminology Theory. In: *Terminología y cognición*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 2001, p. 78.

na comunicação especializada, e isso foi demonstrado por meio dos termos sinônimos formados por meio da redução de sintagmas e da criação de siglas e acrônimos. Além dessa função, deve-se ressaltar, com especial ênfase, o papel da sinonímia no desenvolvimento conceitual de uma ciência, como a aqui analisada. A atribuição de uma nova denominação a um conceito traz consigo uma nova reflexão sobre um conceito, ou ao menos, sobre uma característica desse conceito, o que demonstra uma nova forma de vê-lo, ou seja, uma mudança, mesmo que sutil, no processo de conceitualização. Nesse sentido, pode-se afirmar que, antes de ser um empecilho, a sinonímia pode ser, ao contrário, uma grande contribuição para o desenvolvimento de uma ciência, uma vez que a denominação nova chama a atenção dos especialistas para um novo ou esquecido aspecto do conceito, que é retomado pela nova denominação, e leva a uma nova reflexão a respeito dele.

3. O dilema: entre a sinonímia e a normalização terminológica

Como já se enfatizou no terceiro capítulo desta tese, desde o início da disciplina terminológica, a normalização das terminologias técnicas e científicas tem sido uma preocupação de uma grande parte dos estudiosos dessa terminologia. Assim, já afirmava Wüster:

*[...] em terminologia, com a grande produtividade de conceitos e termos, uma evolução livre da língua levaria a uma confusão intolerável. Para evitar esta situação, desde o princípio do século, e inclusive antes no caso de alguma especialidades, os terminólogos começaram a unificar, por consenso, alguns conceitos e termos. Esta unificação também se denomina norma e, para distingui-la da norma descritiva se usará a expressão norma prescritiva. Na linguagem de especialidade formal, a norma prescritiva rapidamente se converte em norma descritiva.*⁸³

O trabalho terminológico em equipe não pode limitar-se a determinar o estado atual de uma língua, mas também deve procurar unificar e estabilizar o uso lingüístico, muitas vezes contraditório. Não obstante, isto não pode fazer-se a qualquer preço, mas deve comportar um elevado nível de qualidade lingüística ou, mais concretamente, de qualidade sistêmica.

⁸³ *Op. cit.*, p. 23. Tradução proposta para: [...] *en terminología, con la tremenda productividad de conceptos y términos, una evolución libre de la lengua llevaría a una confusión intolerable. Para evitar esta situación, desde principios de siglo, e incluso antes en el caso de algunas especialidades, los terminólogos empezaron a unificar, por consenso, algunos conceptos y términos. Esta unificación también se denomina norma y, para distinguirla de la norma descriptiva, se usará la expresión norma prescriptiva. En el lenguaje de especialidad formal, la norma prescriptiva rápidamente se convierte en norma descriptiva.*

*Para realizar tal normalização lingüística, são necessárias duas etapas: por um lado, a investigação e, por outro, o consenso. A investigação é um processo lingüístico; o consenso, um processo sociológico.*⁸⁴

Essas afirmações são o resultado da grande busca do engenheiro pela univocidade entre termo e conceito, pois, como já se mencionou anteriormente, ele considerava que a existência da sinonímia e da polissemia representava um problema para a comunicação especializada. Muitos foram, e ainda hoje são, os terminólogos que buscam esse objetivo. Assim, a maior parte dos manuais de terminologia dedicam ao menos um dos seus capítulos a esse tema – Rondeau, por exemplo, dedica uma boa parte de seu livro ao tema⁸⁵. O próprio Kocourek, que, como se observou anteriormente (cf. Capítulo 3), mostra-se favorável à sinonímia, traz em sua obra reflexões sobre a normalização terminológica, definindo-a:

*Lingüísticamente [...] a realização da **normalização terminológica nacional** (unilíngüe) consiste em impor ou recomendar uma forma única (dita normalizada ou recomendada) para um conceito (pertencente normalmente a um sistema conceitual previamente estruturado). Normaliza-se o sentido com forma do termo: [...]*
*Esse termo único, normalizado ou recomendado, pode ser um termo escolhido entre os termos sinônimos disponíveis: é um termo então obtido pela seleção, pela redução de uma série sinonímica; nesse caso, processa-se a normalização terminológica **seletiva**. Se é um termo novo (um neônimo), criado por meio dos tipos de formação lexical e terminológica [...]; nesse caso processa-se a normalização **neonímica**.*⁸⁶

Assim, o autor demonstra que um dos aspectos da normalização terminológica é exatamente a redução de séries sinonímicas.

⁸⁴ Idem, p. 147. Tradução proposta para: *El trabajo terminológico en equipo no puede limitarse a determinar el estado actual de una lengua, sino que también debe procurar unificar y estabilizar el uso lingüístico, muchas veces contradictorio. No obstante, esto no puede hacerse a cualquier precio, sino que debe comportar un elevado nivel de calidad lingüística o, más concretamente, de calidad sistémica.*

Para llevar a cabo tal normalización lingüística, son necesarias dos etapas: por un lado, la investigación y, por el otro, el consenso. La investigación es un proceso lingüístico; el consenso, un proceso sociológico.

⁸⁵ *Op. cit.*

⁸⁶ *Op. cit.*, p. 219. Tradução proposta para: *Linguistiquement [...] le but de la **normalisation terminologique nationale** (unilingue) est d'imposer ou de recommander une forme unique (dit normalisée ou recommandée) pour un concept [...]. On normalise le sens avec la forme du terme [...]*

*Ce terme unique, normalisé ou recommandé, peut être un terme choisi parmi les termes synonymes disponibles; c'est alors un terme obtenu par la sélection, par la réduction d'une série synonymique; dans ce cas, il s'agit de normalisation terminologique **sélective**. Ou c'est un terme nouveau (un néonyme), créé au moyen d'un des types de formation lexicale et terminologique [...]; dans ce cas, il s'agit de normalisation **néonymique**.*

Entretanto, cabe também aqui ressaltar que nem todos aqueles que trabalham com a normalização terminológica são completamente contrários à sinonímia nas terminologias. Tome-se em consideração, por exemplo, Loïc Depecker que, mesmo trabalhando em comissões de normalização, escreve um “Eloge de la synonymie”.⁸⁷ Além disso, há terminólogos atualmente que julgam que o erro da Teoria Geral da Terminologia foi exatamente enxergar a Terminologia apenas sob um viés normalizador, como se observa no artigo de Temmerman (2001):

*O erro cometido pela teoria terminológica tradicional da escola de Viena [...] foi proclamar os princípios da standardização como a teoria geral da terminologia. Foi feita uma abstração do fato de que a terminologia também desempenha uma função em muitas outras situações comunicativas e cognitivas. Os princípios e os métodos da teoria geral da terminologia não levam isso em consideração.*⁸⁸

Assim, observa-se que nem todos os estudiosos da Terminologia acreditam que o seu único propósito seja a normalização.

Diante de toda a análise e das reflexões apresentadas nesta Tese, verificou-se que nem toda a redução da série sinonímica é válida, sobretudo quando se trata da terminologia de uma ciência. É evidente que algumas técnicas exigem um grau bastante elevado de normalização; é o caso, por exemplo, da terminologia usada pelos controladores de voo, cujo trabalho exige uma comunicação sem equívocos, pois estes podem causar acidentes fatais. Também é verdade que, mesmo nas terminologias científicas, algumas séries sinonímicas poderiam passar por um processo de normalização; isso poderia ser realizado, por exemplo, com a variedade de termos formados a partir de diferentes traduções de um mesmo termo estrangeiro, motivada, por exemplo, pelo desconhecimento do termo vernáculo apropriado ou até mesmo pela falta dele, que faz com que o tradutor deva criar uma nova denominação. Entretanto, pôde-se observar, por meio das análises aqui apresentadas, que há séries sinonímicas que exercem uma função no seio das terminologias

⁸⁷ Depecker, L. Eloge de la synonymie. In: *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.

⁸⁸ *Op. cit.*, p. 76. Tradução proposta para: *The mistake made by Vienna school traditional terminology theory [...] was to proclaim the standardisation principles as the general theory of terminology. Abstraction was made of the fact that terminology also plays a role in many other communicative and cognitive situations. The principles and methods of traditional terminology theory do not take these into consideration.*

científicas – considerem-se as funções cognitivas e de concisão atribuídas a uma boa parte dos termos sinônimos – e, portanto, reduzi-las ou eliminá-las traria perdas e não ganhos para a área de conhecimento.

A existência, por exemplo, de termos sinônimos devidos a diferentes correntes teóricas pode ter vida longa no seio de uma terminologia científica, uma vez que nem sempre as teorias são excludentes entre si, e a eliminação de um dos sinônimos poderia trazer conseqüências graves para as reflexões científicas. Por outro lado, se uma das denominações sinônimas, referente a uma das linhas teóricas, se mostrasse, ao longo do tempo, inadequada em relação ao conceito denominado, essa denominação deixaria de ser usada pelos especialistas e o processo de redução da série sinonímica ocorreria naturalmente no âmbito da ciência.

Por essas razões, defende-se aqui que nem toda univocidade é interessante para o desenvolvimento e o progresso das ciências; há casos em que a diversidade é mais salutar e pode trazer valiosas contribuições à comunicação especializada e à própria área do saber em questão.

Capítulo VI:
Considerações Finais

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, buscou-se desenvolver um estudo e uma análise sobre a sinonímia nos discursos especializados, mais especificamente na área de Economia, com o intuito de se comprovar a hipótese inicial de que, apesar do posicionamento de muitos estudiosos da Terminologia, cujas reflexões conduziam ao fato de que a sinonímia constitui um empecilho na comunicação especializada, o fenômeno está presente nessa comunicação devido a fatores legítimos e, mais que isso, desempenha uma função no seio das diferentes áreas do saber.

Sintetizando aquilo que se apresentou neste trabalho, tendo em vista os estudos já realizados sobre a sinonímia, pode-se elencar os seguintes pontos: (a) muitos são os estudiosos que se dedicaram ao fenômeno da sinonímia em diversas áreas do saber, dentre elas a Filosofia, a Lingüística (especialmente nas subáreas de Semântica e Lexicologia) e a Terminologia; (b) nem sempre há uma coincidência na concepção de sinonímia dos diferentes estudiosos e essa não-coincidência muitas vezes concerne à questão da existência ou não-existência da sinonímia perfeita ou absoluta – alguns autores acreditam em sua existência, até indicando as terminologias como exemplo disso, e outros não; (c) a presença da sinonímia nos discursos especializados é inconteste e, por isso, apesar de o fenômeno muitas vezes ser rejeitado pelos terminólogos, sempre foi fonte de debate nos estudos terminológicos; (d) as teorias mais recentes da Terminologia, tendo uma abordagem mais lingüística, reconhecem e aceitam a sinonímia como fenômeno intrínseco dos discursos especializados; (e) essa aceitação tem favorecido a elaboração de trabalhos que descrevem e analisam o fenômeno no âmbito de diferentes áreas do saber.

Tendo como base esses fundamentos e informações, pôde-se então proceder a uma análise da sinonímia nos textos especializados sobre Economia, voltados a estudantes de graduação na área. Diante dessa análise, este trabalho pôde apresentar, além de uma descrição da sinonímia nos textos econômicos especializados e tipologias referentes à formação dos termos sinônimos nessa área do saber, tendo em vista uma análise formal e uma análise semântica, uma reflexão a respeito das causas e das funções da sinonímia nos discursos especializados.

Dessa reflexão, que conjugou a fundamentação teórica apresentada e a análise dos termos sinônimos nos discursos especializados sobre a Economia, pôde-se chegar a algumas constatações e, dentre elas, algumas merecem ênfase, por isso, serão retomadas nestas considerações finais.

Primeiramente, é importante ressaltar a constatação de que, mesmo nas terminologias, no plano semasiológico, a sinonímia não é absoluta, ou seja, as denominações diferentes para o mesmo conceito carregam consigo diferenças semânticas, mesmo que sutis, e a escolha pelo autor do texto de uma das denominações de uma série sinonímica tem uma motivação.

A segunda constatação importante é a de que não existem apenas causas para a existência da sinonímia nos discursos especializados, mas, mais do que isso, existem funções para essa sinonímia nas diferentes áreas do saber. A partir disso, pôde-se afirmar que, em uma boa parte dos casos, antes de ser um empecilho na comunicação especializada, a sinonímia pode ser um fenômeno que favorece o desenvolvimento das áreas científicas.

Como consequência dessa constatação, tem-se que a redução de uma série sinonímica, no âmbito de um trabalho de normalização terminológica, deve ser cuidadosa, já que foi demonstrado que nem toda a redução a um único termo é bem-vinda, pois pode tolher a possibilidade de reflexão a respeito das várias feições de um mesmo conceito.

Tendo em vista a breve retomada dos pontos julgados mais importantes desta Tese, espera-se que ela seja uma contribuição para os estudos teóricos em Terminologia, uma vez que partiu de dados empíricos, obtidos a partir da elaboração de um dicionário terminológico, e neles se baseou para propor uma reflexão teórica mais próxima do que se encontra na realidade da prática terminológica. Destaca-se esse fato pois apresenta-se aqui não uma teoria que busca um ideal, mas uma reflexão teórica baseada no uso real de uma terminologia.

Para finalizar, é importante também ressaltar que, de nenhuma forma, este trabalho teve o objetivo de ser exaustivo e definitivo em relação ao tema proposto. Há muitos outros enfoques a serem dados ao fenômeno. Como exemplo disso, pode-se citar o fato de que neste trabalho buscou-se verificar uma razão de ser para a sinonímia nos discursos especializados e suas contribuições para as áreas do saber, com o objetivo de se mudar o caráter pejorativo muitas vezes atribuído ao tema no âmbito da Terminologia; há, porém, a

possibilidade – e esse estudo também é bastante relevante – de se averiguar as terminologias, as situações e/ou os casos em que a normalização dos termos sinônimos faz-se realmente necessária.

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I. M. La synonymie en Intelligence Artificielle. *Méta*. v. 39, 4. Montréal, 1994.
- ARNTZ, R.; PICT, H. *Introducción a la Terminología*. Trad. de A. de Irazzábal *et al.* Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1995.
- AUGER, P. Essai d'élaboration d'un modèle terminologique/ terminographique variationniste. In: *TradTerm*. v. 7. São Paulo: Humanitas, 2001.
- AUGER, P.; BOULANGER, J.-C. *Terminologie et Terminographie - TRD-14436, recueil de notes de cours*. Québec: Université Laval, 1997.
- AYMERICH, J. F. *La variació terminologica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 2003. CD-ROM.
- BALDINGER, K. *Teoría semántica: hacia una semántica moderna*. Madrid: Ediciones Alcalá, 1970.
- BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica*. Trad. de A. Ferras *et al.* São Paulo: EdUC, 1992.
- CABRÉ, M. T. *La Terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries, 1993.
- CABRÉ, M. T. *La Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1999.
- CASTILLO, R. A. *¿Como hacer un diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Editorial Memphis Matheu, 1997.
- CONTENTE, M.; MAGALHÃES, J. Sinonimologia e tipologia contrastiva da sinonímia terminológica em Medicina. *Debate terminológico*. n.º 1. 2005.
- CRUSE, D. A. *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- DEPECKER, L. Eloge de la synonymie. In: *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- FAULSTICH, E. A função social da Terminologia. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- FELBER, H. *Manuel de Terminologie*. Paris: Unesco / Infoterm, 1987.
- FERGUSON, C. E. *Microeconomic theory*. Illinois: Richard D. Irwin, 1969.

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GAUDIN, F.; ASSAL, A. *Cahiers de Linguistique Sociale n.º 18*. Terminologie et Sociolinguistique. Université de Rouen, 1991.
- HABIRO, E. *A terminologia das Finanças Públicas: uma contribuição aos estudos de Terminologia em língua portuguesa*. 2001. 277 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HAENSCH, G. *et al. La Lexicografía. De la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- KOCOUREK, R. *La langue française de la technique et de la science*. Deuxième édition. Wiesbaden: Brandstetter, 1991.
- LYONS, J. *Semántica lingüística: una introducción*. Trad. de S. Alcoba. Barcelona: Paidós, 1997.
- NIKLAS-SALMINEN, A. *La Lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1997,
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. *Norme ISO 1087*. 1990.
- SALVATORE, D. *Microeconomics*. 2nd. ed. New York: HarperCollins College Publishers, 1994.
- TEMMERMAN, R. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive-approach*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2000.
- TEMMERMAN, R. Sociocognitive Terminology Theory. *In: Terminología y cognición*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 2001.
- ULLMANN, S. *Semântica: introducción a la ciencia del significado*. Madrid: Aguilar, 1965.
- VARIAN, H. R. *Microeconomics analysis*. 2nd. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1984.
- WÜSTER, E. (1979) *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Trad. de A. Nokerman. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1998.

Corpus de Análise

- DALTON, H. *Finanças Públicas*. São Paulo: FGV, 1964.
- ECKSTEIN, O. *Economia financeira – introdução à política fiscal*. 2.^a ed. Tradução de L. Miral. São Paulo: Zahar, 1971.
- ERIS, C.C.C. *et al.* *Finanças Públicas*. São Paulo: FIPE, Livraria Pioneira Editora, 1983.
- FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 18.^a ed. Tradução de A. G. Barbassa e A. P. Brandão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- FILLELLINI, A. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 1989.
- FONTENELE, A.M.C. *Progresso e método na história das teorias da organização industrial*. São Paulo: Tese de Doutorado, 1995.
- GARÓFALO, G.L. e CARVALHO, L.C.P. *Teoria microeconômica*. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HICKS, U.K.W. *Finanças Públicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e o longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril, 1983. (Os economistas).
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- LETTENHOVE, K. *Finanças Públicas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.
- LONGO, C.A. *Finanças Públicas – uma introdução*. São Paulo: IPE-USP, 1984.
- MEYER, A. (org.) *Finanças Públicas*. Brasília: IPEA/FUNDAP, 1997.
- MILLER, R.L. *Microeconomia: teoria, questões e aplicações*. Tradução de S. Gebanke. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.
- MUSGRAVE, R.A. *Teoria das Finanças Públicas – um estudo de economia governamental*. Tradução de A. B. Simões. São Paulo: Atlas, 1974, V.1 e V.2.
- PINDYCK, R.S. e RUBINFELD, D.L. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- PINHO, D.B. e VASCONCELLOS, M.A.S. (orgs.) *Manual de Economia*. 3.^a ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- POSSAS, M.L. *Estruturas de mercado em oligopólio*. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- REZENDE DA SILVA, F.A. *Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1978.
- RIANI, F. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 1986.

- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- SALVATORE, D. *Microeconomia*. Tradução de C. M. Ramalho. 3.^a ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- STEINDL, J. *Pequeno e grande capital: problemas econômicos do tamanho das empresas*. São Paulo: Hucitec / Ed. Unicamp, 1990.
- STEINDL, J. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Abril, 1983.
- SYLOS-LABINI, P. *Oligopólio e progresso técnico*. Tradução de V. C. Salles. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- SWEEZY, P.M. *Teoria do desenvolvimento capitalista. Princípios de economia política marxista*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VARIAN, H.R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.